

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

**AS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE
DE CAJAZEIRAS-PB, COMO RESULTANTES DA PRESENÇA DO ENSINO
SUPERIOR**

JOÃO PESSOA-PB
AGOSTO DE 2018

JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

**AS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE
DE CAJAZEIRAS-PB, COMO RESULTANTES DA PRESENÇA DO ENSINO
SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/UFPB pelo mestrando Joaquim Alves da Costa Filho, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Linha de Pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Leandra Porto Sales

JOÃO PESSOA-PB

AGOSTO DE 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F481n Filho, Joaquim Alves da Costa.

As novas dinâmicas socioespaciais no espaço urbano da cidade de Cajazeiras - PB, como resultantes da presença do ensino superior / Joaquim Alves da Costa Filho. - João Pessoa, 2018.

120 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.

Coorientação: Andréa Leandra Porto Sales.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Dinâmicas Socioespaciais. Ens Superior. Cajazeiras.
I. Galvão, Josias de Castro. II. Porto Sales, Andréa Leandra. III. Título.

UFPB/CCEN

***“As Novas Dinâmicas Socioespaciais no Espaço Urbano da Cidade de Cajazeiras – PB,
como Resultantes da Presença do Ensino Superior”***

por

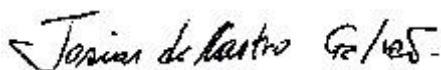
JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovada em: 31/08/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (UNAGEO/CFP/UFCG)

(Orientador)



Prof^{fa}. Dr^a. Andréa Leandra Porto Sales (UFPB)

(Coorientadora)



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (UFPB)

(Examinador interno)



Prof^{fa}. Dr^a. Luciana Medeiros de Araújo (UNAGEO/CFP/UFCG)

(Examinadora externa)

AGOSTO/2018

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida, meus pais, Socorro e Joaquim Felinto; aos meus irmãos e sobrinho – Maria Josivam, Josilene, Francisco e Anacleto – e à minha companheira e amor da minha vida, Amanda Saraiva, que são minha base de estímulo pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

*Na caminhada da vida, aprendi que nem sempre temos o que queremos.
Porque nem sempre o que queremos nos faz bem [...]
Foi imprescindível a fé, para que eu não perdesse a esperança [...].
Autor desconhecido.*

O caminho para a realização deste trabalho não foi dos mais fáceis, pois foi uma trilha árdua em que enfrentei dificuldades, momentos de incertezas, dúvidas e, até mesmo, desespero. No entanto, todas às vezes que esses sentimentos vinham à minha mente, parava e refletia o quanto eu sou abençoado em estar onde estou, as bênçãos que Deus me proporciona, a força que Ele me concede para nunca abaixar a cabeça e desistir; bem como o apoio da minha família, meu porto seguro e meu bem mais precioso. Portanto, a presença e a palavra de Deus é que me dão forças para lutar todos os dias.

Obrigado, meu Jesus Cristo, pela dádiva da vida, por todas as bênçãos e realizações pessoais e profissionais que tem derramado sobre mim e a minha família, pelas oportunidades oferecidas e por colocar em minha vida pessoas maravilhosas que imputam amor, paz e felicidades.

À minha família por estar sempre presente em minha vida, alguns distantes fisicamente, mas nunca longe sentimentalmente e espiritualmente. Aos meus amados pais, Joaquim Felinto e Socorro, pelo carinho, amor, dedicação, preocupação e apoio irrestrito nos momentos da minha vida. Ao grande amor da minha vida, Amanda Saraiva, por seu companheirismo, aconselhamento, compreensão, dedicação e amor, em todos os momentos, principalmente, naqueles em que me sinto sozinho e sem orientação. E, aos meus irmãos e sobrinho, Josilene, Francisco, Josivam e Anacleto, pelas preocupações e amor.

Aos meus colegas de academia, em especial, da turma do Mestrado e do grupo de estudos – GeUrb, por ter me acolhido com a maior satisfação e alegria. Nesse lugar, aprendi o sentido de lutar pelo direito do próximo e da coletividade. Foram momentos extremamente prazerosos, de alegria, risos, desconcentração, mas e, sobretudo, de aprendizagem e enriquecimento acadêmico, pessoal e cultural.

Também quero agradecer a todas as pessoas que fizeram parte, direta e indiretamente, para a realização desta pesquisa, aos sujeitos entrevistados deste estudo, bem como aos funcionários dos órgãos em que procurei ao longo desses dois anos e meio de mestrado, quero agradecê-los com um muitíssimo obrigado pelo acolhimento, atenção e disposição em poder ajudar.

E, por fim, quero agradecer ao meu orientador, Josias de Castro Galvão, pela orientação desta pesquisa e por tudo o que fez por mim desde que tivemos o primeiro contato, no quarto período da graduação na disciplina de Geografia Agrária. Serei eternamente grato ao senhor, professor Josias, por ter sido paciente e acreditado no meu potencial e crescimento acadêmico. O resultado final deste Mestrado tem uma cifra enorme de sua colaboração, mas não por sua orientação propriamente na pesquisa, mas, pelo incentivo e estímulo desde a graduação para que eu desse passos mais largos e não me acomodasse.

À minha coorientadora, Andréa Leandra, pela colaboração e ensinamentos.

RESUMO

Esta pesquisa buscou abordar a educação superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no que tange ao processo de expansão, ampliação e interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas brasileiras, bem como os cursos a partir das políticas públicas implementadas por essas gestões para o fomento e desenvolvimento deste subsetor de ensino. Posto isso, o objetivo geral deste estudo é analisar as dinâmicas socioespaciais na cidade de Cajazeiras-Paraíba, como resultantes da presença do ensino superior público e privado. O ensino superior se instalou em Cajazeiras no início da década de 1970, no entanto, só veio a se desenvolver e consolidar-se a partir da década de 1980 e no primeiro decênio dos anos 2000, respectivamente, em função da implantação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal da Paraíba (CFP/UFPB), em 1980, e com a expansão e ampliação de IES e cursos, posterior ao ano de 2006. A metodologia de abordagem e os procedimentos partiu do princípio das mudanças contínuas e contraditórias reveladas na forma e no conteúdo dos fenômenos desdobrados na cidade de Cajazeiras, como reflexo do subsetor de ensino superior. Assim, o materialismo histórico e dialético conduziu a nossa reflexão teórica e metodológica para dar conta dos nossos objetivos, primário e secundários. Damos relevância à análise qualitativa e quantitativa, definindo a pesquisa bibliográfica, documental, de campo, de levantamento de dados e informações, como sendo os principais procedimentos da referida pesquisa. As descobertas provenientes deste estudo nos permitem afirmar que a presença do ensino superior desencadeou mudanças na morfologia e no conteúdo do espaço intraurbano de Cajazeiras.

Palavras-chave: Interiorização. Ensino Superior. Dinâmicas Socioespaciais. Cajazeiras.

ABSTRACT

This research sought to address higher education government of Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), with regard to the process of expansion, extension and internalization of higher education (HELs), Brazilian public and private, as well as the courses from public policies implemented by these managements for those managements for the promotion and development of this subsector. That said, the general objective of this study it's to analyze the dynamics socioespaciais in the city of Brazil, as resulting from the presence of the public and private higher education. Higher education in cajazeirense territory in the early 1970, however, just came to develop and consolidate from the decade of 1980 and the first decade of the years 2000, respectively, depending on the implementation of the teacher training Center of the Federal University of Paraíba (CFP/UFPB), in 1980, and with the expansion and extension of IES and subsequent courses to the year 2006. The methodology of approach and procedures assumed continuous and contradictory changes revealed in the form and content of the phenomena deployed in the city of Brazil, as a reflection of the higher education subsector. Thus, dialectical and historical materialism led our theoretical and methodological reflection to realize our goals, primary and secondary. We gave importance to the qualitative analysis, defining the bibliographical research, documentation, field, data and information collection, as being the main procedures of that research. The findings from this study allow us to affirm that the presence of higher education triggered changes in morphology and in the contents of the intraurbano space of Cajazeiras.

Keywords: Interiorization. Higher education. Sociospatial dynamics. Cajazeiras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual comparativo de matrículas de estudantes bolsistas, parciais e integrais, no ProUni com os das universidades federais, por turno de aula.....	42
Figura 2 – Primeiro prédio que abrigou as atividades educacionais da FAFIC.....	55
Figura 3 – Sequência cronológica da criação de cada IES em Cajazeiras.....	58
Figura 4 – Faixada da FAFC.....	60
Figura 5 – Faixada do FPB, <i>campus</i> de Cajazeiras.....	60
Figura 6 – Faixada principal do CFP/UFCG, em Cajazeiras.....	62
Figura 7 – Vista de alguma das instalações que abrigam as atividades acadêmicas da FSM.....	63
Figura 8 – Vista do prédio que abriga as atividades acadêmicas da FASP, <i>Campus I</i>	64
Figura 9 – Ponto de embarque no transporte coletivo em Cajazeiras, para os bairros em que o serviço cobre.....	81
Figura 10 – Praça Juvêncio Carneiro, onde localiza um dos dois pontos de táxi da cidade de Cajazeiras.....	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Cajazeiras no estado da Paraíba.....	16
Mapa 2 – Expansão das universidades e <i>campi</i> federais, a partir do Plano de Expansão Fase I (2003-2006), por região.....	37
Mapa 3 – Expansão das universidades federais a partir do REUNI (2007-2010), por localidades atendidas.....	38
Mapa 4 – Área de Cajazeiras que é beneficiada com o transporte coletivo.....	82
Mapa 5 – Localização dos postos de moto-táxis e das IES de Cajazeiras.....	86
Mapa 6 – Relações comerciais e de serviços (ensino superior) entre Cajazeiras e os municípios que compõem a região geográfica imediata de Cajazeiras e a intermediária de Sousa/Cajazeiras.....	90
Mapa 6 – Relações comerciais e de serviços (ensino superior) entre Cajazeiras e os Mapas 7 – Bairros de maior, média e baixa valorização da cidade de Cajazeiras, segundo os analistas imobiliários locais.....	97
Mapa 8 – Áreas de concentração dos estudantes que residem na cidade de Cajazeiras, por causa de seus respectivos cursos e/ou necessidades.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do número de IFES, por região geográfica, com referência aos anos de 2002 e 2010.....	47
Quadro 2 – Cursos de graduação oferecidos pelo CFP/UFCG, por modalidade e turno.....	63
Quadro 3 – Cursos de graduação oferecidos pela FSM, por modalidade e turno.....	63
Quadro 4 Enquete com estudantes que utilizam diariamente o transporte coletivo em Cajazeiras.....	84
Quadro 5 – Valor do metro quadrado do solo urbano e da área construída por bairros segundo sua categoria de valorização, em Cajazeiras.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de matrículas no ensino superior público e privado no octonado de FHC (1995-2002).....	33
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução no número de universidades federais criadas, número de cursos de graduação, vagas ofertadas, funções docentes e o quantitativo de concluintes em cursos de graduação, por ano.....	40
Tabela 2 – Evolução da oferta de bolsas ProUni, integrais e parciais, de 2005 a 2010.....	41
Tabela 3 – Número e percentual absoluto de matrículas, nas FES, por localização (capital e interior), e regiões geográficas (2002/2010).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Análise de Desenvolvimento de Sistemas
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CE	Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro de Educação Ciência e Tecnologia
CFP	Centro de Formação de Professores
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRECI	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
CREDUC	Programa de Crédito Educativo
DAE	Departamento de Assistência Estudantil
EaD	Educação a Distância
FAFIC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras
FASP	Faculdade São Francisco da Paraíba
FESC	Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Faculdade Santa Maria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IMP	Instituto Mercado Popular
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEC	Instituto Superior de Educação de Cajazeiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração da Reforma do Aparelho do Estado
MEC	Ministério da Educação

OCC	Orçamento de Custeio e Capital
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
TCU	Tribunal de Contas da União
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Brasileira
UNIP	Universidade Paulista
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UPB	Universidade da Paraíba
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EXPANSÃO E DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL NO PERÍODO DE 1990-2016.....	23
2.1 A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR NO BRASIL	27
2.2 O ENSINO SUPERIOR NO OCTONADO DE FHC (1995-2002): EXPANSÃO SELETIVA E BEM-SOCIAL MERCANTILIZADO.....	27
2.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OCTONADO DE LULA DA SILVA (2003-2010): UMA ATIVIDADE CATALISADORA DE DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS.....	35
2.4 INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA DA SILVA.....	44
3 A IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB.....	52
3.1 DA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA À CONSTITUIÇÃO DA UFPB: 1823-1960	52
3.2 A CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO DA UFPB NA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM CAJAZEIRAS	55
3.3 A EXPANSÃO E A AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CAJAZEIRAS: 1980-2010.....	59
4 O ENSINO SUPERIOR E AS SUAS NOVAS DINÂMICAS NO ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS.....	67
4.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS.....	68
4.2 O ENSINO SUPERIOR E AS SUAS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS	76
4.3 O MERCADO IMOBILIÁRIO E A NOVA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE CAJAZEIRAS	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO A – QUANTIDADE DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS CRIADOS NA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010).....	112
ANEXO B – A EXPANSÃO DAS CINCO REGIÕES BRASILEIRAS	115
ANEXO C – LISTA DE POSTOS DE MOTO-TÁXI E RESPECTIVOS ENDEREÇOS	118

1 INTRODUÇÃO

O motivo que nos instigou a realizar este trabalho partiu do interesse em compreender o processo de expansão e ampliação do ensino superior brasileiro nas gestões octonárias de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, a partir das políticas públicas e governamentais por estes implementadas, e como elas impactaram os centros urbanos distantes das grandes cidades e metrópoles, com ênfase na análise da cidade de Cajazeiras-Paraíba.

Justificamos a escolha da cidade de Cajazeiras como objeto espacial deste estudo por entendermos que esta respectiva cidade se encaixa no processo de expansão, ampliação e desconcentração espacial do ensino superior, experimentado a partir da última metade da década de 1990. O referido município está localizado na região geográfica intermediária de Sousa/Cajazeiras na região geográfica imediata de Cajazeiras. O mapa 1, a seguir, representa cartograficamente a localização de Cajazeiras no estado da Paraíba.

Mapa 1 – Localização de Cajazeiras no estado da Paraíba



Fonte: IBGE (2010). Elaborado e executado por: Joaquim Alves da C. Filho; Elianne C. dos Santos (2016).

O espaço urbano de Cajazeiras tem sido *lócus* de intensas mudanças e transformações, sobretudo, a partir do primeiro decênio dos anos 2000. As mudanças podem ser percebidas tanto na paisagem da cidade como também no cotidiano dos seus cidadãos -, espaço vivido (LEFEBVRE, 2006). Conforme nossas investigações e confirmadas ao longo desta pesquisa,

as mudanças e transformações ocorridas na escala intraurbana da referida cidade são implicações da presença do ensino superior, que passou a impactar com mais ênfase ainda entre os anos de 2002 a 2015, em função da expansão e ampliação de Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos provenientes das políticas e planos governamentais instituídos nesse período.

Assim, por meio de propósitos investigadores, surgiram questionamentos que impulsionaram os primeiros passos desta pesquisa: As políticas públicas e os planos governamentais implementados, em especial, no octonado de Lula da Silva permitiram a desconcentração espacial do ensino superior, bem como uma maior integração territorial brasileira a partir desse serviço? Como se deu a implantação do ensino superior em Cajazeiras? Quem foram os atores que tiveram papel preponderante na implantação e desenvolvimento desse serviço nessa referida cidade? A presença desse subsetor desencadeou mudanças na forma e no conteúdo da cidade? Quais os setores e áreas da cidade que se desenvolveram e os que pouco ascenderam às margens do ensino de nível superior?

Partimos da premissa de que a presença do ensino superior desencadeou e/ou intensificou transformações no espaço intraurbano cajazeirense, que podem ser percebidas na morfologia, no conteúdo social e corporativo da cidade, mediante novas construções – muitas delas verticalizadas, especialização da atividade comerciária e bancária –, acentuado fluxo de pessoas, mercadorias e informações, além de uma superaquecida no valor da terra urbana e do imóvel construído, nesse caso, tanto para aquisição como para locação.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as novas dinâmicas socioespaciais do/no espaço urbano de Cajazeiras, como resultantes da presença do ensino superior. E como objetivos específicos, os seguintes: a) apresentar o processo de expansão e ampliação da educação superior no Brasil, com ênfase em seus desdobramentos na desconcentração espacial e na integração territorial; b) mostrar o processo de implantação, expansão e ampliação do ensino superior na cidade de Cajazeiras; c) caracterizar a ocupação territorial e o desenvolvimento da cidade de Cajazeiras; d) analisar o impacto da presença do ensino superior no espaço intraurbano de Cajazeiras.

Ao traçar tais objetivos, nos propomos a descobrir as mudanças e evoluções que se desencadearam no espaço intraurbano cajazeirense como implicações da presença do ensino de nível superior. Nesse sentido, nos propomos a analisar o processo de implantação e desenvolvimento do ensino superior na cidade, a ocupação territorial e o desenvolvimento,

econômico, social e cultural do referido centro urbano, bem como os elementos que se desenvolveram e os que não se desenvolveram como reflexo da presença do referido serviço.

Justificamos o interesse por esta temática diante da necessidade de entender o impacto que um arranjo educacional de nível superior pode causar em um centro urbano pequeno e situado no interior, muito distante de cidades grandes e metrópoles. O anseio por desenvolver esta pesquisa, calcada nesse referido tema, se deu em razão de buscarmos compreender novos atributos que são capazes de implicar em novas dinâmicas e especializações no interior do espaço de uma cidade, visto que não é só mais o setor industrial que é capaz de promover mudanças, transformações e progresso em uma cidade.

Para que possamos compreender as novas dinâmicas e transformações na forma e no conteúdo do espaço intraurbano da cidade de Cajazeiras como um processo engendrado pela presença do ensino superior, adotamos o materialismo histórico e dialético como método de análise nesta pesquisa. Isso porque “a dialética somente considera as coisas em suas relações mais gerais, de dependência, reciprocidade, não em estado de repouso, mas, de movimento contínuo” (THALHEIMER, 2014, p. 53).

Com base no princípio da ideia geral e/ou da totalidade, concebemos a cidade de Cajazeiras como um fragmento espacial particular e único conectado a uma dimensão maior desse próprio espaço (o todo). Nesse sentido, Gomes (2014, p. 22) explica que:

A relação entre o todo e suas partes é medida por diferentes níveis de forças e interesses internos e externos ao local. A mediação diz respeito à harmonização de conflitos entre estes interesses e forças opostas que atuam de modo contraditório. Assim, criando uma realidade também contraditória. Todas estas relações se mostram claramente no cotidiano social – que não se dá por acaso, mas, em um processo histórico – pelo modo como se estabelecem as relações políticas, econômicas e culturais [...] cada local revela as especificidades criadas historicamente pelo processo de trabalho.

De acordo com Löwy (2006 apud GOMES, 2014), a categoria metodológica da totalidade permite a percepção da realidade como resultado da totalidade concreta e ausente de simplificações. O conhecimento da realidade social só é possível se visto de maneira correspondente à formação entre o todo e as partes. Em síntese, o todo é composto por partes e o conhecimento concreto de ambos se realiza e toma forma em seu grau de articulação máxima.

Em relação ao espaço em que esta pesquisa se calca, não estamos nos referindo ao espaço geométrico estudado pelos matemáticos, tampouco o espaço dos planejadores,

dominado pelos burocratas, mas o espaço geográfico e social constituído por formas, conteúdo e funções.

Ainda sobre a totalidade, Santos (2006, p. 76) nos lembra de que: “devemos distinguir a totalidade produzida e a totalidade em produção, mas as duas convivem, no mesmo momento e nos mesmos lugares. Para a análise geográfica, essa convergência e essa distinção são fundamentais ao encontro de um método”.

Ao tratar do método na ciência geográfica, Camargo (2004) salienta que as Ciências Humanas e Sociais ainda estão buscando se afirmar como independentes das Ciências Naturais, e que isso está relacionado à necessidade de adoção de correntes teórico-filosóficas que guie o pesquisador dessa vertente da Geografia a interpretar e compreender as relações e os fenômenos humanos de um modo mais profundo e totalizador.

Desse modo, o Materialismo Histórico e Dialético se apresenta como uma das correntes epistemológicas que tem incentivado a construção de um pensamento geográfico crítico e reflexivo (GOMES, 2014). De acordo com Moreira (2004 apud GOMES, 2014, p. 21), o encontro da Geografia com a abordagem materialista histórico-dialética se deu em dois momentos distintos do século XX: o primeiro na década de 1950 e o segundo em 1970. “O primeiro momento centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento. O segundo incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da Ontologia”. Em ambos os momentos, tiveram incentivos a formulações de teorias geográficas a respeito do social e a ampliação de horizontes de olhares, tanto na Geografia quanto no Marxismo, “numa interação que de resto há tempos é corrente nos demais campos acadêmicos”.

Portanto, a nossa opção por este método de análise, o Materialismo Histórico e Dialético, para a construção desta pesquisa, foi em razão do mesmo possibilitar a construção do conhecimento ao percorrer pelo árduo trajeto de articular teórico e metodologicamente o abstrato ao real, ou seja, os fenômenos que se materializam e se dispõem no espaço influenciando e alterando o ritmo da sociedade civil e das estruturas de tomada de decisão – Estado em suas diferentes instâncias de poder e os agentes econômicos.

Ademais, utilizamos também nesta pesquisa a categoria de análise metodológica da periodização, que segundo Contel (2006, p. 8), possibilita constituir e incorporar a dimensão temporal na análise do espaço. “Mas não só por isso a periodização é importante. Ela nos permite ainda identificar com mais facilidade a dialética do ‘novo’ e do ‘velho’, das ‘mudanças’ e das ‘permanências’ em cada parcela do espaço geográfico”.

Posto isto, estas são as grandes vértices pelas quais nos esforçamos em formular e desenvolver o problema desta pesquisa. Usando as palavras de Goldmann (1979), podemos inferir que esta referida contenda visou estabelecer o “máximo de consciência possível” acerca da temática proposta. Através da seleção dos conceitos e categorias descritas, foi possível criar uma série de quadros teórico-empíricos da relação ensino superior e novas dinâmicas socioespaciais no espaço intraurbano da cidade de Cajazeiras.

Com relação à prática investigativa, realizamos uma análise analítica, qualitativa e quantitativa, que se constituiu em dois momentos: o primeiro tratou-se de uma revisão bibliográfica acerca de autores que discutiram/discutem a temática do ensino superior, da cidade e do urbano, por meio de artigos científicos publicados em anais de eventos, periódicos científicos e revistas indexadas; dissertações e teses; livros impressos em formato digital e em *e-books*; bem como em dispositivos normativos de instituições de Estado, como organismos econômicos e documentos oficiais. O segundo momento baseou-se em coleta de dados e informações, através de procedimento em gabinete, nos seguintes *sites* eletrônicos: Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas da União (TCU); nas plataformas do e-MEC, e no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.

Além disso, realizamos ainda estudos de campo nas seguintes IES de Cajazeiras: Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), na Faculdade Santa Maria (FSM), e no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *campus* de Cajazeiras, como também na Prefeitura Municipal, mais precisamente, na Secretária de Planejamento e visitas exploratórias no perímetro urbano.

Realizamos também entrevistas com: o corretor, produtor imobiliário e Delegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI), unidade Cajazeiras da 21^a região da Paraíba; o construtor e professor do IFPB; o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Cajazeiras; o detentor da *franquia* da REMAX¹, em Cajazeiras, e com um dos proprietários da viação de transporte intraurbano de Cajazeiras. Ademais, aplicamos uma enquête com quinze estudantes que, até novembro de 2017, cursavam nível superior em alguma das IES da cidade e que utilizavam cotidianamente o transporte coletivo para se deslocar de suas respectivas residências até a IES em que eram matriculados.

¹ É uma organização internacional de imobiliária, fundada em 1973, na cidade de Denver, nos Estados Unidos.

Posto isto, detalharemos a seguir cada uma das etapas que constituiu as técnicas metodológicas desta pesquisa. Segundo Gil (2002), a escolha do tema a ser trabalhado na pesquisa constitui um passo importante na elaboração do levantamento bibliográfico, ou seja, é um processo bastante complexo.

Nesse sentido, a consulta e/ou proximidade com obras já produzidas naquela determinada vertente teórica contribuem para definir o propósito de análise do pesquisador e adequar o estudo a uma linha de investigação que seja de interesse de ambos os sujeitos envolvidos, neste caso, discente, orientador e entidade financiadora da pesquisa.

Grande parte das referências levantadas para a fundamentação desta pesquisa partiu de artigos científicos em formato digital, em função da acessibilidade dos bancos digitais na *Internet* para o investigador. Nessa perspectiva, Gil (2002) enfatiza que os estudos científicos em formato de artigo constituem um dos mais importantes meios para a produção de conhecimento científico.

Para Gil (2002, p. 117), “[...] entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas [...]”. Entre as várias espécies de entrevistas citadas por esse autor, uma merece destaque, em função de ter sido a mais empregada nas nossas buscas, por revelar as nossas inquietações neste estudo. A modalidade de entrevista a qual nos referimos é a parcialmente estruturada. Gil (2002, p. 117) descreve-a como aquela que “[...] é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso [...]”.

Mediante o exposto, apresentamos nosso método investigativo que amparou esta referida pesquisa, bem como as técnicas metodológicas. Além disso, é pertinente frisar as dificuldades que nos deparamos ao longo desses dois anos e meio de desenvolvimento dessa contenda. Os obstáculos encontrados foram principalmente nos órgãos públicos e privados aos quais recorreremos. Isso porque, no primeiro havia desencontro de informações oficiais, ou seja, parte de um arquivo estava em um local, o outro, em diferentes localidades; e nos órgãos privados, em razão de políticas de controle e sigilo.

Nesse sentido, esperamos que esta pesquisa científica abra caminho e estimule novos trabalhos com ênfase em investigar o poder que o ensino superior e/ou outras atividades similares podem impulsionar o desenvolvimento em centros urbanos com baixo ritmo de crescimento.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução. O primeiro capítulo aborda o ensino superior nas gestões octonárias de FHC e Lula da Silva, tratando de

como esse serviço se desenvolveu no Brasil nas agendas governamentais dos mesmos. Ademais, buscamos entender como o governo de Lula da Silva concebeu a atividade de ensino superior como um elemento catalisador de dinâmicas socioespaciais e progresso econômico em centros urbanos deprimidos do ponto de vista morfológico e integrou territorialmente e também espacialmente o Estado brasileiro, os povos dessa nação, os latino-americanos e de cultura afro-brasileira, através da oferta de ensino de nível superior.

O segundo capítulo apresenta uma análise do surgimento do ensino superior da escala nacional, perpassando pela escala do estado da Paraíba até chegar a análise do nosso estudo de caso -, o processo de implantação, expansão e ampliação desse subsetor (ensino superior), na cidade de Cajazeiras.

O terceiro capítulo discute as implicações da presença do ensino superior no espaço intraurbano cajazeirense. Antes de adentrarmos nesta discussão propriamente dita, destacamos o processo de ocupação do território dessa referida cidade, bem como seu desenvolvimento socioeconômico espaço/temporal, desde a sua elevação a categoria de município até os dias atuais. Nas duas seções finais do capítulo, frisamos as consequências que a presença desse subsetor proporcionou, direta e indiretamente, de desenvolvimento à cidade, como melhoria da infraestrutura urbana (serviço de mobilidade urbana, comércio de bens não-duráveis, atividades bancárias e valorização imobiliária), mudança na morfologia e no cotidiano social.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EXPANSÃO E DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL NO PERÍODO DE 1990-2016

Iniciando a discussão deste capítulo, tendo como foco principal analisar e discutir o ensino superior no Brasil pós o período da redemocratização política, em especial, nas gestões governamentais de FHC e Lula da Silva, respectivamente. Antes de adentrarmos na discussão propriamente dita deste capítulo, apresentaremos, de maneira sucinta, a origem e desenvolvimento deste subsetor educacional no Brasil.

2.1 A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR NO BRASIL

A implantação do ensino superior no Brasil foi tardia se compararmos as nações da América Hispânica, que passaram a oferecer esse bem social desde o século XVI, através da implantação de Universidades Católicas. De acordo com Paiva (2015), como o Brasil ainda se encontrava na condição de colônia da Coroa Portuguesa, esta não via com bons olhos a ideia de instituir ensino superior no Brasil, isso porque, a referida Coroa temia que, a partir da instrução do ensino, o povo que vivia na respectiva colônia começasse a fazer pressão junto a Portugal pela autonomia política e este fosse obrigado a conceder.

O ensino superior no Brasil só veio a ser implantado, em 1808, em decorrência da vinda da Família Real Portuguesa a colônia brasileira, em decorrência da ameaça de invasão Napoleônica a referida Coroa. Nesse sentido, a partir do referido ano a citada Coroa ordenou a implantação das primeiras IES no Brasil colônia. No entanto, devemos salientar que a mudança de ideia dos portugueses (em implantar ensino superior no Brasil), não partiu no interesse em dispor desse bem para instruir funcionalmente e/ou culturalmente o povo brasileiro e, sim, formar profissionais e mão-de-obra para atender as necessidades da respectiva Coroa, com Advogados, Engenheiros e Médicos que passavam a se formar nas Escolas de Medicina, Engenharia, Artes Militares e as Academias Militares da Marinha fundadas nos atuais estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

Segundo Durham (2005), este subsetor começou a se ampliar a partir do ano de 1889, com a Proclamação da República, nesse período o ensino superior se ampliou chegando, em 1918, a registrar o quantitativo de cinquenta e seis escolas superiores, sendo que, desse total a maioria eram de origem da iniciativa privada.

De acordo com Teixeira (1969), nas três décadas seguintes a Proclamação da República, o ensino superior no Brasil apresentou uma expressiva ampliação, passando de vinte e quatro (24) escolas isoladas para cento e trinta e três (133), sendo que desse total, oitenta e seis (86) haviam sido criadas na década de 1920.

A ampliação do ensino superior nesse período foi possível graças a aprovação de uma legislação, em 1915, por parte do Congresso Nacional que exigia a instituição da Universidade no Brasil. Nesse sentido, Cunha (2005 apud MARTIN e ORSO, 2006, p. 2), relata que:

Em 1915 o Congresso criou o modelo fundamental, que existe até hoje, para a formação de universidades no Brasil. Ou seja, pela reunião de estabelecimentos profissionais de ensino superior pré-existentes. [...] Se for uma instituição privada, só pode ser criada mediante a reunião de faculdades, institutos ou escolas profissionais previamente credenciadas pelo poder público. E no setor público há duas vias: cria-se a universidade por esse mesmo processo de agregação ou mediante Lei ou Decreto.

Foi a partir da década de 1930 (período que marcou o fim da Primeira República), com o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945), que intensas mudanças políticas, econômicas e sociais se fizeram sentir na sociedade brasileira. Como consequência desse processo de mudanças, houve a elaboração de um projeto de ensino universitário, que defendiam a promulgação de um estatuto para as universidades brasileiras, por exemplo.

Na segunda metade da década de 1950 a classe estudantil se mobilizava por uma reforma nesse nível de ensino, que dentre vários pontos da pauta se reivindicava um se destacava em relação aos demais, tratava-se da busca pela ampliação das universidades públicas e a associação do ensino à pesquisa que, até então, não se fazia presente no ensino superior brasileiro.

A década seguinte -, 1960, foi crucial para a educação superior, tanto em nível do Ocidente, como no Brasil. As discussões desse subsetor no cenário internacional giravam em torno do papel da universidade pública como catalisadora de desenvolvimento socioeconômico, integração regional e de reestruturação urbana de cidades que se encontravam em situações de baixa dinâmica econômica e social. Nesse sentido, Baumgartner (2015, p. 92) salienta que:

Desde os anos de 1960, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, o Estado passa a compreender a instalação de universidades e/ou *campus* de instituições novas e/ou já existentes como uma estratégia de desenvolvimento urbano e regional de áreas deprimidas e/ou degradadas do ponto de vista da morfologia/da qualificação do espaço urbano.

No Brasil encontramos registros desse debate na primeira metade da década de 1960, durante o mandato do presidente João Goulart (1961-1964). Essa discussão embutida no Plano Trienal, elaborado em 1962 por Celso Furtado, foi a primeira vez que a educação apareceu no discurso e em documentos oficiais enquanto fator primordial para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Com o governo de João Goulart, bem como o regime político brasileiro vigente na época – democracia, interrompido pelo golpe ditatorial armado de 1964, o sistema educacional brasileiro passou por reconfigurações, sobretudo, a partir de 1968 com a reforma universitária e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, um aspecto não se alterou profundamente. Trata-se da concepção da educação superior como elemento de desenvolvimento e progresso da nação, assim, encampado durante os três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), gestados durante a ditadura militar.

Entretanto, diferentemente das discussões que se desenrolavam no âmbito norte-americano e europeu – que discutiam o papel de revitalização da estrutura urbana e social de cidades que abrigavam universidades, como também seus entornos – como foi o caso em Chicago e Pensilvânia, por exemplo (CASTELLS, 1983). No Brasil, as discussões ainda giravam no plano institucional, isto é, expandir o número de IES, bem como ampliar o quantitativo de vagas especialmente no país para que respondesse as demandas e reivindicações de uma sociedade que “clamava” por acesso ao ensino superior.

A partir do exposto, notamos que a educação superior no Brasil foi absorvida, principalmente, a partir do período ditatorial militar como fator de desenvolvimento econômico e impulsionador de dinâmicas na estrutura de centros urbanos. Esse fenômeno se intensificou exponencialmente entre o final da segunda metade da década de 1990 e nos primeiros quinze anos do século XXI, fruto de políticas públicas, decretos e demais atos normativos que a conferiu expansão e ampliação espacialmente e territorialmente para áreas, até então, desprovidas de arranjos educacionais de nível superior. Como consequência desse processo, percebemos um maior desenvolvimento político, econômico e social nas escalas urbana e regional de pequenas e médias cidades do interior brasileiro.

Posto isto, buscaremos apresentar e discutir nas seções seguintes deste capítulo o processo de desconcentração espacial e expansão territorial do ensino superior no Brasil. Elegemos para essa discussão, como já foi frisado na abertura deste capítulo, os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Não nos

atentaremos a gestão da Dilma Vana Rousseff (2011-2016), por entendermos que essa agenda governamental priorizou mais o ensino técnico e tecnológico e ações voltadas para a capacitação e o aperfeiçoamento de estudantes no exterior, a exemplo, do Programa Ciências Sem Fronteiras.

No que se refere à necessidade de estudar as gestões octonárias de FHC e Lula da Silva foi por perceber que tais administrações reestruturaram o sistema educacional superior, especialmente, a universidade de maneira antagônica, contudo, outorgaram-na tanto sua expansão e ampliação como reforçaram seu papel catalisador de dinâmicas socioespaciais intraurbanas e regionais de centros que abrigaram esses arranjos institucionais.

Antes de adentrarmos na discussão da seção seguinte, consideramos pertinente deixar claro os conceitos que nos subsidiarão na fundamentação teórica deste capítulo. Posto isto, trata-se dos conceitos de desconcentração, espaço e território.

De acordo com Lencioni (2008), o conceito de concentração refere-se ao ajuntamento físico de objetos, pessoas, indústrias, serviços e demais equipamentos em uma determinada porção do espaço. Tomando como ponto de partida a ideia dessa autora sobre concentração, mas, sendo que nosso enfoque é desconcentração, este, então, trata-se da sua difusão para outras áreas do espaço, seja para localidades próximas em que a concentração se estabelece como também para outras bem distantes.

No que concerne o conceito de espaço, utilizamos esse como o objeto de estudo da ciência geográfica, dimensão social que possui um conteúdo carregado de simbologia e ideologia, produzido a partir da ação humana em determinados tempos históricos diferentes, bem como *locus* de intervenção jurídico-institucional por parte do aparelho político do Estado para promover a ordem e/ou mediar sua organização para a atuação de agentes hegemônicos em suas diversas escalas.

O terceiro conceito que estrutura este capítulo se coaduna com o último indicado, partindo da perspectiva metodológica que nos apoiemos, trata-se do território enquanto dimensão “usada”, assim, construído por Santos (2002). Para este autor, o espaço social geografizado é visto como território usado, uma construção resultante do acontecer humano e “ser resultante não é ser teatro da história, mas sim a própria história territorializada” (SANTOS, 2002, p. 33).

É a partir desse enfoque teórico-metodológico que procuramos construir a discussão deste capítulo, ou seja, a desconcentração espacial e a expansão territorial do ensino superior no Brasil como um desdobramento oriundo da ação do Estado através de diferentes

dispositivos normativos que não ocorreu de maneira arbitrária, pelo contrário, munido de diferentes objetivos e estratégias que visou por um lado dar respostas às demandas de acesso ao ensino superior a uma sociedade cada vez mais crescente nesse sentido e, por outro, produzir crescimento e diminuir as disparidades socioeconômicas das regiões da nação. Além de atender também aos anseios e interesses de uma classe corporativa nacional e transnacional que passou a se alimentar desde a década de 1990 e, sobretudo, início dos anos 2000 do serviço² de ensino superior.

2.2 O ENSINO SUPERIOR NO OCTONADO DE FHC (1995-2002): EXPANSÃO SELETIVA E BEM-SOCIAL MERCANTILIZADO

A década de 1990 registrou mudanças conjunturais nas estruturas política, econômica e no aparelho do Estado brasileiro em suas múltiplas facetas, em especial, na referente ao subsetor de ensino superior. Essa década também foi marcada, por entre alguns aspectos, pela substituição de um modelo de regulação político/econômico/social burocrático centralizador – no poder do Estado, por um que se alinhou ao movimento de recuperação econômica de nações emergentes, subdesenvolvidas e desenvolvidas, em escala mundial sob a égide dos Estados Unidos, a saber o Neoliberalismo; bem como pela restauração do regime democrático.

Ao longo dessa década o aparelho administrativo brasileiro passou por profundas reestruturações de base, algumas delas como imposição dos Estados Unidos para que o Brasil cumprisse com o pagamento da dívida externa, além disso, que contingenciasse os recursos orçamentários, maximizasse os gastos públicos e aumentasse a carga tributária (POCHMANN, 2010).

Esse processo de ajustes político e econômico imposto pelos Estados Unidos ao Brasil envolveu também a orientação de medidas por parte de organismos internacionais, realce, o Banco Mundial (BM), para a liberação de fundos para o financiamento e a manutenção de atividades bases, como educação, saúde, segurança pública e demais atividades relacionadas à promoção e infraestrutura. Nessa perspectiva, Tavares (2014) ressalta que a preocupação de organismos econômicos multilaterais com questões que envolviam educação e saúde tinha

² De acordo com Chauí (2003, p. 6), na década de 1990, o subsetor de educação superior passou por profundas reformas. Uma das mais impactantes foi a promovida no octonato de FHC que transformou essa atividade em serviço não exclusivo do Estado, o que significou: (a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; (b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

como pano de fundo a implementação de políticas de ajustes econômicos nos Estados com crescimento econômico tardio.

As primeiras metas implementadas seguindo o encadeamento imposto pelo mercado vieram com a implantação da doutrina Neoliberal e com a criação da agenda de Desestatização, em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) que se acentuou a partir de 1995 no octonado de FHC.

Segundo Pochmann (2010, p. 117), a última década do século XX no Brasil foi marcada pelo “alinhamento ao modelo de regulação econômica e social – neoliberalismo, de maneira passiva e subordinada”.

O projeto neoliberal no Brasil passou a ser implementado nos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1992-1994), respectivamente. Dentre alguns fatores que corroboram para esta afirmação encontram-se a criação do Plano Nacional de Desestatização, em que deu marco legal para a privatização de indústrias do segmento siderúrgico, petroquímico, bebidas e outras, bem como a constituição de um projeto educacional voltado para a educação superior centrado no tripé: equidade, eficiência e competitividade. Tais noções fizeram parte do manual de recomendações de organismos multilaterais, a exemplo do BM, para ajustes fiscais e controle da produção para o mercado interno.

Nessa perspectiva, em 1995, em um estudo publicado pelo BM, intitulado “O ensino superior: as lições derivadas da experiência”, essa instituição financeira fez recomendações da seguinte natureza para o ensino de nível superior:

[...] maior equidade para ingressar no ensino superior é importante em termos de eficiência econômica e também de justiça e estabilidade social. [...] os empréstimos do Banco Mundial para o ensino superior têm dentre algumas justificações importantes: apoiar os esforços dos países para adotar reformas de política que permitam ao subsector funcionar de forma mais eficiente e a um menor custo público (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 13-14, grifo nosso).

Como frisado anteriormente, as bases da agenda neoliberal no Brasil se remetem ao governo Fernando Collor de Mello, como nos lembra Paulani (2006, p. 88), “O discurso neoliberal começou a se firmar e fincar raízes nas eleições presidenciais de 1989. [...] Collor vence as eleições e dita” para seu governo uma agenda neoliberal “que ele pouco concretizaria”.

Posto isso, entendemos que o governo de Fernando Collor de Mello desempenhou a função de intermediador, de maneira indireta, do modelo de regulação econômica neoliberal

para a concretização do mesmo na gestão de FHC (1995-2002). Mas, vale lembrar que o papel que FHC desempenharia no seu octonado já se iniciara no biênio 1993/1994, à frente da pasta do Ministério da Fazenda, no governo de Itamar Franco³. Conforme pontua Marques (2014, p. 47):

O período do governo de FHC coroou a adoção e a aplicabilidade neoliberal no Brasil, no qual antes de se tornar presidente, ministro da fazenda no governo de Itamar Franco (1992-1994), legitimou o Plano Real se aproximando das exigências do consenso de Washington, bem como abriu a economia para a atuação de capitais externos. Quando se tornou presidente instituiu a reforma do aparelho do Estado, com a justificativa que o ‘Estado brasileiro se valerá mais de controles de mercado e menos do administrativo’.

O dispositivo que regulamentou a reforma do aparelho do Estado, em 1995, através da Medida Provisória 813/95, ressalta que uma das saídas encontradas pelo Estado brasileiro frente à crise do modelo de regulação política, econômica e social – Nacional Desenvolvimentista – seria a adoção do modelo neoliberal. Contudo, o Ministério da Administração da Reforma do Aparelho do Estado (MARE), que recebeu a legitimidade da presidência da república para implementar a reforma, julgou (durante a gestão de Fernando Collor de Mello) como “inadequada e utópica a ideologia do Estado Mínimo” (MARE, 1995, p. 11).

Entretanto, é possível identificar uma contradição nos argumentos defendidos pelo documento da MARE no que diz respeito à adoção do modelo neoliberal. Tal contradição está no seguinte movimento teórico: no início da década de 1990 (na gestão de Fernando Collor de Mello), o documento da MARE taxou de “inadequada e utópica” a ideia de instituir no país a ideologia neoliberal, porém, no período em que o documento foi criado (primeiro mandato de FHC, 1995 – 1998), há uma inversão argumentativa e o modelo neoliberal passa a ser encarado como uma saída viável para a recuperação econômica e política da nação brasileira. Segundo a presidência da república (chefiada por FHC), a implementação da agenda neoliberal no Brasil seria o melhor caminho para superar a crise política e econômica e tal superação passaria por uma reforma e/ou reconstrução do Estado. Essa ação, de acordo com Silva e Silva (2017), resultou na adequação da instituição pública à lógica de produtividade e gerência típica da administração privada.

³ Itamar Franco foi presidente da República do Brasil (1992-1994), após o *impeachment* do seu colega de chapa, Fernando Collor de Mello.

Mediante o enfoque supracitado, a gestão de FHC representou, por um lado, o aparelhamento do aparelho estatal à lógica de administração do mercado, caracterizada pela contenção de orçamentos e recursos destinados a políticas sociais e de promoção, por outro lado, subvencionou o desenvolvimento de ações privadas, a exemplo, do estímulo à educação superior de caráter privado e, em contrapartida, relegou o investimento na universidade pública. Nesse sentido, Sobrinho (1999, p. 64) frisa:

[...] a universidade pública é, neste momento, restringida, passa por asfixia orçamentária e acaba tendo que adaptar-se à nova realidade como forma de sobrevivência, ‘submetendo-se’ à regra do mercado [...], enfim, deve passar pelas provas da economia liberal.

As consequências das ações privatistas desse governo se verberou no campo das políticas de cunho educacional de nível superior. Conforme Sguissardi (2009, p. 86), de 1995 a 2002, a redução dos recursos federais para investimento nas instituições de ensino superior públicas foi de menos 80%. Esse contingenciamento resultou na deterioração dos *campi*, desgaste de equipamentos, diminuição da qualidade das atividades, intensificação e precarização do trabalho docente, etc.

A política de assistência estudantil⁴ sofreu impactos significativos nesse período, década de 1990, oriundos do bloqueio de repasses de verbas. Tal bloqueio foi resultado de recomendações do BM. Segundo este organismo, “[...] é muito alta a proporção de recursos públicos destinados a gastos públicos, como moradia, alimentação e outros serviços” (grifo nosso). Os “elevados subsídios aos estudantes de universidades públicas não só constituem um investimento ineficiente sendo também um gasto social regressivo” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3).

De acordo com o BM, as soluções para o desenvolvimento saudável do Estado frente às políticas de educação superior passam por:

[...] maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação de estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do governo no ensino superior; adotar políticas que sejam destinadas a outorgar prioridade aos

⁴ Instituída, em 1931, pela administração de Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19.851/31, conferiu as primeiras assistências aos estudantes das universidades federais. Em 1946, ampliou essas políticas com a promulgação da Constituição. Em 1970 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), no qual estendeu essas políticas cobrindo tratamento médico e odontológico, até então, só dispusera de moradia e alimentação aos estudantes.

objetivos de qualidade e equidade (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4, grifo nosso).

Das medidas recomendadas pelo BM, instituídas por FHC, destacamos: a sanção da nova LDB, através da Lei nº 9.394/96, que no seu artigo 45 permitiu a diversificação acadêmica das IES; e sanção do Decreto nº 2.306/97 que tornou possível a criação de centros universitários, criação de faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores que passaram a ministrar cursos de graduação, porém, não tendo a obrigação de desenvolver pesquisa e extensão, apenas o ensino. No entanto, as IES privadas, a partir do artigo 205 da LDB 9.394/96, passaram a usufruir das mesmas determinações que as universidades e centros federais de ensino, realce, a criação e desativação de cursos quando bem quisessem.

Além da LDB/96, considerada a principal ação normativa instituída por essa gestão em foco que estimulou a expansão e ampliação da educação privada, ainda houve a instituição do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵ que possibilitou aos estudantes o ingresso no ensino superior, através de financiamentos bancários, que após oito meses de carência do curso concluído as parcelas passariam a ser quitadas. Ademais, o Fundo isentou as IES participantes de pagar impostos, resultando, por conseguinte, em suas ampliações, sobretudo, no que se referiu a cursos. Além da LDB/96 e do FIES, essa referida gestão aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE)⁶ que consolidou a diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.

De todas as medidas governamentais tomadas pela gestão FHC no tocante à educação superior, a mais agravante de todas foi a transformação da educação, enquanto direito socialmente garantido pelo Estado, em um serviço que passaria a ser privado ou privatizado (CHAUÍ, 2003).

⁵ O FIES surgiu com a descontinuidade do Programa de Crédito Educativo (Creduc), criado em 23 de agosto de 1975, com a finalidade de atender alunos carentes. Posteriormente, o Creduc foi institucionalizado pela Lei 8.436, de 25 de junho de 1992. Todavia, o programa entrou em crise no decorrer da década de 1990 em função, principalmente, da falta de recursos. Diante dos problemas enfrentados com o Creduc, o governo de FHC reestruturou e deu lugar ao FIES, que de início denominou-o de Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, pela Medida Provisória 1.827/1999 e depois com mais uma Medida Provisória 2.094-28/2001, converteu-a em Lei, 10.260/2001. Em 2011 o FIES mudou novamente de nome, deixando a denominação de Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior para se chamar Fundo de Financiamento de Ensino Superior. Além da nomenclatura, o referido Fundo também passou a financiar cursos da educação profissional e tecnológica, e programas de mestrado e doutorado *stricto sensu*.

⁶ Criado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Esse processo nos moldes dessa administração em foco foi nomeado como atividade não-exclusiva⁷ do Estado, ou seja, esse aparelho não tinha mais a obrigatoriedade de financiar a educação superior, no entanto, deveria continuar acompanhando o desenvolvimento de suas atividades. Para isso, elaborou e regulamentou o Programa Nacional de Publicização, através da Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, em que normatizava as universidades públicas em organizações sociais para que, assim, buscassem maior autonomia, lograssem contratos de gestão com o poder executivo para terem acesso à dotação orçamentária (MARE, 1995).

Nesse sentido, as universidades federais que não fossem absorvidas no conjunto do plano das organizações sociais de imediato teriam, a partir da ação dos seus respectivos gestores, que realizar uma transição voluntária, isto é, migrarem da condição de instituições públicas para entidades privadas sem fins lucrativos. Assim, essas passariam a ser regidas pelas leis do mercado.

Essa transição foi denominada por essa gestão como um processo voluntário que transformava as universidades com suas funções em seu interior públicas em serviços privados, sendo que a instituição e sua governabilidade continuavam públicas. Na nossa visão, a administração em questão usou de maneira maquiadora o termo “voluntário”, isso porque, realce, a ação do referido governo foi forçosa, visto que a medida que contingenciava o repasse de verbas públicas para manter as atividades das universidades induzia sua precarização acadêmica e pedagógica, resultando, portanto, numa pressão para que os gestores realizassem a transição para o plano de publicização, senão as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) seriam obrigadas a encerrarem suas atividades. Nesse sentido, Tavares (2014, p. 66) salienta que isso resultou:

Em um processo de privatização dentro da universidade pública, expressa com as parcerias com as fundações privadas de apoio à pesquisa, que serviu para abrir a universidade ao diálogo com o setor empresarial, que determinou a heteronomia da política de ciência e tecnologia.

A educação superior nessa administração foi concebida de maneira diferenciada e contraditória no que diz respeito às suas modalidades de organização. A educação pública foi relegada, sofrendo cortes orçamentários altos, culminando na precarização e deterioração acadêmica, pedagógica e física. Por outro lado, as instituições privadas receberam acentuados investimentos e dotação orçamentária, tanto para a expansão no território nacional como para

⁷ Correspondem a atividades geridas por organizações não-governamentais, ou organizações sociais, ou seja, a uma redução do papel do aparelho do Estado, através dos órgãos públicos estatais, e, em contrapartida, um fortalecimento de entidades da administração indireta que operam por meio de privatização e terceirização.

a ampliação interna e de unidades em localidades já instaladas. Amorim (2010) corrobora nesse sentido ao afirmar que as regulamentações implementadas por FHC, ao longo do seu octonado, produziram uma expansão privatista do ensino superior bastante acentuada.

A privatização da educação superior ao longo dessa gestão foi intensa, pois o índice de vagas na esfera privada sobrepôs substancialmente ao da esfera pública, apesar do quantitativo de discentes matriculados nessa última ter superado a do meio privado, em 1999, com 1.639.218 matrículas, ao passo que a primeira registrou 1.537.923 (INEP, 1999).

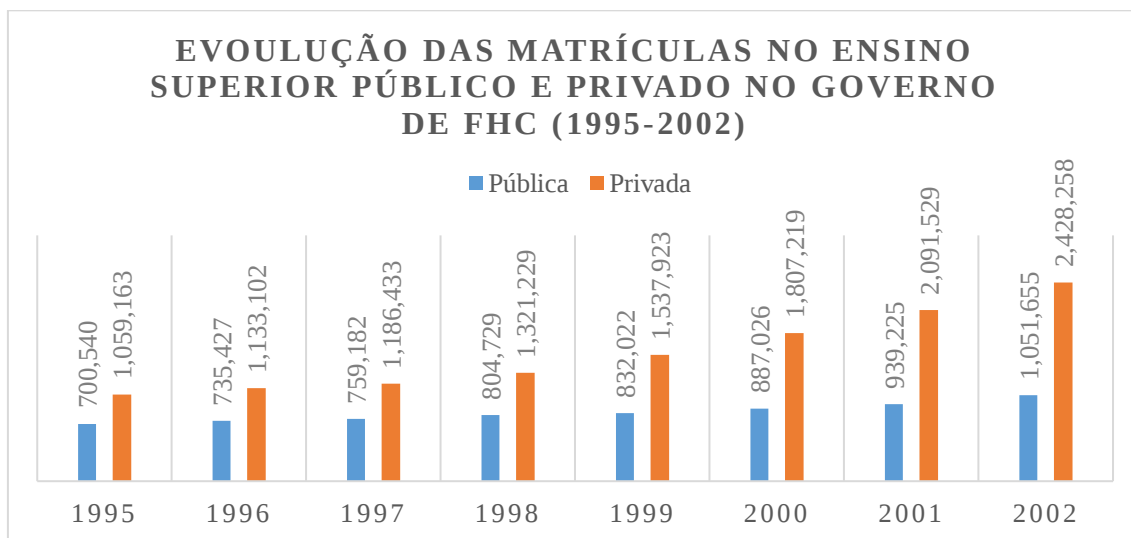
Seguindo essa perspectiva, o gráfico 1, apresenta a variação de crescimento de matrículas no ensino superior por setor, público e privado, ao longo do octonado de FHC (1995-2002).

De acordo com o gráfico 1, percebemos que a taxa de matrículas, no setor privado, apresentou amplo crescimento. Tal ampliação ocorreu, sobretudo, a partir do ano de 1999, como reflexo da regulamentação do Decreto nº 2.306/97, no qual conferiu legitimidade à diversificação organizacional das IES.

A aprovação do referido Decreto desencadeou transformações no subsetor da educação superior, oriundas das políticas educacionais implantadas sob a orientação de organismos econômicos multilaterais, configurando, portanto, em um quadro de elitização e privatização desse nível de ensino (RISTOFF, 2008).

Ademais, notamos no gráfico 1 que, desde o primeiro mandato de FHC, a taxa de matrículas no setor privado havia atingido o patamar de um milhão. Esse quantitativo se ampliou e alcançou a marca de dois milhões de matrículas no ano de 2001.

Gráfico 1 – Número de matrículas no ensino superior público e privado no octonado de FHC (1995-2002)



Fonte: Sinopse censo da educação superior – INEP. Adaptado pelo autor desta pesquisa (2017).

Esse fato se explica, mais uma vez, como expressão do Decreto 2.306/97 que já interferia no Censo da Educação Superior, de 1997 a 1999. Como aponta o censo do INEP, em 1999, “as IES particulares, com fins de lucro, já eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas [...]”. Segundo Sguissardi (2015), esses resultados são reflexos do Decreto 2.306/97 que efetivou a diversificação de financiamentos destinados às IES, em especial, as de organização privada.

Em relação às IFES, notamos que no ano de 2002 a quantidade de matrículas foi de 1.051.655. No entanto, como destaca Luchmann (2007), mesmo mantendo a gratuidade no ensino público e este registrando aumento de matrículas, as condições infraestruturais se apresentavam de modo precário, resultando direta e/ou indiretamente na evasão de discentes, pois, eles não se encontravam em condições de se manterem nos cursos. Nesse sentido, Almeida et al. (ano apud SGUISSARDI, 2015, p. 881) denominou esse processo de “exclusão dos excluídos”. Ainda de acordo com este autor “[...] o ‘aluno novo’ conseguiu ter acesso ao ensino superior, mas teve inúmeras dificuldades para manter-se nesse segmento, isto é, de responder às expectativas de sucesso acadêmico”. Em linhas gerais, o conjunto de estudantes que se encontrava nesta realidade tornou-se, simbolicamente, “excluído” após ter sido “incluído” (ZAGO, ano apud SGUISSARDI, 2015).

De acordo com Nomeriano et al (2012), a política educacional do ensino superior concretizada por FHC coincidiu com as orientações do BM. A expansão e a ampliação da educação superior privada e a privatização do ensino público, em seu interior, permearam o rol de ordenações impostas pelo citado organismo multilateral. Ainda conforme as diretrizes

deste organismo, a universidade pública deveria atender as necessidades de formação dos “ricos”, pois, eles são a categoria que possui o dom da *intelligentsia*; enquanto aos “pobres” restaria frequentar cursos de ciclos curtos e/ou profissionalizantes para formarem mão de obra para as atividades de base produtiva.

Mediante os dados apontados e as discussões realizadas até aqui, a educação superior como bem mercantilizável e de labor meritocrático encontrou bases materiais para a consolidação e a sua difusão no Brasil a partir do octonato de FHC, em função da implementação de medidas normativas, como: o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995); a LDB 9.394/1996 que revogou a anterior (5.540/68) e, juntamente, com o Decreto 2.306/97 respaldaram a expansão do ensino superior com fins lucrativos; a aprovação do Decreto 1.827/99 que passou a financiar cursos de nível superior em IES privadas por meio de convênios com agências bancárias – Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB) –; e a criação do PNE (2001) que garantiu a diversificação de dotações orçamentárias às IES. Nessa perspectiva, Sguissardi (2015, p. 873) frisa:

Ao mesmo tempo e sob pressão de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o então ministro da educação, Paulo Renato de Souza, (que chegara a ser vice-diretor do BID em Washington), conduz o quase desmonte do “setor” federal da educação superior, congelando os recursos financeiros e salários, e não criando nenhuma IFES ao longo de dois mandatos presidenciais (1995-2002). Concomitantemente patrocinava o arcabouço jurídico – Decretos 2.207 e 2.306 de 1997 – para a legalização do “negócio” da educação superior [...].

Mediante o exposto, verifica-se que as ações adotadas e implementadas por FHC ao longo do seu octonato no que tange à educação superior, como arrocho salarial, cortes nas verbas de custeio, bem como reduções nos gastos com investimentos, foram consequências do acordo firmado entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e FHC, em 1998. Tal Fundo internacional exigiu do referido governo um *superávit* primário capaz de assegurar a sustentabilidade da dívida fiscal brasileira. A necessidade de elevar o *superávit* primário obrigou o governo a adotar duas medidas: a) aumentar a carga tributária, que ultrapassou 30% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1998, para mais de 35%, em 2003, e b) reduzir os gastos públicos. Essas medidas implicaram na realização de cortes de despesas, sobretudo, no Orçamento de Custeio e Capital (OCC) (CARVALHO; LOPREATO, 2005, p. 95-96).

2.3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OCTONADO DE LULA DA SILVA (2003-2010): UMA ATIVIDADE CATALISADORA DE DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

O ano de 2003 foi marcado, em termos políticos, por uma ruptura nos moldes efetivamente político e social. Tal ruptura ocorreu com o empossamento do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva⁸. Seu governo, que se constituiria em dois mandatos (2003-2010), determinou a ruptura de um modelo de administração pública gerencial⁹ e também um modo de regulação social calcada na elitização e na diferenciação de classe social, e projetou uma administração baseada no desenvolvimento econômico e social com cobertura para todas as classes sociais constituintes da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Pochmann (2010, p. 16) considera que a gestão do Lula da Silva rompeu com o “modelo neoliberal de regulação da sociedade brasileira” e instituiu o “social-desenvolvimentismo, que combina avanço econômico com melhorias sociais”.

No que se refere ao campo da educação superior – nosso objeto teórico de pesquisa –, a administração de Lula da Silva a concebeu como um instrumento para o progresso econômico e social, redistribuindo *campi* universitários, através de universidades federais já criadas e também criando, bem como a enorme expansão da educação técnica e tecnológica, os Institutos Federais (IF's) para pequenos e médios centros urbanos do interior do Brasil.

Essa ação propiciou, por um lado, a oportunidade de milhares de estudantes ingressarem no ensino de nível superior, pois, até então, era uma tarefa difícil em razão das localidades em que se encontravam as IFES, em sua maioria, nas grandes cidades e metrópoles do país como também a falta de condições para se manterem nos cursos, mesmo que fossem públicas.

Por outro lado, a implantação de *campi* de universidades, de Institutos e Centros Federais de Ensino estimulou uma maior articulação e integração territorial e cultural das regiões, cidades e povos que a constituem, através da implantação de unidades educacionais em entroncamentos de divisas estaduais, entre uma cidade média e uma pequena. Além disso, houve a criação de universidades que visou atender especificidades de tradições locais, a exemplo, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

⁸ Elegeu-se um ano antes (2002), ao vencer o candidato da situação, José Serra, nas eleições presidenciais.

⁹ A administração pública gerencial está apoiada no princípio da flexibilização, isto é, nos princípios da meritocracia, na avaliação constante de desempenho, de resultados. Enfim, segue controles de mercado.

(UNILAB)¹⁰, com sede na cidade de Redenção, Ceará, e as unidades expandidas da UFPB, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto¹¹.

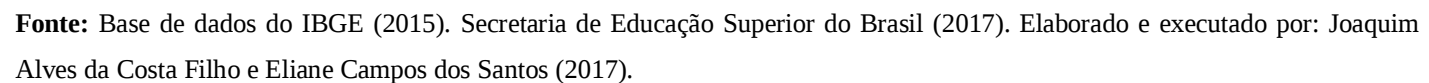
Posto isso, as políticas públicas e os decretos normativos criados por essa referida gestão para o provimento e o desenvolvimento da educação superior foram os seguintes:

1. A Expansão das Universidades Federais, Fase I (2003-2006), que possibilitou a criação de novas universidades e a criação/construção de novas unidades avançadas desse tipo de instituição em localidades que ainda não tinham e/ou que a quantidade era insuficiente para atender a demanda de estudantes por acesso ao ensino superior. Nesta perspectiva, o mapa 2 ilustra essa expansão promovida pelo Plano de Expansão Fase I.

Além das universidades e *campi*, o Plano de Expansão Fase I direcionou até o ano de 2007 um montante de R\$ 250.000.000 milhões para investimentos, que foram convertidos, entre outras ações, para a criação de 461.313 novas vagas em cursos de graduação, como também para o provimento de 7.668 novas vagas destinadas a docentes e 4.717 a técnicos-administrativos, respectivamente, através de concursos públicos (ANDIFES, 2010; CARVALHO, 2014).

¹⁰ A UNILAB foi criada com a finalidade de formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

¹¹ As unidades educacionais de Rio Tinto e Mamanguape, conhecidas institucionalmente como *Campus IV* da UFPB, foram criadas com o objetivo de atender prioritariamente as especificidades dos povos que constituem a região imediata do Litoral Norte da Paraíba, com cursos voltados às atividades econômicas e culturais da região, como Ecologia e Engenharia de Pesca, por exemplo.

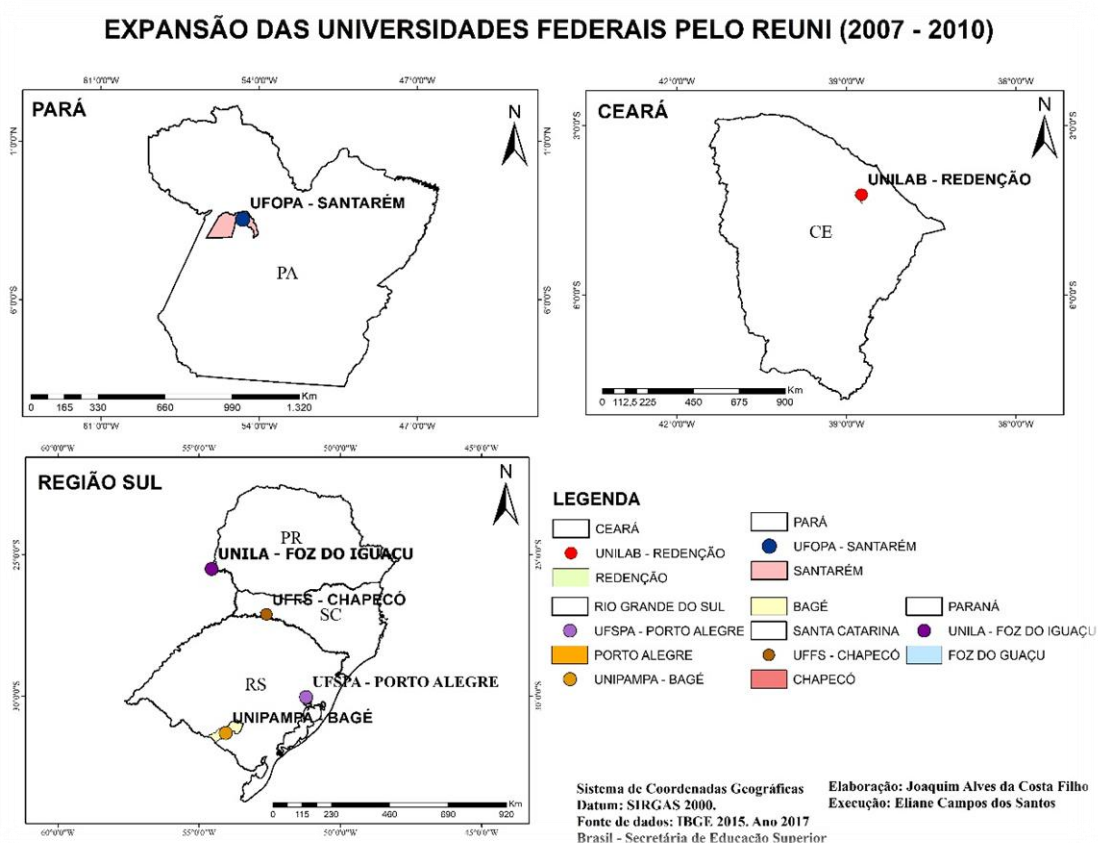


2. O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que visou:

[...] dar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (REUNI, 2007, p. 10).

Além disso, continuou com o plano de interiorização das universidades federais, através da criação de novas, como também de unidades avançadas daquelas já existentes. Nessa fase, através do REUNI, o foco foi a criação de universidades em áreas de divisas estaduais, em limites de nações, bem como no objetivo de atender necessidades específicas de costumes sociais e culturais do trabalho e das práticas teóricas e funcionais de determinados povos. Nesse sentido, o mapa 3 ilustra as universidades criadas a partir do REUNI, visando atender essas metas e objetivos.

Mapa 3 – Expansão das universidades federais a partir do REUNI (2007-2010), por localidades atendidas



Fonte: Base de dados do IBGE (2015). Secretária de Educação Superior no Brasil (2013). Elaborado e executado por: Joaquim Alves da Costa Filho e Eliane Campos dos Santos (2017).

De acordo com o mapa 3, foram criadas seis novas universidades federais, a partir do REUNI, que se juntaram as demais implantadas no Plano de Expansão Fase I, conforme mostra o mapa 2. Nesse sentido, ao final do octonado do governo Lula da Silva foram criadas 14 novas universidades e 126 novos *campi* de universidades federais. Sobre os *campi*, o anexo 1 apresenta a lista completa com os *campi* e seus respectivos municípios atendidos ao longo do octonado desse governo.

Ademais, as universidades criadas, a partir do REUNI, contemplaram um dos princípios do Decreto 6.096/2007, ou seja, prover condições para a ampliação e acesso ao ensino superior. Das seis universidades criadas, três foram implantadas em áreas de limites estaduais e de fronteiras nacionais: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu – Paraná (PR); a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em Bagé – Rio Grande do Sul (RS); e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó – Santa Catarina (SC).

No que diz respeito a essas três universidades supracitadas, a primeira está localizada em Foz do Iguaçu, município que faz fronteira com o Paraguai através das cidades de *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias*; e com a Argentina por *Puerto Iguazú*. A segunda foi implantada em Bagé, o município que faz fronteira com o Uruguai por meio da província de *Vichadero*. E a terceira, localizada em Chapecó, foi idealizada com o objetivo de atender às demandas imediatas do Sul de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, haja vista que a cidade Chapecó é um importante nó urbano/regional da região Sul brasileira e passou a ganhar ainda mais notoriedade com essa função de atender as demandas imediatas de oferta de ensino superior às populações catarinense e gaúcha que compreendem essa região imediata, Oeste e Noroeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente.

Portanto, essas três IES federais foram concebidas com objetivos em comum, sendo que desses apreendemos com clareza dois: por um lado atender as necessidades imediatas de acesso ao ensino superior a cidadãos brasileiros e sul-americanos, principalmente; e do outro, contribuir para uma maior integração urbano/regional do Brasil e também da América do Sul, além do incentivo ao progresso econômico, social e cultural, sendo, assim, a educação superior como esse arranjo catalisador.

Sobre os aspectos institucionais da expansão e ampliação das universidades federais, através do Plano de Expansão Fase I e REUNI, a tabela 1 apresenta a evolução da quantidade de universidades criadas como também o número de cursos de graduação, vagas ofertadas, funções docentes e o quantitativo de concluintes em cursos de graduação, ambos os dados se

referem às universidades federais criadas no octonato de Lula da Silva. Ademais, buscamos comparar o quantitativo dessas variáveis criadas ao longo dessa referida gestão com o quadro que se apresentava ao fim do octonato de FHC.

Tabela 1 – Evolução no número de universidades federais criadas, número de cursos de graduação, vagas ofertadas, funções docentes e o quantitativo de concluintes em cursos de graduação, por ano

Variáveis	Número existente/Ano	
	2002	2010
Universidades	83	103
Cursos	2.392	5.357
Vagas	121.455	302.359
Docentes	59.545	83.443
Concluintes	84.341	99.945

Fonte: Censo da Educação Superior, 200/2011. Adaptado pelo autor desta pesquisa (2018).

De acordo com a tabela 1, na gestão Lula da Silva, em oito anos, o número de universidades federais cresceu em termos percentuais, 53,76%, seguido pelos cursos (44,65%), das vagas (40,16%), funções docentes (71,36%) e de concluintes (84,38%).

Mediante esta exposição estatística é possível inferir que as universidades, funções docentes e concluintes, nessa categoria administrativa acadêmica, experimentaram em menos de uma década um crescimento exponencial. Além disso, as três variáveis que mais se destacaram, em termos de crescimento quantitativo (universidades, docentes e concluintes), foram resultantes das ações implementadas pelos Planos de Expansão das Universidades Federais Fase I (2003-2006) e do REUNI, que dentre as várias metas estipuladas para/com o ensino superior público constavam: a ampliação com expansão das universidades para áreas interioranas do Brasil, processo de interiorização, ilustrada nos Mapas 2 e 3; relação de um docente a cada turma de dezoito estudantes, o que possibilitou uma acentuada abertura de vagas em concursos públicos nesse segmento; e a grande melhora no percentual de conclusão de discentes nas universidades federais que passam pelas ações assistencialistas propostas pelo REUNI, como as bolsas permanência, e também pelo PNAES, através de residência estudantil, alimentação em dois períodos (almoço e jantar) nos restaurantes universitários, além de auxílios moradia e alimentação àqueles estudantes que, por algum motivo relacionado as demandas do curso, precisam se ausentar da cidade sede da universidade.

3. O Programa Universidade Para Todos (ProUni), criado pela Lei nº 11.096/2005, visou responder a demanda de ampliação e expansão, sobretudo, de vagas no ensino superior por meio da via privada. Segundo o documento que instituiu o ProUni, o objetivo do referido programa é criar condições para o acesso de estudantes carentes ao ensino superior, através de bolsas integrais e parciais (BRASIL, 2013).

Além disso, o ProUni buscou ampliar o ensino superior no turno noturno para contemplar maiores oportunidades àqueles sujeitos que não tinham condições de frequentar o ensino superior nos períodos matutino e/ou vespertino, respectivamente, em decorrência de se ocuparem com alguma atividade relacionada à subsistência, notadamente, trabalho.

Posto isso, a tabela 2 apresenta a evolução de bolsas ProUni, tanto as integrais como as parciais, desde a sua implementação, em 2005, até o último ano do governo Lula da Silva, em 2010. Enquanto a figura 1 ilustra a relação de estudantes bolsistas/ProUni com àqueles matriculados nas universidades públicas. Vale lembrar que tais informações visam fornecer um panorama a respeito da distribuição de matrículas por organização administrativa e turno de aulas.

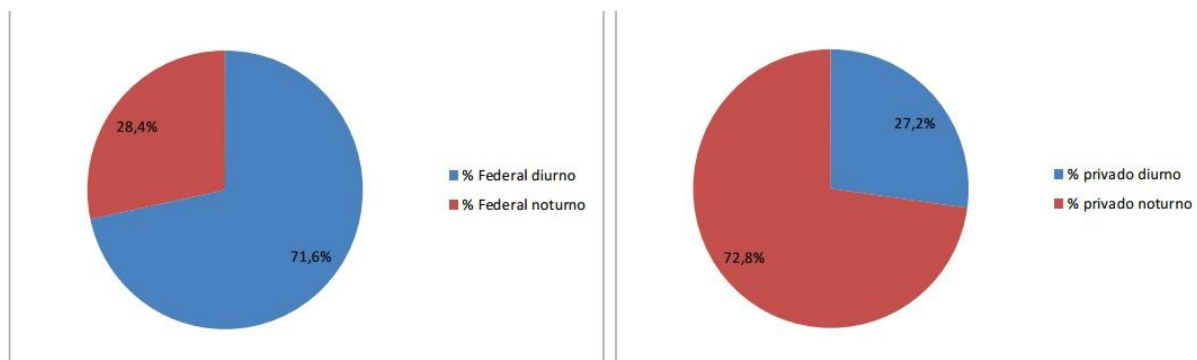
Tabela 2 – Evolução da oferta de bolsas ProUni, integrais e parciais, de 2005 a 2010

Ano	Parcial	Integral	Total
2005	40.370	71.905	112.275
2006	39.907	98.761	138.668
2007	66.223	97.631	163.854
2008	125.510	99.495	240.441
2009	94.517	153.126	247.643
2010	115.351	125.090	240.441

Fonte: Brasil (2013). Elaborado pelo autor desta pesquisa (2017).

De acordo com a tabela 2, o número de bolsas integrais foi superior às parciais em quase todo o período com exceção do ano de 2008, em que a quantidade de parciais sobrepôs as integrais, em que houve 125.510 parciais e 99.495 integrais. No que se refere à evolução numérica, a quantidade foi crescente em quase todo o período com exceção de 2009 quando houve uma redução de 30.993 bolsas parciais em relação a 2008. Porém, voltou a crescer no ano seguinte com a oferta de 20.834 novas bolsas, no entanto, não foi suficiente para repor a quantidade que fora reduzida, em 2008. As bolsas na modalidade integral também registraram queda no período, em 2010, quando houve uma redução de 28.036 bolsas em relação ao ano de 2009.

Figura 1 – Percentual comparativo de matrículas de estudantes bolsistas, parciais e integrais, no ProUni com os das universidades federais, por turno de aula



Fonte: Censos da educação superior, MEC/INEP. Elaborado por Carvalho (2014).

Conforme a figura 1, a quantidade de matrículas no período noturno do ensino superior mostrou concentração nas IES privadas, 72,8% das matrículas, o que permite inferir que o ProUni intensificou a absorção de *estudantes trabalhadores*. Nesse sentido, esse Programa tem conseguido atingir seu principal objetivo, ou seja, ampliar a taxa de estudantes menos favorecidos economicamente no ensino superior. Além de ter ampliado a concessão de bolsas, parciais e integrais, ao longo do período de 2005-2010, com ínfimas oscilações (ver Tabela 2), o Programa também regulamentou a bolsa permanência¹², através da Portaria Normativa nº 569/2006, que passou a conceder a bolsa no valor de R\$ 300. Em relação ao percentual de discentes de baixa renda acolhidos pelo programa, o Instituto Mercado Popular (IMP) (2016) apontou que dos 23% de estudantes de baixa renda presentes na sociedade brasileira, em 2010, 15% encontravam-se inseridos no ProUni.

4. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei nº 11.892/2008, em que regulamentou a ampliação com expansão socioespacial de novos Institutos e Centros Federais dessa natureza para diversos municípios brasileiros, sendo que, essa expansão visou atender prioritariamente pequenos e médios municípios do interior da nação que apresentavam baixas taxas de desenvolvimento social e crescimento econômico.

Nessa perspectiva, a ênfase desse plano, com a implantação desses arranjos em tais localidades, foi a elevação da taxa de desenvolvimento social, gerar dinâmica econômica e cultural aos centros receptores dos novos Institutos, Centros e/ou unidades descentralizadas, resultando, por conseguinte, em uma integração territorial mais coesa como também na diminuição das disparidades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras.

¹² Destina-se a estudantes com bolsa integral, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração, e cuja carga horária média seja igual ou superior a seis horas diárias de aulas.

Seguindo essa lógica, esse plano de expansão contemplou quatro estados brasileiros que, até então, essa categoria de ensino superior não oferecia, sendo eles: Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Com a implantação de Institutos, Centros e unidades descentralizadas desse segmento nesses estados, todas as vinte e seis Unidades Federativas do território brasileiro mais o Distrito Federal passaram a ofertar ensino superior, que em números absolutos representava, até o ano de 2010, 27% de todos os municípios brasileiros, haja vista que nesse ano havia 5.565 municípios (IBGE, 2010) e 1.500 municípios atendidos por esse plano de expansão (MEC/SETEC/CGSIFEP, 2012). O anexo 2 deste trabalho apresenta a lista dos municípios, por região, com suas respectivas localizações geográficas, que receberam, até 2010, Institutos, Centros e/ou Unidades desse segmento de ensino superior.

5. O PNAES regulamentado pela Portaria Normativa nº 39/2007 e, posteriormente, convertida no Decreto 7.234/2010. Esse Programa conferiu oportunidades para que os estudantes conseguissem ingressar e permanecer no ensino superior público, através de múltiplos auxílios, envolvendo moradia, alimentação, auxílio moradia/alimentação, atendimento de saúde, odontológico e psicológico.

Além disso, o Programa possibilitou aos discentes a oportunidade de realizar qualquer curso e em qualquer IFES que pretendesse, utilizando-se dos auxílios moradia e alimentação, principalmente (desde que atendessem aos requisitos mínimos, como possuir renda *per capita* de até um salário mínimo e meio), pois isso, até então, era praticamente inviável, principalmente, tratando-se de estudantes de baixa condição financeira.

Nesse sentido, é possível inferir que o PNAES estimulou um dinamismo sociespacial de estudantes entre os mais diversos centros urbanos do Brasil, uma vez que anulou o obstáculo que os impediam de ingressar em qualquer IFES, localizada em um determinado ponto do país, em razão de condições financeiras.

Desse modo, a expansão com ampliação das universidades federais, Institutos e Centros Técnicos, pela via física, acadêmica e também as ações institucionais de ampliação de cursos, vagas, cursos inovadores, ações sociais de assistência aos estudantes, ampliação de bancos de vagas em concursos públicos para funções docentes e técnicas-administrativas estimulou tanto uma dinâmica socioespacial desses sujeitos – discentes, docentes e técnicos-administrativos –, bem como uma dinâmica intraurbana e intrarregional naquelas localidades que passaram a receber, por um lado, os arranjos físicos das IFES, por outro, os fluxos

contínuos e complexos de discentes, docentes e técnicos para estudarem/atuarem nas instituições. Nesse sentido, Baumgartner (2015, p. 16) afirma:

As cidades, [com IFES instaladas em seu território], recebem grandes investimentos que trazem consigo um incremento da migração de pessoas com alta qualificação profissional (professores universitários, pesquisadores, técnicos-administrativos, entre outros), bem como estudantes universitários, alguns com alto poder aquisitivo, vinculados notadamente a determinados cursos, tais como Medicina, Odontologia, as Engenharias, Direito, entre outros; e alunos com rendas menores, que podem ser atendidos pelos programas de assistência estudantil, como não, mas, em ambos os casos irão provocar um impacto de consumo na cidade, seja através do mercado imobiliário, seja no comércio de consumo consumptivo.

O panorama traçado nessa seção visou analisar as ações e/ou políticas sociais implementadas no octonado de Lula da Silva e, a partir dessas, compreender sua articulação em um quadro mais amplo, de uma maior integração urbano/regional, a partir desse serviço e na dinamização socioeconômica das cidades que passaram a receber arranjos desse tipo de serviço. Além disso, buscou apresentar tais transformações, de modo sucinto e indicativo. Iremos retornar a este assunto com maiores detalhes no capítulo 3, em que entraremos no objeto de estudo desta pesquisa, a saber: “ As novas dinâmicas socioespaciais no espaço urbano da cidade de Cajazeiras – PB, como resultantes da presença do ensino superior”.

Na seção seguinte, com moldes mais conclusivos deste capítulo, buscamos analisar o processo de interiorização do ensino superior no governo Lula da Silva, em que observamos, *a priori*, como um movimento de desconcentração espacial desse serviço, uma vez que, até então, se concentrava de sobremaneira nas grandes cidades e metrópoles e, sobretudo, no eixo regional de maior controle econômico e de gestão do território, Sul e Sudeste. E, ao final dessa referida gestão, todos os estados brasileiros contavam em seu território com IFES, sendo que de um total de 5.565 municípios, em 2010, 1.500 passaram a ofertar cursos superiores públicos/federais à sociedade.

2.4 INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA DA SILVA

Como foi posto na seção anterior, a educação superior no governo Lula da Silva experimentou um intenso processo de expansão territorial, seja através da criação de novas universidades, de novos *campi*, como também de novos Institutos e Centros federais de

educação científica e tecnológica. Além disso, houve ampliação física, pedagógica e acadêmica dessas categorias administrativas. Todo esse processo ocorreu em função de ações e programas políticos/governamentais viabilizados por essa gestão para o desenvolvimento social, cultural e econômico desta nação.

Esse processo interiorizou o ensino superior no Brasil e o concebeu como meio de inclusão, através da democratização espacial do ensino. Nesse sentido, compreender o movimento de interiorização do ensino superior, na referida gestão, requer uma análise acerca da evolução e desenvolvimento dos parâmetros institucionais que compõem a universidade, o instituto e/ou o centro federal, ou seja, examinar o número de universidades, vagas e funções docentes criadas em localidades que não se inseriam no conjunto das grandes cidades e metrópoles. E, além disso, comparar com os dados o contexto temporal em que essa expansão se concretizou, bem como, com o cenário que se apresentava anteriormente.

Essa gestão procurou interiorizar e expandir espacialmente as universidades e o ensino técnico-científico por meio dos programas de Expansão das Universidades Fase I, REUNI e da Rede de Ensino Científico e Tecnológico, como foi discorrido na seção anterior. Porém, mais do que criar universidades, *campi*, Institutos e Centros de ensino de nível superior, o projeto desse governo foi utilizar esse subsetor como instrumento de desenvolvimento sociocultural e econômico, através da implantação dos fixos educacionais em áreas geográficas estratégicas, como em centros urbanos de médio e pequeno porte, ofertando o serviço para áreas que extrapolassem as divisas regionais e, até mesmo, as fronteiras do Estado/Nação.

Nessa perspectiva, Marques e Cepêda (2012) afirmam que uma das políticas de maior destaque criada na gestão, Lula da Silva, e que conferiu grande notoriedade ao projeto de expansão e interiorização do ensino superior para áreas distantes dos grandes centros e metrópoles nacionais foi o REUNI, pois possibilitou a implantação de IFES em 236 municípios brasileiros que careciam de ensino superior de qualidade e alto nível.

Nesse sentido, além da geração de oportunidades a sujeitos ingressarem no ensino superior público/privado, possibilitou aos centros urbanos, receptores das instituições, se dinamizarem economicamente e redefinirem seus papéis e funções na hierarquia urbana. Isso, porque a presença de uma IFES em um município pequeno e interiorano provoca múltiplas mudanças onde se instala, ou seja, o valor do solo urbano, o aluguel tende a aumentar; além da demanda por material de construção para construir novos imóveis para atender ao novo

quantitativo de consumidores do serviço. Enfim, gera um movimento em todos os setores, no econômico, de serviços, no comércio até nos de mobilidade urbana.

Além disso, como apontam Marques e Cepêda (2012, p. 183):

A interiorização do ensino descentralizou os polos educacionais das grandes cidades, a fim de permitir o acesso das populações mais distantes ao ensino superior público. Mas vale ressaltar que este processo de descentralização das IFES para mesorregiões distantes funciona também como política de desenvolvimento local [...] a interiorização promove a integração da universidade com a comunidade e a participação no desenvolvimento local.

Os autores supracitados nos chamam a atenção para um movimento importante que se desenvolveu no projeto de expansão do ensino superior, ou seja, a descentralização da educação superior das grandes cidades e metrópoles para médias e pequenas cidades e, sobretudo, das regiões Sudeste e Sul do país para regiões carentes ou com incipiências desse serviço, no caso, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No entanto, optamos por utilizar o termo desconcentração, pois, expressa uma conotação de redistribuição do serviço, notadamente, o ensino superior. O termo descentralização passa um sentido de que houve um redimensionamento dos núcleos-chave ofertadores do serviço e que, em um momento anterior, o eixo de concentração do ensino seria o Sudeste e o Sul, além de que com esse processo de expansão, capitaneado pela gestão Lula da Silva, teria sido substituído pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A descentralização que os autores se referiram não ocorreu por dois motivos. Primeiro, o ensino superior continua centralizado nas regiões Sudeste e Sul (adiante mostraremos dados que evidenciam essa afirmação). E, em segundo, o intuito da expansão foi a desconcentração, ou seja, a redistribuição de acesso ao ensino superior a todas as áreas geográficas do país, visando atender as demandas dos estudantes como também promover o desenvolvimento sociocultural e econômico de centros urbanos e regionais estagnados, do ponto de vista da produção e do consumo.

A desconcentração das universidades públicas foi um processo importante para o desenvolvimento urbano e regional, pois contribuiu para a qualificação do trabalho e também promoveu melhorias nos aspectos econômicos, sociais e espaciais. Isto é, dinamizou econômica, social e espacialmente os centros urbanos interioranos que acolheram em seus domínios territoriais universidades e/ou unidades da mesma organização acadêmica e também de ensino técnico/científico.

Posto isso, apresentamos adiante dados seguidos de uma análise sobre a evolução de IFES e matrículas por capitais estaduais e interior, bem como por cada região geográfica que constitui o Brasil.

Mediante isso, o quadro 1 apresenta a evolução do número de IFES – universidades federais, IF's e Centros de Educação Ciência e Tecnologia (CEFET's) – por região geográfica do país, discriminadas em dois períodos temporais. O primeiro até o ano de 2002, e o outro de 2003 a 2010. O intuito de analisar essa e outras variáveis dessa natureza é verificar a expansão da educação superior no governo Lula da Silva, especialmente.

Quadro 1 – Evolução do número de IFES, por região geográfica, com referência aos anos de 2002 e 2010

Brasil/Região	Ano	Total de IFES	Brasil/Região	Ano	Total de IFES
Brasil	2002	58	Brasil	2010	95
Norte	2002	15	Norte	2010	15
Nordeste	2002	16	Nordeste	2010	25
Sudeste	2002	20	Sudeste	2010	30
Sul	2002	12	Sul	2010	17
Centro-Oeste	2002	6	Centro-Oeste	2010	9

Fonte: Sinopse estatística da educação superior (2002/2010). Adaptado pelo autor desta pesquisa (2018).

De acordo com o quadro 1, o número de IFES – universidades federais, IF's e CEFET's, no Brasil cresceu 37% (em números absolutos 37 IFES), no octonado de Lula da Silva em relação ao quantitativo que encontrara no início da sua gestão, em 2003, em que o número de IFES era de 58.

No que se refere aos dados por região, o Nordeste foi o que, no referido período, recebeu, ao lado da região Sudeste, o maior número de IFES, sendo que cada uma recebeu dez estabelecimentos acadêmicos dessa natureza. A região Norte ficou estável com o mesmo número, enquanto que Sul e Centro-Oeste receberam, em seus respectivos territórios, um quantitativo baixo de IFES, se comparado ao Nordeste e Sudeste.

Na tabela 3, são apresentados os dados e as informações acerca do número e percentual de matrículas nas IFES, por localidade, ou seja, o quantitativo e o percentual de matrículas registradas, nos anos de 2002 e 2010, nas capitais dos estados federativos do Brasil e nos centros urbanos interioranos, bem como por região geográfica do país.

Tabela 3 – Número e percentual absoluto de matrículas, nas IFES, por localização (capital e interior), e regiões geográficas (2002/2010)

			Até o ano de 2002			
País/Região	Total	%	Total por Capital	%	Total por Interior	%
Brasil	557.896	100%	349.345	62,60%	182.289	32,67%
Norte	77.958	100%	50.788	65,14%	27.170	34,85%
Nordeste	156.144	100%	127.236	81,50%	28.908	18,50%
Sudeste	148.620	100%	68.953	46,40%	79.667	53,60%
Sul	85.961	100%	56.519	65,75%	29.442	34,25%
Centro-Oeste	62.951	100%	45.849	72,83%	17.102	27,16%
			Até o ano de 2010			
País/Região	Total	%	Total por Capital	%	Total por Interior	%
Brasil	5.746.762	100%	2.713.589	47,20%	3.033.173	52,80%
Norte	385.717	100%	272.588	70,70%	113.129	29,30%
Nordeste	1.138.958	100%	682.008	59,90%	456.950	40,10%
Sudeste	2.755.635	100%	1.168.487	42,40%	1.587.148	57,60%
Sul	929.446	100%	244.124	26,30%	685.322	73,70%
Centro-Oeste	537.006	100%	346.382	64,50%	190.624	35,50%

Fonte: Sinopse estatística da educação superior (2002/2010). Adaptado pelo autor desta pesquisa (2018).

* As informações das IFES, com base no ano de 2002, condizem unicamente às universidades federais e aos CEFET's, visto que, os IF's só começam a existir a partir de dezembro de 2008, mediante a criação da Rede Federal de Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892/2008.

Conforme a tabela 3, o quantitativo de matrículas no ensino superior federal – universidades, CEFET's e IF's – no Brasil apresentou um crescimento exponencial no período de 2003 a 2010, passagem temporal que representou as duas gestões do presidente Lula da Silva. Nesse período, o crescimento de novas matrículas nesses estabelecimentos acadêmicos foi de 930%, isto é, em oito anos o número de matrículas no ensino superior federal teve um aumento de dez vezes em relação ao cenário que se encontrava até o final do ano de 2002.

Vale salientar que esse crescimento de matrículas não ocorreu somente com ampliações de vagas em *campi* já existentes, adveio com a criação de novas IFES, expansão espacial para localidades interioranas, como também pela criação da Rede Federal de Ciência e Tecnologia, em 2008, que possibilitou o redimensionamento de diversos CEFET's, espalhados pelo país, em IF's, mas, também, assegurou a permanência de vários deles.

No que se refere à expansão por região, o maior crescimento de matrículas no referido período, 2003-2010, ficou registrado nas regiões Sudeste e Sul. Houve nessas duas regiões, respectivamente, um acréscimo de 94,60% (2.607.015) e 90,75% (843.485), de novas matrículas. Esses dados corroboram e reforçam a nossa premissa de que o projeto de expansão da educação superior, capitaneado pelo governo Lula da Silva, não descentralizou o ensino superior, em termos localizacionais, porque os maiores quantitativos de matrículas, segundo os dados do referido período, ainda se concentram nesse eixo formado pelo Sudeste e Sul. O que de fato ocorreu foi uma desconcentração com redistribuição para as demais regiões brasileiras, Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que, até antes do seu governo, apresentavam taxas baixíssimas e, ao fim do seu octonado, apresentaram evolução de 79,80% (307.759), 86,30% (982.814) e 88,30% (474.055) de novas matrículas, respectivamente.

Com relação a concentração de matrículas por localidade geográfica, capital e interior, até o ano de 2002, em todos os cenários, com exceção da região Sudeste, desde a educação superior em nível nacional, perpassando o nível das outras quatro regiões (Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste), essa variável (as matrículas) se concentrava em maior grau nas capitais e demais centros urbanos de maior hierarquia nacional.

Após o ano de 2002, conforme a tabela 3, o cenário mudou e, nesse sentido, é pertinente inferir que a interiorização do ensino superior público/federal se iniciou no octonado de Lula da Silva, através de programas, planos, decretos e demais atos normativos que possibilitaram a construção do processo de interiorização desse segmento de ensino. Evidências disto é que, até 2002, nem na escala macro, tampouco na microrregional havia maior presença de matrículas nas áreas interioranas do país e, ao final do ano de 2010 (último ano do octonado do referido presidente), duas das cinco regiões brasileiras (Sudeste e Sul), além do quadro nacional, apresentaram maior quantitativo de matrículas em localidades geográficas que não pertencem às capitais e aos grandes centros urbanos. E, mesmo, nas regiões em que a concentração ainda se mostrou baixa, notadamente, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a diferença baixou significativamente, como a tabela 3 mostra, em relação ao quadro em que apresentava, em 2002.

Nessa perspectiva, Pochmann (2010, p. 172) salienta que, durante o octonado do governo de Lula da Silva, o Brasil experimentou grandes avanços em setores de produção e promoção, oriundos de fortes investimentos. Um exemplo, segundo o referido autor, é o subsetor de educação superior que foi contemplado com a implantação do REUNI e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os quais possibilitaram a criação de novas

universidades/IF's e/ou *campi* dessas organizações acadêmicas em distintos espaços geográficos do país, sobretudo, nas localidades interioranas.

Posto isso, este segundo capítulo buscou analisar a educação superior no Brasil, desde a esfera institucional até a sua expansão espacial. Nesse sentido, analisamos esse subsetor de ensino, a partir das gestões que se constituíram em octonados de FHC e Lula da Silva, com o intuito de averiguar as ações normativas desses dois presidentes direcionadas a este segmento educacional.

No capítulo seguinte, partiremos para a análise de caso desta pesquisa. No primeiro momento, analisaremos a origem e o contexto espaço/temporal do desenvolvimento do ensino superior no estado da Paraíba; e, no segundo e terceiro momento do capítulo, respectivamente, abordaremos o surgimento e a expansão desse serviço na cidade de Cajazeiras, que corresponde ao objeto espacial de estudo desta pesquisa.

3 A IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

Este capítulo visa analisar e discutir o processo de implantação e expansão do ensino superior em Cajazeiras, desde a criação da primeira IES, a FAFIC, em 1970, até a última, a Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP), em 2009.

No entanto, antes de adentrarmos na análise da escala do objeto de estudo (Cajazeiras), julgamos pertinente realizar, em uma seção deste referido capítulo, uma discussão sobre o surgimento do ensino superior no estado da Paraíba, bem como da primeira universidade pública federal criada nesse Estado.

O desejo de analisar o surgimento do ensino superior, como também da implantação da primeira universidade federal na Paraíba, ocorreu em função de constataremos (a partir de leituras e relatos sobre o surgimento do ensino superior em Cajazeiras) que a implantação desse serviço social, em Cajazeiras, teve o apoio da UFPB, em termos de ajuda financeira. E, quando houve a criação do ensino superior federal, em 1980, nessa cidade em foco, a UFPB atuou diretamente e com grande esforço para que tal projeto se concretizasse.

Posto isso, este capítulo está constituído de três partes, a saber: a primeira visa analisar a criação do ensino superior e da primeira universidade federal no Estado, e a sua relação com a implantação do ensino superior na cidade de Cajazeiras; a segunda historiciza o projeto de fundação do ensino na cidade, em 1848, com uma escolinha improvisada numa serraria, até a constituição do ensino superior, em 1970, com a FAFIC. A escolinha da Serraria (assim ficou conhecida) aponta relações com o surgimento do ensino superior, quase um século mais tarde; por fim, a última seção discute a expansão das IES no território cajazeirense, de 1980 (ano em que foi implantada a primeira unidade federal, com o *campus* do CFP da UFPB), até o ano de 2009, com a criação da FASP.

3.1 DA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA À CONSTITUIÇÃO DA UFPB: 1823-1960

A primeira tentativa de se implantar o ensino superior no estado da Paraíba data do ano de 1823, em pleno processo de discussão da Assembleia Geral Constituinte. Tal discussão surgiu durante esse momento em função da recente independência política do Brasil (1822) e algumas figuras políticas do país, naquele momento, a julgar necessária a criação da

universidade, visto que, o Brasil era um dos poucos países sul-americanos que ainda não tinha um estabelecimento educacional desse tipo.

No entanto, como salienta Rodrigues (1986, p. 26), o projeto de criação da universidade brasileira, no âmbito da assembleia constituinte, se revelou uma disputa “bairrista”, entre parlamentares que defendiam a implantação em suas zonas eleitorais.

Dentre as candidaturas a receber a instalação da Universidade estavam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e, a própria, Paraíba. O defensor do projeto de implantação na Paraíba foi o deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Segundo Rodrigues (ibid, p. 28), transcrevendo o discurso do dito deputado:

A Paraíba oferece muitas vantagens, que não encontro nas outras províncias; clima ameno, abundância de viveres, todas as acomodações necessárias para a subsistência e nenhuma distração ou divertimento, enquanto que nas outras cidades postulantes, encontro inconveniências, como luxo desmedido (Rio de Janeiro), alugueis caríssimos (Bahia e Pernambuco), escassez de edifícios próprios para fazer uma universidade e ser a cidade tão pequena que nem os estudantes achariam casas para viver.

Entretanto, os argumentos do deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha não convenceram seus colegas. Assim, naquele momento, o projeto de a Paraíba receber em seus domínios uma universidade não vingou (RODRIGUES, 1986).

A Paraíba só viria a dispor de ensino superior à sua população mais de um século depois da tentativa do parlamentar Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Isso ocorreu, em 1937, com a criação da Escola de Agronomia do Nordeste, implantada na cidade de Areia (idem). Contudo, Rodrigues (1986, p. 39-40) salienta que esse subsector nesse referido ente federativo só se desenvolveu:

A partir da década de 1940 e no início de 1950, foi que o ensino superior na Paraíba começou a se constituir –, de início com faculdades isoladas, a exemplo, da Faculdade de Ciências Econômicas, em 30 de outubro de 1947 (João Pessoa); Faculdade de Direito, por iniciativa dos Advogados, instalada em 1º de março de 1951 (João Pessoa); Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, fundada por um grupo de médicos a 25 de março de 1951 (João Pessoa); Faculdade de Filosofia e Letras, criada pelo governador Osvaldo Trigueiro, que começou a funcionar em 1952 (João Pessoa); Faculdade de Odontologia, criada pelo governo do estado, por iniciativa da Associação paraibana de cirurgiões dentistas, iniciando as aulas em 1953 (João Pessoa); Escola de Engenharia da Paraíba, fundada em dezembro de 1952 (João Pessoa); Escola Politécnica da Paraíba, instalada a 02 de janeiro de 1954 (Campina Grande); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, fundada pela Associação das Damas Hospitaleiras, em setembro de 1953 (João Pessoa); Faculdade Católica de

Filosofia de Campina Grande, fundada pela Diocese local, em 24 de abril de 1954; Escola de Serviço Social da Paraíba, fundada pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, a 11 de julho de 1951 (João Pessoa); e, a Escola de Enfermagem da Paraíba, criada pela Lei estadual, 875 de 24 de janeiro de 1955.

Diante do acentuado aumento de instituições isoladas, surgiu um movimento, em âmbito estadual, reivindicando a criação de uma universidade na Paraíba. Tal reivindicação tomou corpo a partir de dezembro de 1955, quando o governo do estado, através da Lei nº 1.136, estabeleceu a criação da Universidade da Paraíba (UPB), mediante a: 1) incorporação da Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Escola Politécnica e a Escola de Enfermagem; e 2) agregação da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia e a Escola de Serviço Social (RODRIGUES, 1986).

De acordo com Rodrigues (1986, p. 41), a UPB enfrentou de início alguns obstáculos, como falta de crença da população local de que a IES não perduraria em atividade por muito tempo, e a “zoação” sofrida por sujeitos que estavam empenhados em implantar uma universidade na Paraíba.

Ainda segundo o mesmo autor supracitado (ibid, p. 45), a reivindicação pela implantação de uma universidade na Paraíba não se expressava enquanto capricho de políticos e/ou objeto de luxo da elite local, mas, sim, enquanto necessidade de jovens concluintes dos ciclos primário e secundário do ensino básico que, ao egressarem desses níveis, ansiavam por ingressar no ensino de nível superior. Ademais, a estrutura social paraibana começava a se reorganizar em outros moldes. Desse modo, se até o final da década de 1940 a sociedade paraibana era formada, por um lado, pela elite latifundiária e, por outro, pelos trabalhadores no campo; pós 1950 começou a surgir uma parcela de indivíduos oriundos de atividades administrativas que forçou a estrutura social desse estado a se reorganizar, com isso, demandava também por direitos sociais e promocionais (saúde, educação e cultura).

Diante das dificuldades encontradas pela UPB em se manter, o então reitor encabeçou uma campanha pela federalização da instituição que, segundo ele, “representaria a alforria, a libertação da universidade das dificuldades mais elementares, mais mesquinhas e mais prementes” (RODRIGUES, 1986, p. 97).

Posto isso, a federalização se concretizou e em 13 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.835, a UPB se transformou em UFPB. No entanto, conforme nos informa Rodrigues (ibid p. 113-114), a IES paraibana só viria a se desenvolver e crescer a partir de 1979, na

gestão do reitorado Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Ao tomar posse do cargo, o mesmo colocou como prioridade na sua gestão “a interiorização da universidade, com base numa política de regionalização”. Isso ocorreu com a incorporação de algumas faculdades espalhadas pelo estado, a exemplo, da Escola de Agronomia e Medicina Veterinária; Faculdade de Filosofia e Letras, ambas da cidade de Patos; bem como a FAFIC e a Faculdade de Direito, em Cajazeiras e Sousa, respectivamente.

De acordo com Rodrigues (1986, p. 114), “Para Lynaldo Cavalcanti, a interiorização atenuaria o fluxo emigratório, pois, o ensino superior provocaria a fixação do homem à sua região. Além disso, seria a oportunidade para o desenvolvimento do estado e da região”.

Apresentamos, nessa primeira seção deste capítulo, a historicização do processo de criação do ensino superior na Paraíba e a consequente constituição da UFPB, mediante a incorporação de algumas faculdades isoladas já existentes. Na próxima seção, abordaremos a criação do ensino superior na cidade de Cajazeiras e a relação da UFPB na manutenção, *a priori*, da primeira IES até a implantação da Universidade, com o CFP.

3.2 A CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO DA UFPB NA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM CAJAZEIRAS

O surgimento da educação superior, em Cajazeiras, não se diferenciou dos demais casos registrados no Brasil. Segundo Barreyro (2004), os primórdios desse subsetor no Brasil datam do ano de 1572, com a criação de cursos de Artes e Teologia, na Bahia, sob a regência dos Jesuítas. Posteriormente, em 1776 e 1798 (após a expulsão deles), foi criada uma faculdade atrelada ao Seminário dos Franciscanos, no Rio de Janeiro, e outra, em Olinda – Pernambuco (PE).

De maneira semelhante se aflorou o ensino superior em Cajazeiras, na década de 1960, quando, o então bispo da Diocese local, D. Zacarias de Moura criou uma IES em função da ausência de profissionais da área do ensino. Até então, quem lecionavam e alfabetizavam as crianças nos primeiros anos escolares eram sujeitos com atuação na igreja, como padres, freiras, catequistas, entre outros. As crianças e jovens oriundos de famílias abastadas da região, filhos de latifundiários, produtores de algodão, criadores de gado, tinham outras opções, como estudar nas cidades de Juazeiro do Norte (CE), Crato – CE, Mossoró – (RN) e/ou Campina Grande (PB), os centros urbanos mais próximos a Cajazeiras, que ofereciam oportunidades e serviços mais complexos.

Com a ideia amadurecida e o grande interesse em implantar uma IES, em Cajazeiras, em 1965, D. Zacarias de Moura criou a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC) com o objetivo de assegurar a infraestrutura básica para a implantação da IES.

De acordo com o estatuto da FESC, era sua função criar, instalar e manter, na cidade de Cajazeiras ou em cidade de jurisdição da Diocese, institutos de pesquisa, ensino, educação e cultura de grau superior (FESC, 2009).

Posto isso, no dia 17 de janeiro de 1970, foi criada a instituição de ensino superior de Cajazeiras que recebeu o nome de FAFIC, ver figura 2. A autorização que reconheceu a criação dessa IES veio através da Lei Municipal nº 503/1970. Cumprida as exigências legais para o seu funcionamento, a Resolução 04/1970, do Conselho Estadual de Educação e o Decreto Presidencial, nº 66.472/1970, conferiram-na a liberação das atividades educacionais e o cumprimento da FESC como mantenedora.

Figura 2 – Primeiro prédio que abrigou as atividades educacionais da FAFIC



Fonte: Acervo da FAFIC

Com o reconhecimento e a consequente liberação por partes dos órgãos municipais e estaduais de educação, a FAFIC iniciou seu exercício pedagógico ofertando os seguintes cursos, todos na modalidade licenciatura: Letras, História, Geografia e Filosofia. Além de alguns outros de curta duração, com destaque para o de Ciências e Estudos Sociais.

No entanto, não demorou muito tempo para a FAFIC encontrar dificuldades em se manter. Diante disso, o seu diretor, Cônego Luiz Gualberto de Andrade (1970-1979), encontrou-se obrigado a realizar convênios com outras instituições nacionais e internacionais, como também com entidades religiosas da Paraíba, para que a FAFIC não encerrasse suas atividades tão precocemente.

Além da ação do Cônego Luiz Gualberto, o bispo D. Zacarias de Moura também desempenhou papel fundamental na fase crítica em que a FAFIC passou. O mesmo tratou de enviar seminaristas (estudantes em fase de conclusão do curso de Filosofia), e docentes lotados na instituição para capacitações na Universidade Pontifícia Gregoriana de Roma, na Universidade de São Paulo (USP), e em algumas outras, através de convênios. Além dessas citadas, a UFPB também contribuiu enormemente com a “saúde” financeira, quitando as folhas de pagamentos e outros encargos administrativos.

Contudo, os esforços empregados pelo Cônego Luiz Gualberto de Andrade e D. Zacarias de Moura e da própria UFPB, em manter a FAFIC em atividade, não perduraram por muito tempo, para ser exato resistiu até a primeira quinzena do mês de janeiro de 1979. Após esse marco temporal, a cúpula diretora da instituição convocou uma Assembleia extraordinária para discutir, por meio de votação, a possibilidade de federalizá-la, isto é, de incorporá-la à UFPB. Nessa reunião, o Cônego Luiz Gualberto enumerou na Ata da Assembleia os motivos positivos que poderiam vir caso a federalização se consumasse. Segue o relato:

[Possibilitar a] oportunidade de melhorar o processo de ensino aprendizagem; melhorar a qualificação do corpo docente; evitar a evasão de professores em busca de melhores salários; promover o ensino gratuito e, facilitar maior fluxo de investimentos, para a ampliação da estrutura física, acadêmica e pedagógica da instituição (SOUSA, 2011, op. cit., s/p.).

Após a apresentação dos pontos que objetivava a federalização, o colegiado votou em unanimidade pela federalização da FAFIC. Com isso posto, essa IES encerrava suas atividades, em 22 de janeiro de 1979, e se incorporava, juntamente com todo o seu patrimônio acadêmico e pedagógico, à UFPB, mais especificamente, ao novo *campus* que essa última criaria em função da referida incorporação, o CFP/UFPB.

Adiante, em 13 de fevereiro de 1979, sancionava a Resolução 62/1979 que autorizava a criação do CFP/UFPB, tornando-se, por conseguinte, o primeiro estabelecimento de ensino superior público/federal em território cajazeirense. Segundo Rodrigues (1986, p. 114), a criação do CFP/UFPB pode ser descrita da seguinte maneira:

A implantação de um *campus* da UFPB, em Cajazeiras, foi motivo de euforia de toda a população, principalmente, da sociedade política. Tal euforia ficou nítida em um discurso de um parlamentar local, em que denominou a atuação dessa universidade no processo de interiorização [da

UFPB], como “universidade do povo, universidade do homem da cidade, do homem do campo”.

Outro exemplo, de acordo com Rodrigues (1986), foi quando Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (reitor da UFPB) foi a Cajazeiras para acompanhar a inauguração do já citado *campus*. Conforme relata esse autor:

Lynaldo Cavalcanti foi recepcionado por uma caravana de autoridades de toda a região, bem como por populares quando chegara a Cajazeiras, mais precisamente à altura da Serra da Arara, distrito que fica a quatro quilômetros da cidade de Cajazeiras (RODRIGUES, op. cit., JORNAL O NORTE, 22/07/1979, p. 6.).

Mediante isso, é pertinente inferir que a constituição e, no seu início, a manutenção do ensino superior, em Cajazeiras, foi semelhante ao processo vivenciado na escala da Paraíba, ou seja, instituição isolada sendo criada por membros de determinadas classes civis, no caso de Cajazeiras pela Igreja Católica, mas, sem contar com o amparo do poder municipal e sem a referida classe criadora para mantê-la em exercício, sendo, no caso cajazeirense similar ao caso da Paraíba no geral, a federalização aparecendo como opção de preservação e continuidade do projeto de ensino superior.

Como foi apresentado nessa seção, a UFPB contribuiu significativamente para a permanência e o desenvolvimento do ensino superior, em Cajazeiras. Vale ressaltar também o projeto de gestão desenhado pelo reitor, Lynaldo Cavalcanti, em interiorizar a UFPB com a incorporação de faculdades unitárias e isoladas em cidades do interior do estado. O seu projeto de reitorado possibilitou a oportunidade de pequenos centros urbanos se desenvolverem socialmente e culturalmente, a partir do ensino público/superior, sendo os casos de Areia, Sousa e Cajazeiras, num período de intensas dificuldades econômicas – típica da região Nordeste naquele período – e também de tensões sociopolíticas, em razão da ditadura militar que estava em curso (1964-1985).

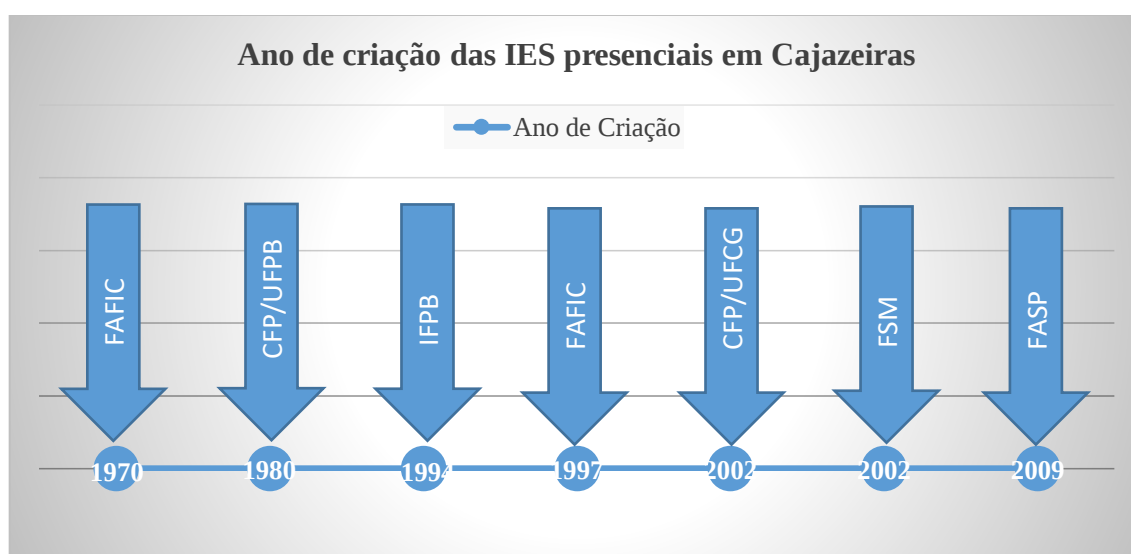
Dedicaremos a próxima seção a apresentar e discutir a expansão e ampliação do ensino superior em Cajazeiras, desde a implantação do CFP/UFPB (visto que já ressaltamos o processo de criação da FAFIC), até a implantação da FASP, última IES criada na referida cidade.

3.3 A EXPANSÃO E A AMPLIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CAJAZEIRAS: 1980-2010

Como foi registrado na seção anterior, 3.2, o surgimento do ensino superior, em Cajazeiras, ocorreu com a implantação da FAFIC, em 1970. Quase dez anos depois da sua instalação, a mesma foi federalizada e incorporada à UFPB, passando, então, a se chamar CFP/UFPB.

Como já abordamos o processo de criação da FAFIC e sua federalização, passaremos a discutir a partir desse momento o movimento de expansão e ampliação desse subsetor de ensino a partir da instalação do *campus* do CFP/UFPB (1980) até a da FASP (2009). Para facilitar e melhor compreender o movimento de ampliação de IES no território cajazeirense, apresentamos na figura 3 a sequência cronológica da criação das IES, desde a FAFIC (1970) até a última, no final do decênio dos anos 2000.

Figura 3 – Sequência cronológica da criação de cada IES em Cajazeiras



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa (2017).

Como foi frisado na seção 3.2, a FAFIC encerrou suas atividades pedagógicas, em 1979, motivada por dificuldades financeiras que, por conseguinte, foi incorporada à UFPB, transformando-se a partir de 1980 em um *campus* da UFPB.

Porém, dezessete anos após o fim das atividades na FAFIC, em 1996 surgiu um movimento liderado pelo Bispo da Diocese local, D. Matias Patrício de Macedo, solicitando junto ao MEC a reabertura das atividades pedagógicas da extinta FAFIC.

A justificativa alegada por D. Matias P. de Macedo frente ao MEC para a reabertura da FAFIC foi a seguinte: com a federalização dessa IES em questão, o curso de Filosofia foi

extinto no processo da federalização, ou seja, esse não foi incorporado na estrutura curricular de cursos que passaram a ser ofertados pelo CFP/UFPB. Nisso, havia muitos jovens análogos aos de Cajazeiras que ansiavam em ingressar no curso de Filosofia e, posteriormente, seguir a carreira do sacerdócio. Mas, como o referido curso não existia mais, o “sonho” dos jovens interessados esbarrava em dificuldades financeiras para se deslocar e se manter em cidades que, naquele momento, ofereciam a formação, a saber: Patos, Campina Grande e João Pessoa, no estado da Paraíba, respectivamente; e, Crato – CE. Mediante isso, D. Matias P. de Macedo solicitou a reabertura da FAFIC para oferecer tal formação.

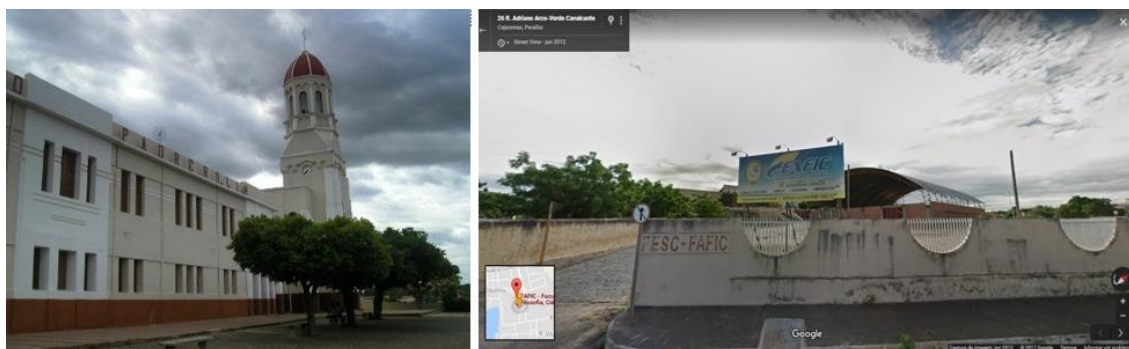
Posto isso, a solicitação não foi atendida de imediata, pois o MEC, a partir do parecer nº 22/96, exigiu que a IES cumprisse algumas exigências, para que, assim, a autorização para a reabertura das atividades da FAFIC fosse aceita. As exigências foram as seguintes:

1. Cópia das Atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do curso de Filosofia, no colégio Diocesano¹³;
2. Relatório nominal com respectivos cargos dos membros dos Conselhos de acordo com Estatuto;
3. Cópia da Ata do Conselho Curador demonstrando os recursos de manutenção do curso;
4. Apresentar proposta de novo regimento coerente com a nova situação da faculdade, com apenas um curso [Filosofia];
5. Apresentar cópia do convênio com a UFPB para utilização do acervo da biblioteca do *Campus V* [CFP];
6. Informar os dados atualizados sobre a Faculdade de Filosofia, com a nova grade curricular, corpo docente adequado às disciplinas da nova grade, relação nominal do acervo próprio da biblioteca da faculdade, planta baixa dos edifícios e instalações localizando os ambientes que serão utilizados, cópia das certidões cartoriais de posse dos prédios e a relação dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho (BRASIL, 1996).

Após as exigências do Parecer, 22/1996, terem sido atendidas, a FAFIC foi reaberta no dia 12 de maio de 1997, por meio do Parecer nº 209/1997 (REVISTA COMEMORATIVA DA FAFIC, 2010). A referida IES retomou suas atividades pedagógicas, ofertando apenas o curso de licenciatura em Filosofia. Dez anos depois, em 2007, a mesma ampliou sua estrutura curricular de cursos, passando a ofertar Ciências Contábeis, Serviço Social e Ciências Jurídicas (habilitação em Direito), na modalidade bacharelado. No ano de 2015, implantou três novos cursos: Ciências da Computação e Educação Física, em nível de bacharelado, além do tecnológico em *Marketing*. A figura 4 ilustra a faixa da referida IES.

¹³ Instituição de educação básica que funcionou até fins da década de 1980, por questões financeiras, como a baixa demanda de estudantes, encerrou suas atividades. Como as instalações físicas desse antigo colégio se mostravam amplas, a direção da FAFIC (na sua reabertura) migrou para ele, onde permanece até o momento.

Figura 4 – Faixada da FAFIC



Fonte: A imagem à esquerda é oriunda do acervo deste autor (2017); a da direita foi extraída do *Google Maps* (2012).

Seguindo adiante, antes da reativação das atividades da FAFIC se instalou, em Cajazeiras, a Escola Técnica Federal da Paraíba, oriunda da Escola Técnica Industrial que, por sua vez, pertencia à Escola de Aprendizes Artífices que era de um grupo de dezenove instituições criadas, em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha (1909-1910). Os centros de educação instituídos nesse governo objetivavam ofertar ensino profissional para jovens que buscavam ingressar no mercado de trabalho (ALBUQUERQUE, 2010).

No ano de 1994, o presidente da República, Itamar Franco, promulgou a Lei nº 8.948/1994 que autorizou a incorporação das Escolas Técnicas Federais isoladas ao Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 1994). Mediante isso, a Escola Técnica Federal da Paraíba, com uma unidade sediada em Cajazeiras, foi incorporada ao referido Sistema de Educação Tecnológica.

No ano de 2008, com a criação da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, no governo Lula da Silva (BRASIL, 2008), o *campus* do Centro Federal de Educação Tecnológica, em Cajazeiras, foi incorporado à citada rede instituída. A figura 5 mostra a faixa do IFPB (denominação que passou a receber após a incorporação em 2008), *campus* de Cajazeiras.

Figura 5 – Faixada do IFPB, *campus* de Cajazeiras

Fonte: Acervo do autor desta pesquisa (2018).

O IFPB, *campus* Cajazeiras, oferta quatro cursos de nível superior: Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), Matemática e Engenharia Civil. Os dois primeiros são da modalidade tecnológico, o terceiro licenciatura, e o quarto em nível de bacharelado.

A implantação do Centro de Educação Tecnológica (1994), posteriormente, transformado em uma unidade do IFPB, através do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, coroou a consolidação desse tipo de organização de ensino acadêmico, em Cajazeiras, visto que, desde a década de 1950, já havia ensino técnico/profissionalizante, a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira (popularmente conhecido como colégio Comercial) fundada em 02 de dezembro de 1951.

Analizando a ampliação das IES em Cajazeiras, de maneira linear, chegamos, em 2002, a um movimento de desmembramento. Tratou-se da separação dos *campi* da UFCG localizados nas cidades de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras do *campus* central, localizado na cidade de João Pessoa. Esses quatro *campi* que se desintegraram da UFPB originaram uma nova universidade – a UFCG – com sede na cidade de Campina Grande. Segundo o Estatuto da UFCG (BRASIL, 2002), a decisão dos quatro *campi*, que originaram essa nova IFES, de defender o desmembramento da UFPB e a, conseguinte, criação da UFCG ocorreu pelo fato da estrutura da UFPB ter se tornado caótica.

O *campus* mais interessado no desmembramento e na constituição de uma nova universidade, que no caso seria/tornou-se sede da universidade, foi o de Campina Grande. Evidências disso é que o projeto de desmembramento tem suas origens no ano de 1984, quando o deputado campinense Aloizio Campos apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei que almejava a desintegração dos *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras da UFPB, e a criação, a partir desses quatro, de uma nova universidade, com sede em Campina Grande.

No entanto, o referido projeto não obteve êxito naquele momento. Contudo, em 1992, o mesmo voltou a ser pauta de discussão, através da aprovação de uma Portaria assinada pela vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Eunice Duhan. A portaria em questão instituiu uma comissão que visou discutir a criação de duas novas estruturas *multicampi*, uma referente à UFPB, com sede em João Pessoa e com *campi* nas cidades de Areia e Bananeiras; a outra referente à UFCG, com sede em Campina Grande e com *campi* em Patos, Sousa e Cajazeiras.

Esse processo de desmembramento não se encerrou tão cedo, porque a comissão instituída, em 1992, por meio da citada Portaria e que autorizou a sanção do projeto de lei, foi revogada pelo Ministro do Planejamento Murilo Avellar Hingel. Somente em 2002 que o desmembramento se concretizaria através da sanção da Lei nº 10.419/2002, assinada por FHC, que autorizava e conferia o conhecimento a todos do desmembramento dos *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras da UFPB e a, conseqüente, criação da UFCG (BRASIL, 2002). Mediante isto, o *campus* de Cajazeiras deixou de ser um Centro vinculado à UFPB e passou a ser UFCG.

A figura 6 e o quadro 1, respectivamente, mostram a faixa principal do CFP/UFCG e a quantidade de cursos oferecidos por esse referido *campus*, bem como as modalidades e os turnos de aulas.

Figura 6 – Faixada principal do CFP/UFCG, em Cajazeiras



Fonte: Acervo do autor desta pesquisa (2018).

Quadro 1 – Cursos de graduação oferecidos pelo CFP/UFCG, por modalidade e turno

Curso	Modalidade	Turno
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral
Enfermagem	Bacharelado	Integral
Física	Licenciatura	Noturno
Geografia	Licenciatura	Matutino e Noturno
História	Licenciatura	Matutino e Noturno
Letras – Inglês	Licenciatura	Matutino
Letras – Português	Licenciatura	Matutino e Noturno
Matemática	Licenciatura	Matutino
Medicina	Bacharelado	Integral
Pedagogia	Licenciatura	Matutino e Noturno
Química	Licenciatura	Noturno

Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa, com base em pesquisa de campo (2017).

Posto isso, no mesmo ano em que houve o desmembramento da UFPB com a, consequente, criação da UFCG, em 2002, foi implantada a Faculdade Santa Maria (FSM), tornando-se a terceira IES na cidade de Cajazeiras. A figura 7 e o quadro 2, respectivamente, retratam a FSM, bem como a quantidade de cursos ofertados por ela, por modalidade e turno.

Figura 7 – Vista de alguma das instalações que abriga as atividades acadêmicas da FSM



Fonte: Acervo da FSM (2018).

Quadro 2 – Cursos de graduação oferecidos pela FSM, por modalidade e turno

Curso	Modalidade	Turno
Administração	Bacharelado	Noturno
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Noturno
Biomedicina	Bacharelado	Noturno
Enfermagem	Bacharelado	Noturno
Engenharia Civil	Bacharelado	Noturno
Farmácia	Bacharelado	Matutino
Fisioterapia	Bacharelado	Matutino
Medicina	Bacharelado	Integral
Nutrição	Bacharelado	Matutino
Odontologia	Bacharelado	Matutino
Psicologia	Bacharelado	Matutino

Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa, com base em pesquisa de campo (2017).

Após a implantação da FSM, em 2002, se instalou em Cajazeiras a FASP, em 2009. Essa IES tem sua sede em Cajazeiras (*campus I*) e uma filial situada na cidade de Iguatu – CE (*campus II*). Os cursos em nível superior ofertados pelo *Campus I* são: Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia, em nível bacharelado; além de um tecnológico, Construção de Edifícios. A título de informação, o *Campus II* oferta os seguintes cursos: Administração, Enfermagem, Farmácia e Nutrição, em nível de bacharelado. A figura 8 mostra a fachada da FASP.

Figura 8 – Vista do prédio que abriga as atividades acadêmicas da FASP, *Campus I*



Fonte: Acervo da FASP (2016).

No mesmo endereço em que opera as atividades do *Campus I* da FASP, funciona o Instituto de Educação Superior de Cajazeiras (ISEC). Porém, cada uma das respectivas IES dispõe de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) distinto. No entanto, a FASP e o ISEC pertencem à mesma pessoa jurídica. O ISEC oferece apenas um curso em nível superior, o de licenciatura em Pedagogia.

Além das seis IES instaladas em Cajazeiras, de forma presencial (que são um de nossos sujeitos de análise nesta pesquisa), a contar com o CFP/UFCG, *campus* do IFPB (públicas/federais), FAFIC, FSM, FASP e ISEC (privadas/particulares), há na cidade dois polos de Educação a Distância (EaD): a Universidade Paulista (UNIP), e a Universidade Pitágoras – pertencente ao grupo UNOPAR. Citamos essas IES à distância apenas a título de informação, visto que não fazem parte das variáveis desta pesquisa, pois nosso estudo aborda exclusivamente as IES com atividades presenciais.

Com isso posto, finalizamos a discussão desta seção bem como do capítulo 3. No próximo, abordaremos as novas dinâmicas socioespaciais no espaço intraurbano de Cajazeiras como reflexo da presença e ampliação do ensino superior, sobretudo, a partir do último período do decênio dos anos 2000, que nas nossas análises foi quando esse subsetor de

educação passou a ocasionar mudanças e transformações na cidade de Cajazeiras, tanto no sentido da morfologia como na estruturação urbana.

4 O ENSINO SUPERIOR E AS SUAS NOVAS DINÂMICAS NO ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS

Este capítulo visa abordar e discutir as novas dinâmicas socioespaciais no espaço intraurbano da cidade de Cajazeiras, como reflexo da presença do ensino superior. Esse serviço de cunho social foi implantado nessa cidade, em 1970 (como foi frisado no capítulo anterior), todavia, o mesmo passou a gerar mudanças e transformações na paisagem da cidade e no ritmo do cotidiano social e cultural local, a partir da década de 1980, com a instalação do *campus* do CFP/UFPB.

Nesse sentido, discutir os processos, fenômenos, formas e conteúdo que se materializam em um determinado recorte espacial, bem como em um dado período histórico, não se revela tarefa fácil. Pelo contrário, exige do pesquisador métodos e estratégias teórico-conceituais capazes de analisar os desdobramentos que se desenvolvem no determinado espaço. Ademais, enseja articular as ações e os processos entre as diferentes dimensões escalares, visando compreender o todo.

Segundo Corrêa (2007, p. 63), para compreender as ações e os objetos que constroem o plano da sociedade, em suas múltiplas facetas, é necessário à adoção da escala conceitual que está “associada à ideia de que objetos e ações são conceitualizados nessa escala”, sendo que os processos e configurações que se materializam em um determinado território se tornam específicos e particulares àquela escala. Ainda segundo o mesmo autor:

O urbano pode ser concebido com base em duas escalas conceituais claramente delineadas e, simultaneamente, cartográficas, a saber, a escala da rede urbana e a escala do espaço intraurbana. As duas escalas descrevem diferenciações socioespaciais que, no entanto, são complementares entre si (CORRÊA, 2007, p. 63, grifo nosso).

Mediante as colocações do referido autor acerca das divisões existentes na escala conceitual, tomamos para a nossa presente análise a escala conceitual intraurbana em função de que objetivamos analisar e discutir no plano intraurbano da cidade de Cajazeiras as mudanças e transformações ocorridas como resultantes da presença do serviço de ensino superior.

Nessa perspectiva, tomaremos além da categoria espaço no contexto da dimensão intraurbana também a categoria território – enquanto ambiente usado, povoado e transformado mediante a ação da sociedade civil, de agentes hegemônicos e do Estado – por

compreendermos que o espaço urbano de Cajazeiras na sua dimensão interna foi ocupado e, posteriormente, transformado a partir de lógicas que extrapolam a escala intraurbana, mediante a inserção do serviço de educação superior que devido ao seu poder funcional muda os valores da terra urbana, modifica o cotidiano sociocultural e atrai investimentos, entre outras ações. A este respeito, Santos e Silveira (2014, p. 20) discorrem da seguinte maneira:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria.

Nesse sentido, é imprescindível analisar as mudanças a partir de um olhar dinâmico, isto é, da ação da sociedade civil juntamente com o poder corporativo e a atuação do Estado em suas diversas instâncias. Portanto, o conhecimento teórico aliado com o *in loco* contribuem para o entendimento de todos os desdobramentos que se processam na cidade de Cajazeiras.

Posto isso, este capítulo está estruturado em três partes, a saber: a primeira visa discorrer acerca da ocupação territorial e do desenvolvimento de Cajazeiras, enquanto centro urbano; a segunda parte analisa as novas dinâmicas socioespaciais desencadeadas no espaço intraurbano da referida cidade como consequência da presença do setor de ensino superior. Nesse sentido, buscamos analisar quais as atividades econômicas que se ampliaram e se desenvolveram ao longo do período em que Cajazeiras passou a contar com esse serviço, bem como discutir as melhorias nos transportes que servem aos cidadãos diariamente, no caso, transporte coletivo, táxis e moto-táxis; e a terceira aborda o setor imobiliário, no que diz respeito a valorização do solo urbano e da área construída como ação norteadas pela presença do serviço de ensino superior.

4.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS

Para que possamos compreender os processos, as formas, as funções e o conteúdo que estruturam a cidade de Cajazeiras, no que diz respeito à escala intraurbana, é necessário realizar uma contextualização, ou seja, periodizar cada momento histórico que marcou a

produção do espaço urbano cajazeirense e possibilitou ao mesmo progredir nos seus papéis e desempenhar novas funções, seja na sua hinterlândia ou na escala regional.

Conforme afirmam Santos e Silveira (2014, p. 20), as periodizações são necessárias, pois, os usos do espaço são diferentes nos diversos momentos históricos. “Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas, neste caso, interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças”. (ibid)

Nesse sentido, compreendemos que em cada momento de constituição de alguma novidade na cidade de Cajazeiras, desde a sua elevação à condição de município no ano de 1876, até o nosso recorte temporal (2016), a cidade experimentou novas experiências no que tange a diversos arranjos e objetos técnicos de naturezas diversas, como a unidade diocesana da Igreja Católica, fios de telégrafo, indústria têxtil, concessionária de veículos, agências bancárias e, principalmente, a atividade de ensino superior que dinamizou a cidade e gera maiores cifras de investimento, capital e dinheiro na cidade.

Como salientam Santos e Silveira (2014), cada periodização tem um uso distinto do espaço, nesse sentido, em cada um dos momentos em que Cajazeiras recebeu investimentos e uma determinada base de produção foi posta em exercício no intuito de responder as demandas da cidade e da sociedade civil naquele período. O que se sucedeu não apagou inteiramente as realizações anteriores, pois essas e outras foram incorporadas aos novos eventos que têm culminado no papel de Cajazeiras como centro urbano de referência em partes do Sertão da Paraíba, Centro-Sul do Ceará e Oeste do Rio Grande do Norte.

Assim, usamos as palavras de Santos e Silveira (2014, p. 20) para caracterizar essa reflexão supracitada: “Cada periodização se caracteriza por extensões de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas, neste caso, interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças”.

Posto isso, a contextualização histórica a ser apresentada não se caracteriza enquanto descrição cronológica fiel dos principais elementos que compuseram a história de Cajazeiras, mas, acima de tudo, uma reflexão dos elementos que contribuíram, em cada momento histórico/geográfico, de maneira direta e indiretamente, para a ascensão desse referido centro urbano no circuito regional ao qual está inserido, como também na oferta de serviços de educação, saúde, do âmbito burocrático, financeiro e comercial para a sua região geográfica imediata, bem como para outras porções municipais do Nordeste. Além disso, tornou-se ponto

de circulação de pessoas, mercadorias, informações e de influências do poder executivo das instâncias federativas do estado e do município.

O papel que o ensino superior desempenha no atual momento da cidade de Cajazeiras – nos âmbitos econômico, político, social e cultural – é fruto de uma série de eventos materializados ao longo da produção socioespacial da mesma. Assim, não podemos atribuir ao ensino superior à expressão de reificação, ou seja, colocar como uno no papel de modificador e transformador da estrutura urbana de Cajazeiras. Se, assim, fizéssemos, estaríamos renegando a importância que outros elementos exerceram para o desenvolvimento da cidade ao longo da existência. Nesse sentido, Santos afirma:

[...] Os nexos que os fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização que deve iluminar o entendimento do processo. O período presente passa a ser estudado como um resultado da evolução assim descrita e será dada ênfase às suas principais características (SANTOS, 1993, p. 11).

Nessa mesma perspectiva, Ferrara (1988) nos oferece subsídios no sentido da necessidade de voltar no tempo para compreender o presente. Segundo a autora:

[...] um espaço-lugar flagrante na temporalidade de um uso tem uma memória que interfere e contamina, a médio prazo, na sua própria sintaxe. Por isso, o levantamento dessa memória, muito além do seu aspecto pitoresco ou nostálgico, é a informação sobre o presente. Na leitura, é necessário ir longe no tempo, conhecer a alteridade e o distante da apresentação do espaço afim de compreender o que está perto e parece óbvio, porque usual. Ler esta memória significa interpretar o texto da cidade [...] (FERRARA, 1988, p. 17).

Posto isso, Abreu (2009) afirma que o espaço onde a cidade de Cajazeiras está assentada partiu de uma doação de terras, através da Sesmaria¹⁴, a Francisco Gomes Brito e José Rodrigues da Fonseca, em meados do século XIX. Posteriormente, parte dessas terras doadas, localizada no extremo Oeste da Capitania da Paraíba¹⁵, foi repassada a Luiz Gomes de Albuquerque.

Como resultado do matrimônio de Ana Francisca de Albuquerque (filha de Luiz Gomes de Albuquerque) com Vital de Sousa Rolim, o genitor da jovem doou as terras que recebera outrora para o casal, como forma de dote. Desse casamento, nasceu Inácio de Sousa

¹⁴ Um instituto jurídico português que normatizou a distribuição de terras para fins de produção agrícola.

¹⁵ A capitania da Paraíba foi uma unidade ultramarina portuguesa no Brasil criada por direito, em 1574, e dissolvida, em 1822, com a independência do Brasil.

Rolim que, mais tarde, se tornaria padre e também concretizaria o objetivo pessoal de educar os cidadãos que ocupavam o território que hoje é Cajazeiras.

O objetivo de Inácio de Sousa Rolim se iniciou em 1829, quando o mesmo utilizou o espaço físico de uma serralharia para montar uma escolinha. Tal projeto se apresentou como audacioso para a época, porque, sobretudo, tratava-se de fundar uma escola em uma localidade fincada no “interiorzão” da Paraíba, praticamente isolada dos demais núcleos de povoamento da região Nordeste. Por isto, o Padre Inácio de Sousa Rolim é considerado, segundo historiadores locais, o grande mentor da fundação do assentamento populacional que, mais tarde, receberia o nome de Cajazeiras (ABREU, 2009).

A escolinha da Serralharia, fundada em 1829, foi o primeiro elemento a conferir impulso para a ascendência de Cajazeiras na zona territorial a qual está fixada. Essa ação foi uma mescla de forças produtivas do Padre Inácio Rolim com a posição geográfica privilegiada de Cajazeiras, visto que a cidade é ponto de ligação com o estado do Rio Grande do Norte, a Norte, e com o Ceará, pelo Centro-Sul. Esses dois fatores possibilitaram a referida escolinha atrair, a partir de 1843 (após a transferência da escolinha do espaço da serralharia para uma edificação mais ampla), estudantes de diversas localidades da Paraíba e de partes do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí e Maranhão. O que a possibilitou alcançar, em 1853, metade do número de matrículas do colégio Liceu Paraibano, situado na capital do estado (ABREU, 2009).

Antes da escolinha receber uma considerável quantidade de estudantes, em 1853, o povoado cajazeirense contou com um elemento de grande importância para o desenvolvimento comercial. Como a maioria dos assentamentos populacionais do Sertão da Paraíba se constituiu a partir da criação de gado e de animais de pequeno a médio porte, tanto para a subsistência familiar como para a comercialização em feiras livres (sempre realizadas numa localidade de notoriedade regional) e a partir do excedente gerado pela feira que Cajazeiras passou a oferecer, a cidade atraiu comerciantes e interessados de diversas localidades circunvizinhas, que a tornou mais movimentada nos dias da feira.

Desse modo, as feiras costumavam reunir grande quantidade de comerciantes e outros indivíduos de assentamentos circunvizinhos. Por Cajazeiras dar acesso ao estado do Ceará, tropeiros que conduziam rebanhos de gado do Vale do rio Piancó (atualmente região metropolitana em âmbito estadual do Vale do Piancó) para pastar em terras cearenses, vice-versa, eles costumavam parar no referido povoado para se alimentar e descansar, como também os animais. Após o momento de descanso poucos daqueles que haviam parado

seguiram viagem, pois a maioria se fixava no núcleo cajazeirense que, por conseguinte, contribuiu para o crescimento populacional.

Segundo Abreu (2009), o povoado passou a partir de sete de agosto de 1848 a promover a feira de produtos agrícolas (vegetais e animais) que, até então, se realizava no atual município de São José de Piranhas-PB. Esse fato conferiu notoriedade a Cajazeiras, por ter passado a gerar renda aos produtores e circulação no povoado em função da presença de comerciantes e outros indivíduos da localidade, de partes da Paraíba e de estados análogos.

O desenvolvimento apreciado pela feira agrícola ao lado da escola da Serralharia estimulou o crescimento demográfico do povoado cajazeirense que, por conseguinte, elevou seu destaque na porção regional compreendida por partes do Sertão da Paraíba, Oeste do Rio Grande do Norte e Centro-Sul do Ceará. Esse destaque resultou na sua ascensão política/administrativa, deixando a condição de assentamento populacional para Distrito subordinado ao município de Sousa pela Lei Provincial nº 5/1859. Quatro anos depois, foi elevado à categoria de vila e sede de município pela Lei Provincial nº 92/1863, e por seu notável crescimento foi outorgada cidade no dia 10 de julho de 1876, através da Lei nº 616/1876 (ABREU, 2009).

Nesse sentido, é possível notar que a presença da atividade agrícola, sobretudo, desempenhou o papel de estimuladora para a ascensão administrativa de Cajazeiras, além de ter contribuído para o aumento do contingente populacional e para a circulação de renda e, até mesmo, acumulação de riquezas por parte, principalmente, dos latifundiários e grandes produtores agropecuários. Nessa perspectiva, Oliveira Vianna (ano apud SANTOS, 1993, p. 17) afirma que “[...] O dinamismo da nossa história vem do campo. Do campo, as bases que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade [...]”.

Após sua elevação a condição de cidade, Cajazeiras começou efetivamente a receber investimentos no seu espaço intraurbano, oriundos de ações dos três níveis da administração pública – federal, estadual e municipal – como também de agentes privados, a partir do ano de 1911.

O primeiro investimento recebido veio por meio da instalação dos fios de telegrafo – objeto técnico de comunicação, considerado moderno para a época – que atribuiu à cidade uma expressão espaço/tempo diferenciada das demais localidades circunvizinhas, pois permitia a comunicação de maneira onipresente. Nesse sentido, Rolim (2010, p. 42-43) corrobora para essa reflexão afirmando que:

Cajazeiras experimentou um significativo crescimento urbanístico/populacional na década de 1920 e ganhou uma série de inovações como à chegada da luz elétrica, do cinema, do trem de ferro, do telefone e do telégrafo, da impressão de jornais locais, que somados a uma série de melhoramentos urbanos e a construção de grandes casarões e prédios nas ruas centrais deixavam um ar de modernidade e civilização na cidade.

Sobre esse fato, de uma maneira geral, Santos (1993) considera que a instalação de meios de comunicação atribui uma nova fluidez potencial a um território, logo, constitui um elemento para sua crescente diferenciação em relação ao resto do território.

Em 1914, foi instalada na cidade a Diocese após uma disputa acirrada com São José de Piranhas. A construção do fixo religioso conferiu um fundamental “desenvolvimento para a cidade, principalmente, no tocante as edificações verticalizadas” (ABREU, 2009, p. 22). Leitão (1999) também corrobora nesta mesma perspectiva ao frisar que a implantação da Diocese de Cajazeiras foi um fato que muito contribuiu para a chegada do progresso à cidade, propiciando o início de um primado cultural que projetou Cajazeiras dentre as demais cidades da região.

Em 1918, foi a vez da instalação de uma indústria têxtil, a Usina Santa Cecília, uma das principais no Sertão do estado para o beneficiamento de algodão, fabricação de óleo, sabão, ração para gado e vestimentas (produto oriundo da matéria-prima do algodão e do couro bovino). De acordo com Abreu (2009), a implantação da Usina Santa Cecília foi primordial para o progresso socioeconômico local, visto que a sua presença favoreceu a implantação de um sub-ramal da rede ferroviária, Viação Cearense (1922), para o transporte de algodão da respectiva localidade, bem como de municípios próximos, a exemplo, de São João do Rio do Peixe-PB, até as grandes usinas de produção mais próximas, notadamente, em Campina Grande.

Em 1923, outra usina se instalou na cidade para a geração de luz elétrica, a usina Geradora de Força e Energia Elétrica que melhorou a qualidade de vida da população e atraiu sujeitos abastados para residir em Cajazeiras. Nesse sentido, Rolim (2010, p. 75) salienta:

A instalação de usinas de algodão também se configurou como grande propulsora para a economia e o desenvolvimento urbano da cidade durante as décadas de 1920 e 1930. Usinas de beneficiamento de grande porte, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil (SANFRA), e a multinacional Anderson Clayton, trouxeram emprego e renda para o município.

Os cidadãos que passaram a residir em Cajazeiras foram atraídos pelo fato de enxergar, na respectiva cidade, o lugar em que poderia usufruir de conforto. Além disso, a chegada da luz elétrica contribuiu para a instalação de dois arranjos produtivo/financeiro que impuseram uma maior efervescência ao comércio local: a instalação da concessionária *Ford Cavalcanti & Primo* (1924) e uma agência do Banco do Brasil (1938).

A implantação dos dois arranjos supracitados foi motivada pelo aquecido mercado de algodão, que aferia vultosos lucros aos seus produtores. Assim, os mesmos se interessavam em migrar para veículos mais rápidos e luxuosos, em detrimento de carros puxados a boi, bem como guardar as quantias adquiridas com as vendas das safras de algodão em sistemas bancários. Nessa perspectiva, Costa (1986) destaca que o algodão promoveu a circulação de um “dinheirão na cidade cajazeirense, e que alguns poucos automóveis, *Ford bigode*, foram adquiridos por maquinistas e produtores de algodão que abandonavam as bolandeiras puxadas a boi”. Antes do abandono total dos veículos de tração animal, alguns sujeitos abastados já haviam adquirido locomóveis a vapor importados da Inglaterra e Alemanha. Além do mais, construía edifícios verticalizados para expressar vossas imponências econômicas e sociais (ABREU, 2009).

No entanto, foi a implantação do ensino superior (1970) que impôs notáveis mudanças e transformações nas estruturas econômica, social e cultural de Cajazeiras. Porém, é pertinente reconhecer que a presença de equipamentos e arranjos anteriores a esse serviço proporcionou significativo desenvolvimento socioeconômico, como também infraestrutural na referida cidade. O subsetor de ensino superior veio consolidar o processo, já em curso, de estruturação urbana de Cajazeiras na rede urbana do Sertão da Paraíba.

A presença do setor de ensino superior não demorou a revelar alterações na estrutura urbana de Cajazeiras. Uma das mais notáveis e aparentes mudanças, que veio pouco tempo após a implantação do respectivo arranjo educacional, foi a inflexão da população rural para a urbana. Vale salientar que até fins dos anos 1950 a população rural representava 25.099 habitantes, ao passo que a urbana respondia por 13.447. Quase dez anos depois, fins de 1960, o quadro alterou-se: o contingente populacional da primeira categoria, nesse segundo período (1960), havia decrescido de 25.099 para 16.758 habitantes; enquanto a segunda categoria ampliou-se de 13.447 para 24.935 (SOUSA, 2016). Nesse sentido, há o seguinte argumento:

É, então, entre 1960/1970 que ocorre a transição da população de maioria rural para uma de maioria urbana, ou seja, a taxa de urbanização registrada em 1970 chega a ser de 60%. Isso é uma mudança importante devido à rapidez com que ocorre, uma vez que em 1960 a taxa de urbanização não era

mais de 35%, e em uma década o incremento populacional cresce quase 85% (SOUSA, 2016, p. 32).

Outro fator que ajuda a explicar o processo de deslocamento populacional ocorrido, em Cajazeiras, foi a difusão dos meios técnicos, coincidentemente no mesmo período (1970), que ocasionou o surgimento de novos padrões de mobilidade espacial da população e aumento quantitativo dos espaços urbanizados (CORRÊA, 2001).

Além disso, a construção da rodovia transamazônica (BR-230), entre o final da década de 1960 e o início de 1970, também favoreceu o crescimento econômico de Cajazeiras e o seu relacionamento com outras cidades hierarquicamente superiores, a exemplo de Juazeiro do Norte e Crato, no Ceará, bem como Mossoró, no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, Rolim (2010, p. 71) afirma que:

A partir da década de 1930, Cajazeiras começara a despontar como importante centro comercial da região. Esse crescimento se deu, especialmente, pela atuação das instituições de ensino básico, que atraíam estudantes de todo o Sertão paraibano e do Cariri cearense, e também a já existente rede rodoviária, que passou a ligar Cajazeiras a quase todas as sub-regiões do Nordeste.

Com a posição geográfica privilegiada de Cajazeiras, a construção da rodovia BR-230 contribuiu para que essa referida cidade se tornasse entroncamento rodoviário nas porções territoriais constituídas entre o Oeste da Paraíba, Centro-Sul do Ceará e Oeste do Rio Grande do Norte. Ademais, com a conclusão dessa obra em questão, o território cajazeirense tornou-se nó rodoviário no que concerne ao fluxo de pessoas, mercadorias, informações, serviços e capitais comerciais.

Posto isso, a dinâmica populacional verificada nessa referida cidade não ocorreu de maneira explosiva, ou seja, em poucos anos. Pelo contrário, foi um processo que veio se desenhando desde a década de 1920, com a explosão da cultura e produção de algodão que permitiu a abertura de usinas de beneficiamento de algodão e, por conseguinte, movimentou renda e gerou empregos. Consubstanciado com isso, houve ao longo das primeiras décadas do século XX investimento em infraestrutura básica e técnica na cidade, o que atraía os cidadãos do meio rural para a cidade em busca de melhor conforto e acessibilidade ao mercado de trabalho. A nítida reversão populacional, entre 1960-1970, foi resultado dos grandes investimentos que o governo federal fazia naquele período, em termos de obras e infraestrutura urbana, viés que culminou com uma forte migração rural/cidade.

Nessa perspectiva, Chagas Amaro (2015) corrobora em direção a nossa reflexão no sentido de que a construção da BR-230 e, sobretudo, a implantação do ensino de nível superior foram os principais vetores responsáveis pelo aumento do contingente populacional urbano de Cajazeiras, pois, atraíram sujeitos de diversos segmentos profissionais e civis do Nordeste e também do Brasil para trabalharem no mercado de ensino, no comércio – bastante pujante – e também nas obras de infraestrutura. Ademais, segundo o mesmo, o ensino superior permitiu fluxos regionais de estudantes, docentes e demais interessados, enquanto que a BR-230 assegurou esses fluxos com regularidade e qualidade. A partir desse binômio infraestrutura rodoviária e ensino superior, a cidade começou a crescer economicamente se tornando um dos principais redutos político/econômico do interior da Paraíba (CHAGAS AMARO, ENTREVISTA PRESTADA EM 2015).

Apresentamos nesse primeiro tópico do presente capítulo o processo de ocupação territorial da cidade de Cajazeiras, bem como os principais elementos que foram responsáveis por sua ascensão no contexto interurbano em diferentes momentos espaço/temporais. No tópico seguinte, nos deteremos na discussão acerca das novas dinâmicas socioespaciais no espaço intraurbano da mesma, como resultantes das ações diretas e indiretas da presença do setor de educação superior.

4.2 O ENSINO SUPERIOR E AS SUAS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS

De acordo com o que foi apresentado e discutido na seção anterior, o espaço intraurbano da cidade de Cajazeiras passou a apresentar sinais nítidos de desenvolvimento socioeconômico, a partir de meados da década de 1920, em razão da instalação de objetos técnicos, como os fios de telégrafo, fixos industriais, comerciais (agência do BB e da concessionária de veículos *Ford Cavalcanti & Primo*), o ensino básico, a pavimentação da BR-230 que liga a cidade a capital, João Pessoa, e ao estado do Ceará.

No entanto, o elemento que promoveu mudanças e redefiniu sua função e atuação na hierarquia urbana regional, bem como rompeu com a estrutura econômica calcada até fins da década de 1960, foi a implantação do ensino superior. Segundo o Banco do Nordeste (1978), o ensino superior nessa cidade se apresentou como um *spillover* para o seu desenvolvimento em pouco tempo de presença. Ainda de acordo com a referida instituição bancária:

[...] a vinda de professores de outros pontos do país; a instalação de bibliotecas; a melhoria da rede hoteleira da cidade e do setor de transportes;

a intensificação do movimento comercial; a valorização dos imóveis; acesso ao ensino superior por parte de pessoas pertencentes a camadas sociais menos abastadas; diminuição do processo migratório para os centros maiores [...] (BANCO DO NORDESTE, APUD ABREU, 2009, p. 37, grifo nosso).

Portanto, a instalação do ensino superior permitiu a Cajazeiras, sobretudo, o seu progresso socioeconômico. A presença desse serviço no espaço intraurbano dessa cidade em foco não só impulsionou o subsetor em si, ou seja, o educacional, mas também puxou outros como: o comercial (com ênfase para o varejo e, mais recentemente, para as atividades comerciais de rede e franquias); o setor bancário com a presença dos principais Bancos públicos e privados, além do acentuado crescimento de cooperativas de crédito; leve melhoria nos transportes intraurbanos (coletivo e moto-táxi); e, para nós, o setor mais beneficiado com a expansão e ampliação das IES e cursos superiores, como também das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento do ensino superior na gestão do PT, notadamente, Expansão Fase I (2003-2006) e do REUNI (2007-2012), foi o setor imobiliário.

Nesse sentido, Irlânio Cavalcante, presidente da CDL de Cajazeiras, e Crispim Coelho, professor do IFPB de Cajazeiras, incorporador e construtor imobiliário na respectiva cidade (entrevistas realizadas no mês de janeiro de 2018), corroboram para a premissa supracitada, ou seja, a implantação do ensino superior bem como as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento desse bem social outorgadas entre 2003 a 2012 foram essenciais para o progresso e o desenvolvimento do espaço social e econômico da referida cidade. Segundo eles:

A implantação do ensino superior foi realmente o grande mote para o dinamismo do comércio local e, conseqüentemente, de toda a cidade (IRLÂNIO CAVALCANTE, 2018). Cajazeiras era uma cidade estagnada, mas, com a implantação das IFES e a criação das políticas de expansão e ampliação do ensino superior, nos primeiros anos do século XXI, a cidade experimentou um crescimento no segmento imobiliário nunca visto anteriormente (CRISPIM COELHO, 2018).

A partir das declarações dos entrevistados, podemos afirmar que o ensino superior foi a atividade determinante para o desenvolvimento da cidade de Cajazeiras, pois, a presença desse objeto informacional permitiu a atração de estudantes, professores e demais interessados em consumir e atuar nesse tipo de estabelecimento. Em razão da presença cada vez maior desse tipo de sujeitos na cidade, o mercado de imóveis como também o de entretenimento, de lazer e de primeiras necessidades se ampliaram no espaço intraurbano local movido pela demanda cada vez mais crescente dos novos sujeitos residentes na cidade e

também daqueles que residem em municípios circunvizinhos que buscam consumir em Cajazeiras em função das maiores opções e qualidades do serviço oferecido.

A implantação do ensino superior trouxe mudanças na estrutura urbana de Cajazeiras, de modo imediato. É sabido que antes da chegada desse subsetor, a cidade já exercia influência sobre outras porções territoriais dos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. No entanto, tal centralidade exercida por Cajazeiras se complexificou e se especializou depois da década de 1980, porque passou a dispor de cursos cada vez mais complexos, como, por exemplo, Medicina e Engenharia Civil. Nesse sentido, a presença de conteúdos complexos tende a elevar a especialidade funcional de determinado centro urbano, seja na sua *hinterlândia*, seja na rede urbana a qual se encontra inserida.

A presença do subsetor de ensino superior ocasionou diversas mudanças na estrutura urbana da cidade de Cajazeiras, como dinamização do comércio varejista, abertura de agências bancárias dos principais bancos comerciais existentes no Brasil, criação de um acentuado número de cooperativas de crédito, além da abertura de concessionárias de veículos automobilísticos e motocicletas e representantes de outras marcas de veículos para vendas de usados.

Mediante nossas análises de estudo de campo no recorte espacial desta pesquisa, como também em conversas com determinados sujeitos que atuam no segmento geral do comércio cajazeirense, os subsetores de atividades que mais se desenvolveram de 1980 até fins do primeiro decênio do século XXI foram o comercial e o bancário. Este último com ênfase nas cooperativas de crédito.

O segmento bancário apresentou diversificação mediante a presença das agências do Banco do Brasil (BB), CEF, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Nordeste e o Sicredi. Contudo, só dispõem de uma única unidade dessas na cidade, ou seja, não se ampliou no espaço intraurbano; ao contrário das cooperativas de crédito que só tenderam a crescer na cidade nos últimos vinte anos. Existem atualmente as seguintes cooperativas de crédito consignado: Crefisa, Crediamigo do Banco do Nordeste, cooperativa do Banco Pan (Panamericano Sá), Ouro Cred, Creduni, R&M Empréstimos, Consicred, BMV Financeira, *Help* – loja de crédito do Banco BMG, Ramos & Silva e a Cajacred.

O inexpressivo desenvolvimento de agências bancárias pode ser explicado no setor produtivo social da cidade, pois a mesma não dispõe em seu território de arranjos industriais que permitam a circulação de capitais que resulte em depósitos, transferências bancárias e outras formas dessa natureza. Tais agências são movimentadas por pequenos depósitos, em

sua maioria, de pessoas físicas do funcionalismo público, aposentados e pessoas jurídicas que se enquadram como micro e pequenos empresários, além do pagamento de folhas salariais. Nesta perspectiva, Irlânio Cavalcante (2018) afirma que “O funcionalismo público é a grande ‘indústria’ da cidade de Cajazeiras, essa base é considerada a principal geradora de renda para a cidade”.

Diferentemente das cooperativas de crédito, essas têm a função de oferecer e liberar crédito em forma de dinheiro (empréstimos) para a sociedade civil em geral, desde que atenda as políticas internas das mesmas ou dos Bancos as quais servem, como é o caso do Crediamigo que pertence ao Banco do Nordeste.

Se por um lado as agências bancárias pouco se desenvolveram, por outro, as cooperativas se expandiram. Como foi frisado anteriormente, o baixo dinamismo verificado nas agências bancárias são reflexos da ausência de arranjos econômicos, como atividades de cunho industrial que imprima uma dinâmica mais complexa e especializada na cidade, resultando, por conseguinte, em geração empregos e rendas. Quando há um setor pujante, notadamente industrial, em um determinado espaço urbano, a tendência de haver receitas maiores como também maior circulação de capital são superiores, pois, resultam na atração de instituições financeiras para aquela localidade.

Em relação ao setor de comércio, o mais pujante e dinâmico é o varejista. De acordo com Irlânio Cavalcante (2018): “O varejo é o mais forte, mas, pouco-a-pouco o atacado vem crescendo, mas, em um patamar que dificilmente irá competir com o varejo –, é um comércio eminentemente varejista”.

Posto isso, os estabelecimentos comerciais na modalidade varejo existentes na referida cidade são os seguintes: Rio do Peixe, distribuidora de bebidas, mas, que também atua no ramo de venda de móveis, eletrônicos e eletrodomésticos; Demarmóveis e Armazém Paraíba, com atuação igual ao do grupo Rio do Peixe. De vestuário e moda, há Geraldo Lira: o Rei das Confecções.

Apesar de haver um estabelecimento de confecções de roupas do tipo atacado – Geraldo Lira: o Rei das Confecções – os lojistas do varejo de roupas preferem adquirir suas peças fora da cidade, ou melhor, em outros estados do Nordeste e até em outras regiões do país. Nesse sentido, Irlânio Cavalcante (2018) afirma:

Nós quase nada produzimos aqui. O comércio de Cajazeiras sempre recorre a centros maiores para adquirir, embora, na região Nordeste é possível encontrar um dinamismo na produção têxtil e até calçadista, mas, a grande força é ainda comprar em centros maiores. Em termos de centros de

abastecimento, São Paulo ainda lidera, mas, dependendo do ramo, se for confecções, por exemplo, tem grandes quantidades que vem de Fortaleza, de centros mais próximos, como de Toritama e de Caruaru – PE. Esses centros comerciais representam parcela preponderante no fornecimento logístico ao comércio de Cajazeiras.

Posto isso, fica evidenciado que o comércio de Cajazeiras é bastante dependente de outros centros de fornecimento e a maioria dos seus consumidores advém do próprio município, mas também das porções territoriais do Oeste da Paraíba e do Rio Grande do Norte, bem como do Centro-Sul do Ceará.

O dinamismo e a pujança que o comércio de Cajazeiras passou a exercer são resultados da presença do ensino superior que passou a atrair estudantes, professores e demais funcionários, com isso chamou a atenção de empreendedores locais e também de redes de lojas e *franquias*. Além disso, as políticas de incentivo ao crédito e consumo por parte do Estado favoreceram o progresso, o desenvolvimento, a ampliação de lojas e o índice de consumidores no comércio cajazeirense. Nesta perspectiva, Irlânio Cavalcante (2018) afirma: “O ano em que o comércio de Cajazeiras apresentou maior dinâmica foi em 2010. Eu tenho recordações que o comércio festejava muito a questão da lucratividade, do movimento”.

Após o ano de 2014, o segmento comercial de Cajazeiras passou a apresentar sinais na queda de lucros e vendas. De acordo com Irlânio Cavalcante (2018), tais sinais de adversidade são sintomas da crise política instalada no Brasil, assim, o comércio dessa referida cidade tem passado por sérias dificuldades há cerca de quatro anos. Ainda segundo o mesmo, os comerciantes ainda irão enfrentar sérios obstáculos para voltar a ter boas vendas e lucros, pois, o que tem visto ultimamente são colegas lojistas encerrando suas atividades por não conseguirem resistir à baixa demanda de consumo por um lado e, por outro, terem que pagar altas taxas de tributos.

Outra modalidade comercial que passou a ganhar espaço na cidade de Cajazeiras, nos primeiros anos do século XXI, foram as *franquias*. Segundo Irlânio Cavalcante (2018), a presença delas no espaço intraurbano cajazeirense começou de maneira tímida, no entanto, a quantidade de estabelecimentos dessa natureza tem se ampliado significativamente, em função do acentuado número de sujeitos que vêm consumir nessa cidade. As *franquias* que têm maior expressividade são: Boticário, Cacau Show, Colchões Ortobom, *Subway*, Lojas Americanas, Carmen Steffens, a Rommannel, Remax e a Localiza.

Mediante nossas observações *in loco* e também através de conversas com representantes políticos e funcionários dos órgãos especializados, é possível afirmar que outro

serviço intraurbano que pouco se desenvolveu foi o de transporte intraurbano. Dado todo o fluxo de pessoas diariamente na cidade, uma grande parcela vinda de outros municípios adjacentes como também estudantes, que precisam se deslocar de seus pontos residenciais para as IES e para outros lugares da cidade, padecem na ausência de um transporte coletivo regular e de qualidade.

Existem apenas três tipos de transportes que operam no espaço intraurbano de Cajazeiras, a saber: transporte coletivo; moto-táxi e táxi. Desses três, os mais requisitados são os dois primeiros.

O transporte coletivo é operado por apenas uma empresa de viação, a Viação Dois Irmãos, que é motivo de muitas reclamações por parte da população usuária desse meio. Essa empresa tem contrato vigente com o município até o final do ano de 2027. Ela funciona das 06h até às 19h em dias úteis, nos sábados das 06h até às 14h, e não opera nos domingos e feriados, porque, segundo um dos proprietários (em entrevista realizada em janeiro de 2018), não têm usuários para poder rodar, pois, quem mais utilizam, de fato, são os estudantes do CFP/UFCG. Quando é período de recesso nessa IES, a linha (Casas Populares e UFCG, assim denominada, pois, não tem código numérico para identificar as linhas), os ônibus rodam vazios, “batendo”, e tendo bastante prejuízo.

Ainda segundo o mesmo, além dos estudantes que utilizam esse meio de locomoção, há os moradores de bairros humildes, a exemplo do próprio bairro das Casas Populares, João Bosco Braga, denominado pela população local de “Ronaldo Cunha Lima”, e o bairro da Vila Nova. De acordo com o entrevistado, essas duas categorias de usuários frequentes procuram esse transporte pelo fato do bilhete ser mais barato em relação ao transporte de moto-táxi, por exemplo. Enquanto o coletivo isenta idosos e portadores de alguma deficiência do pagamento da passagem e cobra R\$ 1,00 ao estudante (caso embarque no ponto de partida, conforme a figura 9, mostra), o moto-taxista cobra uma tarifa de R\$ 5,00, que muitos desses sujeitos não podem pagar diariamente e mais de uma vez ao dia.

Figura 9 – Ponto de embarque no transporte coletivo em Cajazeiras, para os bairros em que o serviço cobre

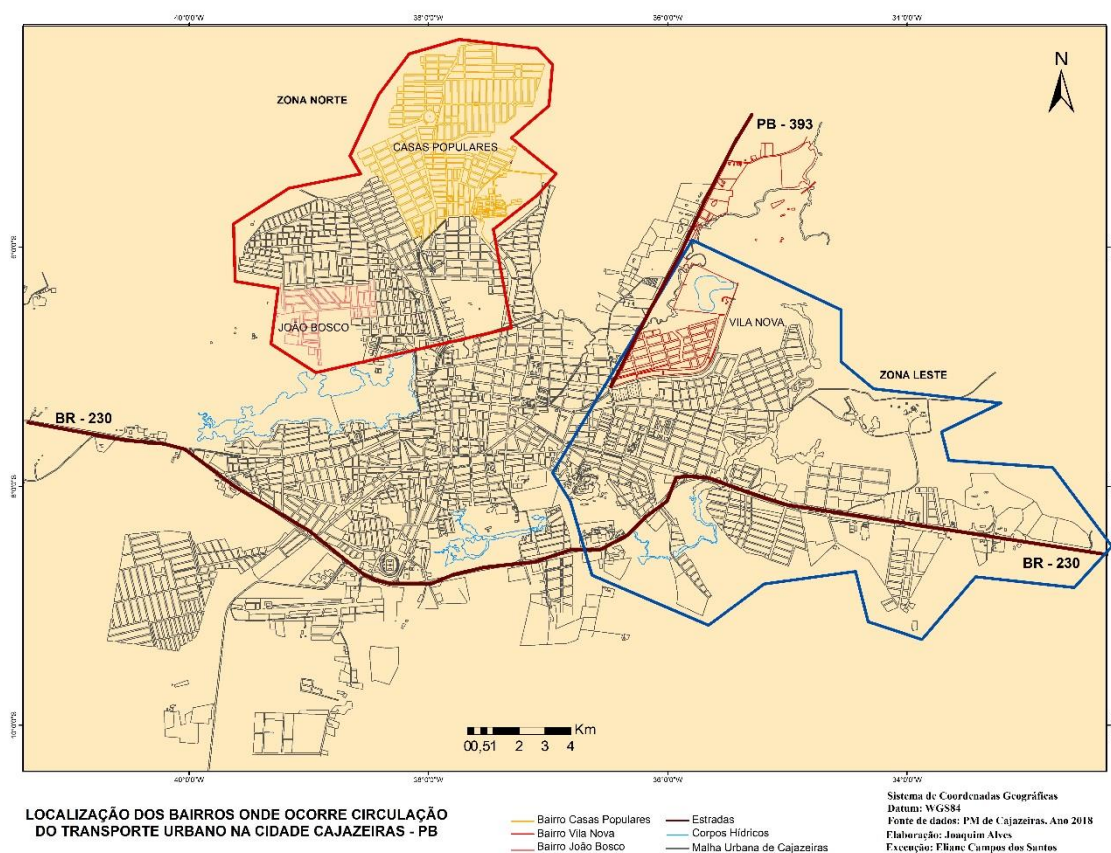


Fonte: Micaelle Amancio (2018).

Antes da entrevista que realizamos com o proprietário da viação Dois Irmãos, aplicamos uma enquete com estudantes que utilizam diariamente esse tipo de transporte para se locomover de casa para a IES, em que estava matriculado até a aplicação da respectiva enquete, em novembro de 2017, e vice-versa. A aplicação da mesma foi com o intuito de conhecer, a partir da óptica do usuário, a sua rotina de uso do transporte, a qualidade, em termos de pontualidade e conforto, como também os motivos que os levam a utilizar o mesmo.

A enquete foi aplicada a quinze usuários na parada principal do coletivo, onde é possível comprar o bilhete de passagem e embarcar para qualquer ponto da cidade em que o coletivo opera (ver figura 9). O transporte não cobre toda a cidade, apenas a zona Norte em que se localizam as seguintes IES, a FAFIC e o CFP/UFCG, e o bairro da Vila Nova, localizado na zona Leste da cidade. O mapa 4 ilustra as áreas de Cajazeiras que são beneficiadas pelo transporte coletivo.

Mapa 4 – Áreas de Cajazeiras que são beneficiadas com o transporte coletivo



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras (2018). Elaboração e execução: Joaquim Alves da C. Filho e Eliane Campos dos Santos (2018).

Conforme o mapa 4 ilustra, o transporte coletivo intraurbano, em Cajazeiras, cobre apenas uma zona da cidade (Norte), que compreende os bairros das Casas Populares e o João Bosco Braga, denominado pela população de “Ronaldo Cunha Lima”. A linha “Casas Populares e UFCG” passa pela FAFIC e pelo CFP/UFCG. No interior do bairro das Casas Populares, essa linha circula a cada quinze minutos, a exemplo, das outras duas linhas existentes: a que faz a linha Centro – “Ronaldo Cunha Lima”, em que também passa pela FAFIC, e a outra linha cobre apenas um bairro da zona Leste – Vila Nova.

A respeito da ausência do transporte coletivo em todo o espaço urbano da cidade, questionamos a um dos proprietários da viação o porquê de não cobrir outros bairros. O mesmo respondeu que não recompensa fazer isso, visto que já fizera quando começou a operar e teve muitos prejuízos, ou seja, não havia retorno, pois gastava em média R\$ 6.000 mensalmente com combustível e manutenção dos veículos.

O transporte coletivo dispõe de linhas regulares a cada quinze minutos, das 06h até às 19h, passando pela FAFIC e pelo CFP/UFCG, no entanto, desassiste em atender estudantes matriculados em duas IES: IFPB e FASP. Os discentes matriculados nessas instituições se

deslocam de moto-táxi, andando (no caso do IFPB), e/ou em transporte individual. No caso da outra IES existente na cidade, FSM, a viação Dois Irmãos tem um contrato de levar os discentes matriculados às 06h30min e trazer ao meio-dia, no período matutino; e levar às 13h30min e trazer às 17h, no horário vespertino.

Com relação à enquete, apresentamos no quadro 3 os questionamentos inseridos nela, bem como as respostas dadas pelos sujeitos que a responderam. De acordo com a enquete 1, o que leva a maioria utilizar o transporte coletivo é a questão financeira e o fato de não possuir transporte individual. Com relação à regularidade de horário e ao tempo de espera entre um ônibus e outro, a maioria (nove dos quinze entrevistados) informou que a empresa não segue uma regularidade nos horários; e quanto ao tempo de espera, doze do total responderam que chegam a esperar entre vinte a trinta minutos. No que tange aos problemas identificados pelos usuários e o que poderia ser feito para melhorar o serviço, onze dos quinze responderam que consideram a frota desconfortável (bancos duros, sujos e estragados), sucateado e não passa segurança; e o que poderia melhorar seria justamente a renovação da frota com uma mais nova.

Além disso, perguntamos qual outro transporte intraurbano os mesmos utilizam além do coletivo, onze do total responderam que usam o serviço de moto-táxi. Posto isso, o moto-táxi pode ser considerado o serviço de transporte intraurbano, em Cajazeiras, que mais se desenvolveu nos últimos treze anos.

Atualmente, o serviço de moto-táxi é regulamentado pela Lei Municipal nº 1876/2010, que dispõe dos direitos e deveres dos prestadores desse serviço. Ademais, os prestadores desse serviço são representados por duas instituições sindicais: por um sindicato e por uma cooperativa.

Desse modo, entrevistamos, no mês de novembro de 2017, o presidente da cooperativa a respeito dessa atividade e a relação com o ensino superior. Segundo o presidente da referida cooperativa, a expansão e ampliação do ensino superior foi crucial para o desenvolvimento e a ampliação do número de moto-taxistas na cidade.

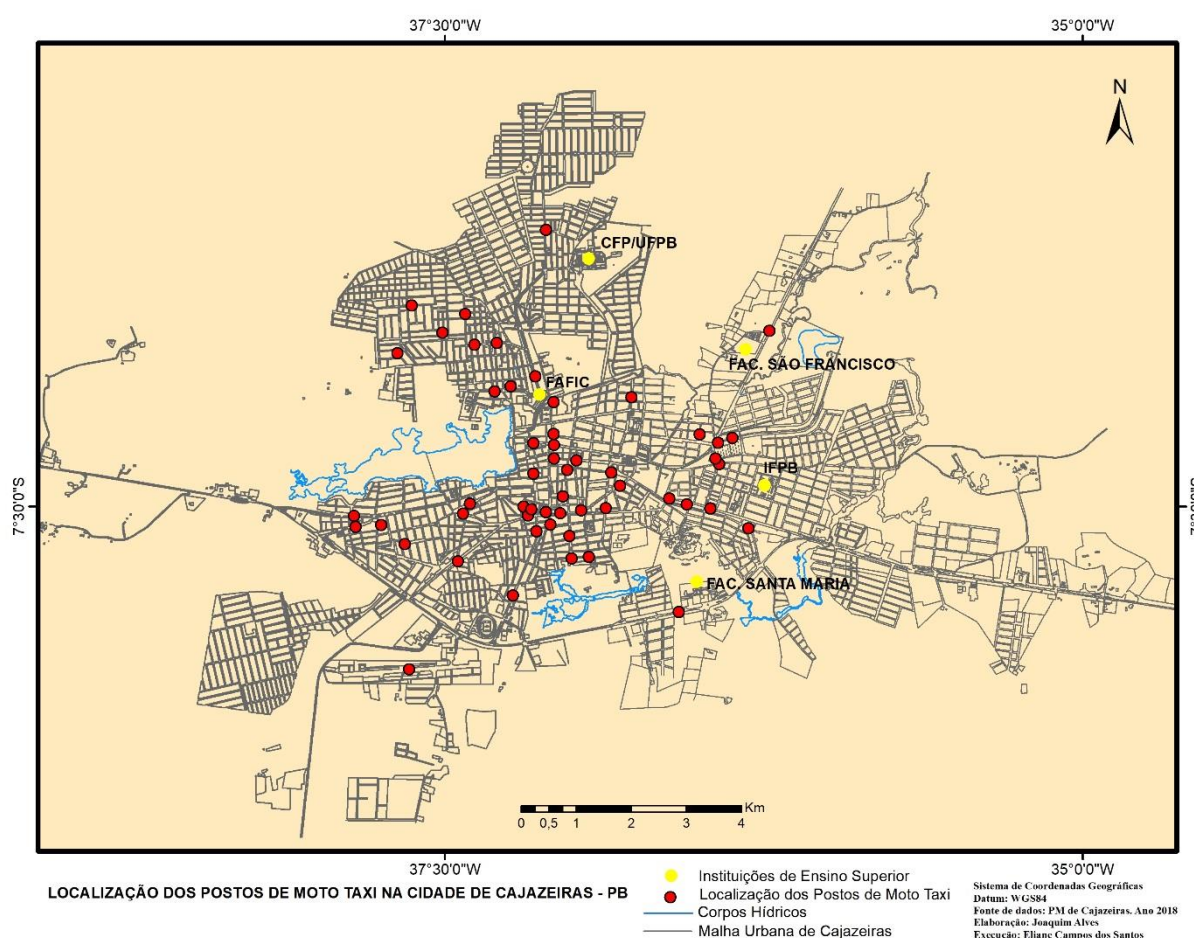
Quadro 3 – Enquete com estudantes que utilizam diariamente o transporte coletivo em Cajazeiras

Perguntas	Respostas				
I. Qual o motivo que o(a) leva a utilizar o transporte coletivo?	Questões financeiras (5)	Não tem transporte individual (4)	Necessidade (3)	Preferiu não opinar (2)	Depende da circunstância (1)
II. Você possui transporte individual?	Sim (6)				
III. Você utiliza este meio de transporte para mais outro lugar, além para a universidade?	Trabalho, centro e casa (13)				
IV. Qual outro meio de transporte intraurbano você utiliza?	Moto-táxi (11)				
V. Há uma regularidade de horário?	Sim (6)				
VI. Costuma esperar quanto tempo nos pontos?	Mais de vinte minutos (5)	Trinta minutos ou mais (7)	Dez minutos (2)	Uma hora (1)	
VII. Gosta de utilizar o transporte coletivo?	Sim (4)	Pouco (2)	Razoavelmente (6)	Muito pouco (3)	
VIII. Quais os problemas que você identifica nessa viação?	Irregularidade nos horários (1)	Sucateado, desconfortável, falta de segurança (11)			Não identifico problemas (3)

IX. O que poderia melhorar?	Circulasse no período noturno (1)	Ampliação dos pontos de espera (2)	Renovação da frota (4)	Limpeza, conforto e atendimento (6)	Diminuição do tempo de espera (2)
-----------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------

De acordo com o respectivo entrevistado, até o ano de 2006 o número de moto-taxistas era menos de trezentos e não havia um ato normativo que disciplinasse, identificasse e reconhecesse essa profissão. Porém, com a aprovação da Lei Federal nº 12.009/2009 juntamente com a da instância municipal de Cajazeiras, essa atividade ganhou ápice e atualmente existem seiscentos e onze (611) moto-taxistas credenciados que trafegam em Cajazeiras. Esse quantitativo de moto-taxistas estão distribuídos em cinquenta e cinco (55) postos na cidade. O mapa 5 mostra a localização dos postos de moto-táxi e a localização das IES no espaço intraurbano cajazeirense.

Mapa 5 - localização dos postos de moto-táxis e das IES de Cajazeiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras (2018). Elaboração e execução: Joaquim Alves da Costa Filho; Eliane Campos dos Santos (2018).

De acordo com o mapa 5, a maioria dos postos de moto-táxi estão localizados no centro da cidade e um baixo número na parte Oeste. Em relação a localização dos respectivos postos com as IES, é possível perceber que todas as cinco Instituições de nível superior, em Cajazeiras, possuem ao menos um posto de moto-táxi próximo as suas respectivas instalações, como é o caso da FASP, FSM e o CFP/UFCG. A FAFIC é a IES com a localização mais centralizada no que diz respeito a oferta dos serviços de moto-táxi, em decorrência de estar

instalada muito próxima ao centro da cidade, que como já foi frisado e o mapa 5 mostra, a maioria dos pontos deste serviço de transporte se concentram no centro da cidade de Cajazeiras.

O ensino superior desempenha uma função de fundamental importância para a cidade de Cajazeiras, no que diz respeito a atração de discentes, docentes e demais funcionários que estudam/atuam nas respectivas IES existentes que, conseqüentemente, resulta no crescimento, desenvolvimento e na especialização das atividades e serviços que Cajazeiras oferece na escala local e da sua região imediata. No entanto, podemos observar, no que tange as localizações dos pontos de moto-táxis com as IES, que apesar da importância da presença do ensino superior para o crescimento, desenvolvimento e funcionamento do serviço de moto-táxi, este não gira exclusivamente em torno dos estudantes, mas sim, de todos os cidadãos que residem e circulam diariamente por esta cidade e requisita o serviço dos moto-taxistas.

O anexo 3 apresenta a lista com o nome e a rua em que está localizado cada posto no perímetro urbano de Cajazeiras.

Posto isso, o presidente da cooperativa de moto-taxistas reforça a nossa análise em que afirma que a presença dos discentes em Cajazeiras contribuem bastante para o fluxo de pessoas, movimentação de receitas e para a atividade dos moto-taxistas, visto que, além de prestarem o serviço sem vínculo com qualquer discente, muitos têm contrato com estudantes, os quais recebem mensalmente para transportá-los de suas residências até as IES em que são matriculados. Ademais, o mesmo entrevistado relatou que no período em que as IES estão de recesso a demanda por moto-taxistas diminui drasticamente, o que causa perda de lucratividade aos mesmos.

O outro tipo de transporte urbano existente, em Cajazeiras – o táxi – é bastante incipiente e caro para a população. Podemos afirmar que ele não se desenvolveu, pois existem apenas dois pontos de táxi na cidade: um na rodoviária, onde concentra a maior parte; o outro na praça Coronel Juvêncio Carneiro que concentra pouquíssimos táxis (ver figura 10).

Ademais, o serviço de táxi, em Cajazeiras, é muito precário tanto no sentido técnico como funcional. A grande maioria dos táxis é antigo, desconfortável e não dispõe de taxímetros. Assim, os motoristas trabalham com um preço fixo para todo o perímetro urbano, que corresponde à quantia de R\$ 15,00. Além disso, os taxistas lucram mais realizando viagens e/ou fretes interurbanos, ou seja, para municípios circunvizinhos do que dentro da própria cidade de Cajazeiras.

Figura 10 – Praça Juvêncio Carneiro, onde localiza um dos dois pontos de táxi na cidade de Cajazeiras



Fonte: Arquivo pessoal do autor desta pesquisa (2017).

Um fator que explica o pouco desenvolvimento do serviço de transporte urbano, em Cajazeiras, é a ausência de políticas públicas que amparem e fomentem o progresso dessa atividade. Segundo o proprietário da viação Dois Irmãos, a inexistência de projetos do poder público que ajudem a fomentar o desenvolvimento do transporte coletivo tem inibido bastante a oferta de um serviço de melhor qualidade à população e aos cidadãos transeuntes. Já para o presidente da cooperativa de moto-taxistas, o que os “salvam” são os patrocínios que recebem de órgãos privados, que servem para fazer a manutenção na moto, renovar o colete de identificação, por exemplo.

A ausência de políticas públicas para o fomento da atividade de transporte urbano foi confirmada por um dos vereadores da Câmara Municipal de Cajazeiras. No entanto, segundo o mesmo, a referida Câmara vem trabalhando nos últimos anos em prol do melhoramento da infraestrutura urbana da cidade, principalmente, no que tange ao serviço de mobilidade urbana¹⁶. Uma prova disso foi a aprovação e sanção da criação da zona azul, em dezembro de 2017, e que estava prevista no documento/Lei para ter seu início no mês de março de 2018.

¹⁶ O termo Mobilidade Urbana não se refere estritamente ao conjunto de meios de deslocamento (carro, moto, bicicleta), de um ponto a outro de uma determinada cidade, e sim, faz referência de que modo estão organizados os usos e a ocupação da cidade e a melhor maneira de garantir o acesso das pessoas e bens ao que a cidade oferece (locais de trabalho, hospitais, etc.), e não apenas pensar os meios de transporte e o trânsito.

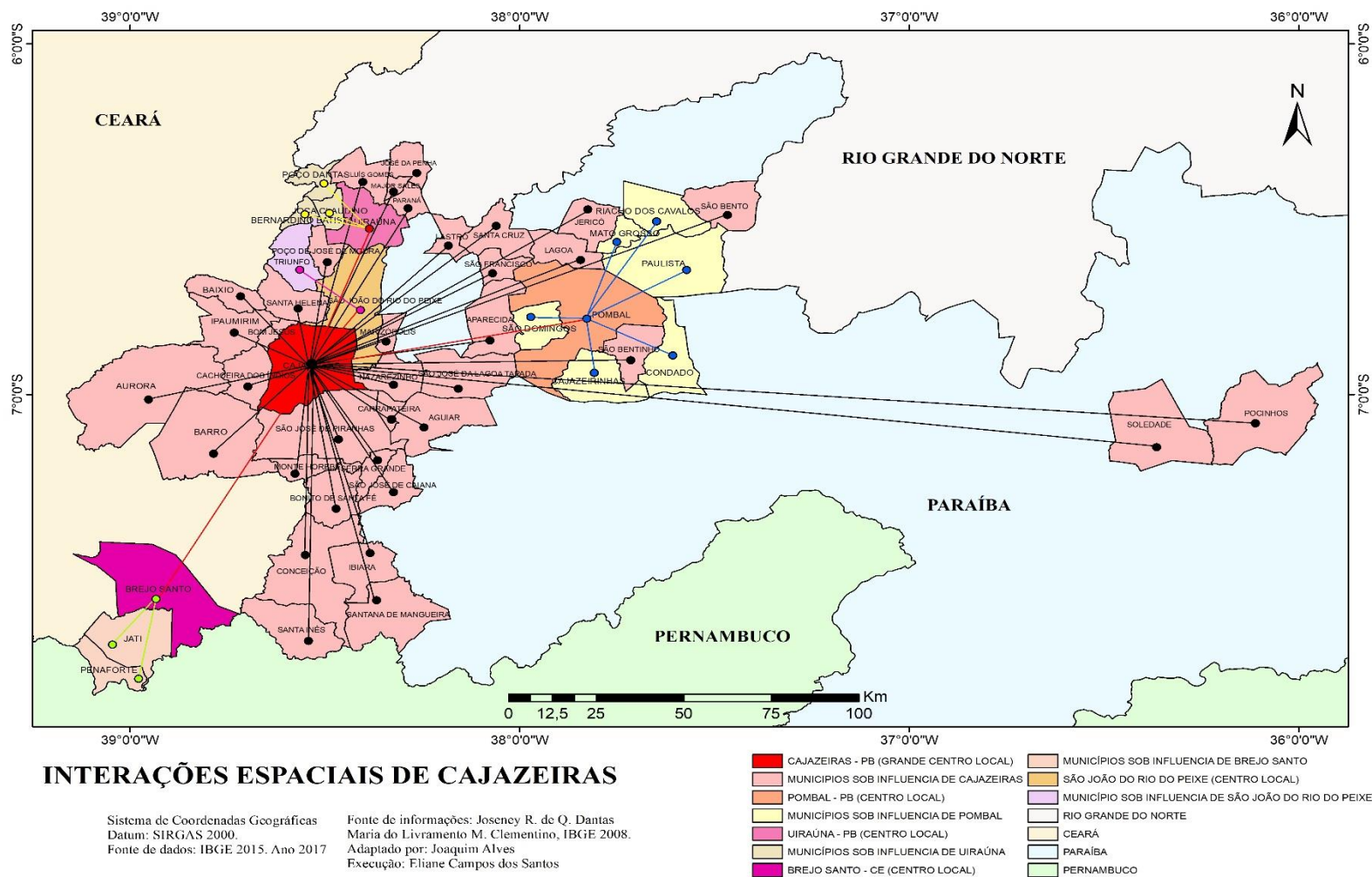
Posto isso, depreendemos que as mudanças e as novas dinâmicas ocorridas no espaço intraurbano de Cajazeiras têm se direcionado, sobretudo, ao aspecto comercial (bens perecíveis), como também varejista (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, calçados, perfumaria e acessórios similares), e ainda com maior intensidade no mercado de aquisição e locação de imóveis, visto que a demanda por residências na cidade só aumenta a cada ano, tanto por parte de discentes, docentes, funcionários administrativos que passam atuar nas IES alocadas, em Cajazeiras, mas, também por outros cidadãos que migram para essa cidade por diversos motivos, que não é o foco desta pesquisa.

Destarte, a presença de estudantes na cidade de Cajazeiras provenientes de várias localidades do estado da Paraíba, da região Nordeste, e também do Brasil inteiro verbera-se em um acentuado fluxo que, conseqüentemente, torna o espaço intraurbano desse referido centro mais dinâmico e fluido.

Além dos estudantes, também constatamos um acentuado fluxo de pessoas que se deslocam de vários municípios da região geográfica imediata e intermediária de Cajazeiras e Sousa/Cajazeiras, respectivamente, para consumir no comércio local, para adquirir produtos de necessidades alimentares, comprar roupas, calçados e perfumaria, bem como móveis, eletrodomésticos e eletrônicos. Vale salientar que o comércio cajazeirense oferece uma diversidade de opções em suas lojas e melhores preços que não são possíveis de encontrar no comércio das cidades que fazem parte da região imediata de Cajazeiras, pois, a maioria dessas são centros urbanos que servem para atender as necessidades inadiáveis de seus cidadãos.

Nesta perspectiva, o mapa 6 mostra a troca de relações comerciais e de serviços entre Cajazeiras com a sua região geográfica imediata e também com a intermediária.

Mapa 6 – Relações comerciais e de serviços (ensino superior) entre Cajazeiras e os municípios que compõem a região geográfica imediata de Cajazeiras e a intermediária de Sousa/Cajazeiras



Fonte da base de dados: IBGE (2015). **Fonte das informações:** Josiney R. de Q. Dantas e Maria Livramento M. Clementino (2015).
Elaboração e execução: Joaquim Alves da C. Filho e Eliane Campos dos Santos (2017).

O mapa 6 nos oferece elementos que corroboram para a premissa que Cajazeiras exerce um forte relacionamento interespacial com outras cidades além daquelas que compõem a sua região geográfica imediata. Destarte, vários fatores ao longo da história do desenvolvimento urbano de Cajazeiras (discutidos na seção 1, deste capítulo) contribuíram para que esse centro urbano alcançasse o posto de centro de gestão territorial microrregional. Entretanto, podemos afirmar que o setor de serviços, com destaque, sobretudo, para o ensino superior se apresentou como um catalisador de desenvolvimento urbano local e regional, pois melhorou a qualidade social e cultural da população cajazeirense e de localidades adjacentes; além de ter propiciado uma base de circulação de receitas econômicas mais densas que àquela em que operava até o início da década de 1980 na cidade.

Diante do exposto, consideramos Cajazeiras um centro especializado em uma atividade específica, o ensino superior, que a confere uma identidade singular. Segundo Corrêa (2011, p. 11): “A maior parte desses centros (especializados em alguma atividade específica), resulta de uma refuncionalização face à perda de seu papel nas relações com o campo. A refuncionalização resulta de investimentos locais ou de origem externa [...]”.

Posto isto, na seção 3 deste capítulo abordaremos a valorização do mercado imobiliário, o valor da terra urbana e do imóvel construído, contextualizado com o serviço de ensino superior, como também as áreas de concentração dos estudantes residentes, em Cajazeiras, que cursam esse nível de ensino.

4.3 O MERCADO IMOBILIÁRIO E A NOVA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE CAJAZEIRAS

A presença de discentes, docentes e funcionários que atuam nas IES de Cajazeiras, sobretudo, aqueles provenientes de outras cidades, originou uma alta demanda por residências na cidade. A maioria dos sujeitos que passou a residir, em Cajazeiras, foi em função dos cursos e distâncias das suas respectivas localidades até o centro ofertador do serviço de ensino, notadamente, a cidade de Cajazeiras.

Segundo Crispim Coelho (2018), a valorização do mercado de imóveis e a, consequente, procura por terrenos para construção, bem como imóveis já construídos, só vieram a ocorrer em meados da década de 1980, com a implantação do *campus* do CFP/UFPB, e com a federalização da FAFIC (discutida no capítulo 2). Até então, a referida cidade ainda seguia um ritmo lento, mesmo já tendo em seus domínios territoriais o ensino

superior. No entanto, esse serviço mediante a FAFIC pouco incrementava novas dinâmicas na cidade, visto que a instituição atendia apenas os jovens do município bem como das adjacências. Além disso, os professores que lecionavam eram, em sua maioria, da própria cidade de Cajazeiras, por um lado, e, por outro, a mesma convivía com sérias dificuldades financeiras. Desse modo, sua implicação enquanto arranjo de progresso econômico e de desenvolvimento social e cultural, em Cajazeiras, era nulo.

O espaço urbano de Cajazeiras só veio ganhar fluidez em seus conteúdos (comércio, vida social e cultural, e aquecimento do mercado de imóveis), a partir da implantação do CFP/UFPB. Nesse sentido, Crispim Coelho (2018) afirma:

Quando foi criado o *campus* da UFPB, aqui houve uma valorização nos imóveis da cidade, mas, o que justificou essa valorização? A justificativa é que houve uma grande procura. Cajazeiras era uma cidade estagnada, mas, com a implantação da IFES começou a chegar professores, estudantes de várias localidades [...] Em um primeiro momento houve a predominância de loteamentos, posteriormente, quando passaram a se fixar optaram pela construção, ou seja, pela aquisição do imóvel próprio. As pessoas que começaram a construir buscavam terrenos para esse fim e, com isso, houve uma grande procura, que, conseqüentemente, valorizou os terrenos e os imóveis já construídos.

Na mesma perspectiva do entrevistado supracitado, corrobora outro, o Engenheiro Civil e um dos primeiros e principais loteadores, em Cajazeiras, José Nobio¹⁷. Segundo este, a procura por imóveis para residência nessa referida cidade iniciou a partir de meados da década de 1980, que se evidencia com a construção dos primeiros loteamentos. Os primeiros lotes foram abertos numa distância próxima ao então CFP/UFPB, para atender a necessidade de moradia dos docentes. Quanto aos estudantes, estes ficavam, em grande parte, em casa de familiares ou em locais da Igreja Católica, por exemplo.

Nesse sentido, o Banco do Nordeste evidencia, em uma publicação datada do final da década de 1970, o impacto que o CFP/UFPB já fazia no espaço urbano cajazeirense. De acordo com o citado Banco, “A criação do *campus* da UFPB propiciou a vinda de professores, intensificou o movimento comercial e, principalmente, a procura e valorização de imóveis” (BANCO DO NORDESTE, 1970 apud ABREU, 2009, p. 37).

Posto isso, podemos compreender que o ensino superior passou a implicar em mudanças no espaço intraurbano de Cajazeiras, no que diz respeito à paisagem urbana e ao conteúdo social após a implantação do CFP/UFPB. Esse fato pode ser explicado em razão de

¹⁷ Entrevista realizada no mês de janeiro de 2018.

que, a partir desse momento (década de 1980), a presença do ensino superior se faz a partir de uma unidade de uma universidade federal, em que o poder de atuação escalar dela é maior, as receitas são maiores, o que atrai interessados em atuar naquela IES e na cidade, em função da estrutura institucional que essa autarquia oferece.

O segundo momento que, segundo Crispim Coelho (2018), houve uma valorização e demanda imobiliária na cidade de Cajazeiras foi com a implantação de um *campus* do Centro de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFET), (atualmente IFPB), em 1994. De acordo com o referido entrevistado:

[...] Naquele momento (após a instalação do então *campus* do CEFET), a cidade não dispunha de imóveis suficientes para alocar esse novo quantitativo de pessoas, com isso, ocorreu novamente um processo de valorização no mercado de imóveis nessa cidade. A exemplo do caso anterior (implantação do CFP/UFPB), num primeiro momento a busca significativa foi para aluguel, depois com a fixação dos novos cidadãos, grande parte desses procuraram adquirir lotes de terrenos para construir imóveis, que, enfim, deu uma segunda guinada no processo de valorização do mercado imobiliário local (CRISPIM COELHO, ENTREVISTA PRESTADA, 2018).

No entanto, a particularidade de valorização do espaço intraurbano cajazeirense com a implantação do *campus* do CEFET foi distinta da ocorrida com o CFP/UFPB, porque enquanto esse segundo se alocou em uma área periférica da cidade, constituída por cidadãos de baixa renda e residências oriundas de políticas habitacionais públicas – conjuntos habitacionais e casas populares –, o primeiro se instalou no bairro Jardim Oásis que já se encontrava valorizado com residências de médio a alto padrão (conforme é a estrutura social local), ruas calçadas e com proximidade ao entroncamento rodoviário que dá acesso, a partir da BR-230, à capital do estado, João Pessoa, por um lado e, por outro, ao estado do Ceará.

Ademais, o bairro Jardim Oásis é atualmente um dos locais do espaço intraurbano de Cajazeiras mais procurado para moradias, além de ser povoado por sujeitos de padrão aquisitivo de médio a alto. Desse modo, o mesmo é classificado, segundo os analistas imobiliários locais, como uma das áreas mais valorizadas de Cajazeiras.

De acordo com Crispim Coelho (2018), houve mais dois momentos espaço/temporais de valorização e demanda imobiliária na cidade de Cajazeiras. O terceiro foi no início do século XXI, mais precisamente entre os anos de 2002 a 2005, em função do desmembramento da UFPB e a criação da UFCG, bem como a implantação da FSM; o quarto momento ocorreu entre 2007 a 2013, em razão das políticas creditícias do governo federal para aquisições de imóveis. Segundo o referido entrevistado:

Outro momento interessante que desencadeou uma demanda imobiliária foi nos primeiros anos da primeira década do século XXI, com a instalação das faculdades: Santa Maria e São Francisco e com a implantação do curso de Medicina no CFP/UFCG. Desse modo, a cidade de Cajazeiras atraiu um grande quantitativo de discentes de outras localidades da Paraíba e de outros estados da região Nordeste, experiência que até então não se observava (CRISPIM COELHO, ENTREVISTADA REALIZADA, 2018).

Nesse estágio de valorização e aquecimento do mercado de imóveis, em Cajazeiras, ocorreu novamente uma intensa necessidade para construções. No entanto, diferente dos dois primeiros momentos (implantação do CFP/UFPB e do *campus* do então CEFET) em que a iniciativa para construções partiu dos novos cidadãos que chegavam a Cajazeiras, nesse terceiro momento a ação de construir novos equipamentos imobiliários foi por parte da população local que percebia no grande quantitativo de sujeitos em Cajazeiras à procura de residências uma oportunidade de ganhar dinheiro, através, sobretudo, de locações (aluguéis).

Posto isso, Crispim Coelho (2018) afirma:

Nessa lógica, muitas famílias, pequenos empreendedores –, de segmentos variados da sociedade civil cajazeirense passaram a fazer puxados em seus locais de moradias, bem como nos seus estabelecimentos comerciais, ou seja, muitos ampliavam os vãos de suas casas e comércio horizontalmente e verticalmente (esse último sem nenhum tipo de acompanhamento do CREA). Tudo isso provocado pela grande demanda dos cursos da área de saúde [...] Portanto, houve uma grande valorização, em função de haver uma enorme demanda e uma baixíssima oferta (CRISPIM COELHO, ENTREVISTA REALIZADA, 2018).

Ainda de acordo com Crispim Coelho (2018), o fervor do grande número de estudantes que passaram a chegar a Cajazeiras, a partir desse terceiro momento, era tão intenso que a Diretora/Presidente da FSM chegou a questionar se a cidade de Cajazeiras teria mesmo condições e estrutura para comportar um grande contingente de novos sujeitos (discentes e docentes), dada a incipiência de equipamentos imobiliários como também de lazer, livrarias e papelarias. Nesse sentido, o referido entrevistado respondeu, na ocasião, à Diretora/Presidente da FSM, da seguinte maneira:

[...] a cidade não estava preparada naquele momento (implantação da FSM), pois, não havia nenhum equipamento comercial, industrial e/ou de serviço que aquecesse o mercado de imóveis, mas, com a implantação da FSM haveria uma dinâmica no referido mercado, isso porque, iria surgir uma alta demanda por imóveis, que na prática se concretizou (CRISPIM COELHO, ENTREVISTA REALIZADA, 2018).

Mediante a fala do entrevistado supracitado, percebemos que a presença do ensino superior desencadeou diversas mudanças na cidade de Cajazeiras, sendo que as mais notórias podem ser apreendidas na economia local, pois, gerou uma nova dinâmica no comércio, aqueceu o mercado de imóveis e atribuiu à cidade uma posição e função mais densa e especializada no circuito microrregional.

O quarto momento que, segundo Crispim Coelho (2018), gerou um forte aquecimento no mercado de imóveis, em Cajazeiras, foi a partir do ano de 2007, em função das políticas públicas e dos planos governamentais que liberaram crédito imobiliário para aquisição de casa própria, como também para construções em grandes quantidades.

Posto isso, o entrevistado supracitado afirma:

O quarto momento de aquecimento e, consequente, valorização imobiliária, em Cajazeiras, ocorreu a partir do ano de 2008, em função das políticas públicas creditícias da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), para a construção e aquisições de imóveis por parte da sociedade civil de baixa, média e alta renda da cidade. Nesse período havia pouquíssimos loteamentos, após esse período, houve um surto de abertura de loteamentos, cerca de trinta, entre 2008 a 2013 [...] (CRISPIM COELHO, ENTREVISTA REALIZADA, 2018).

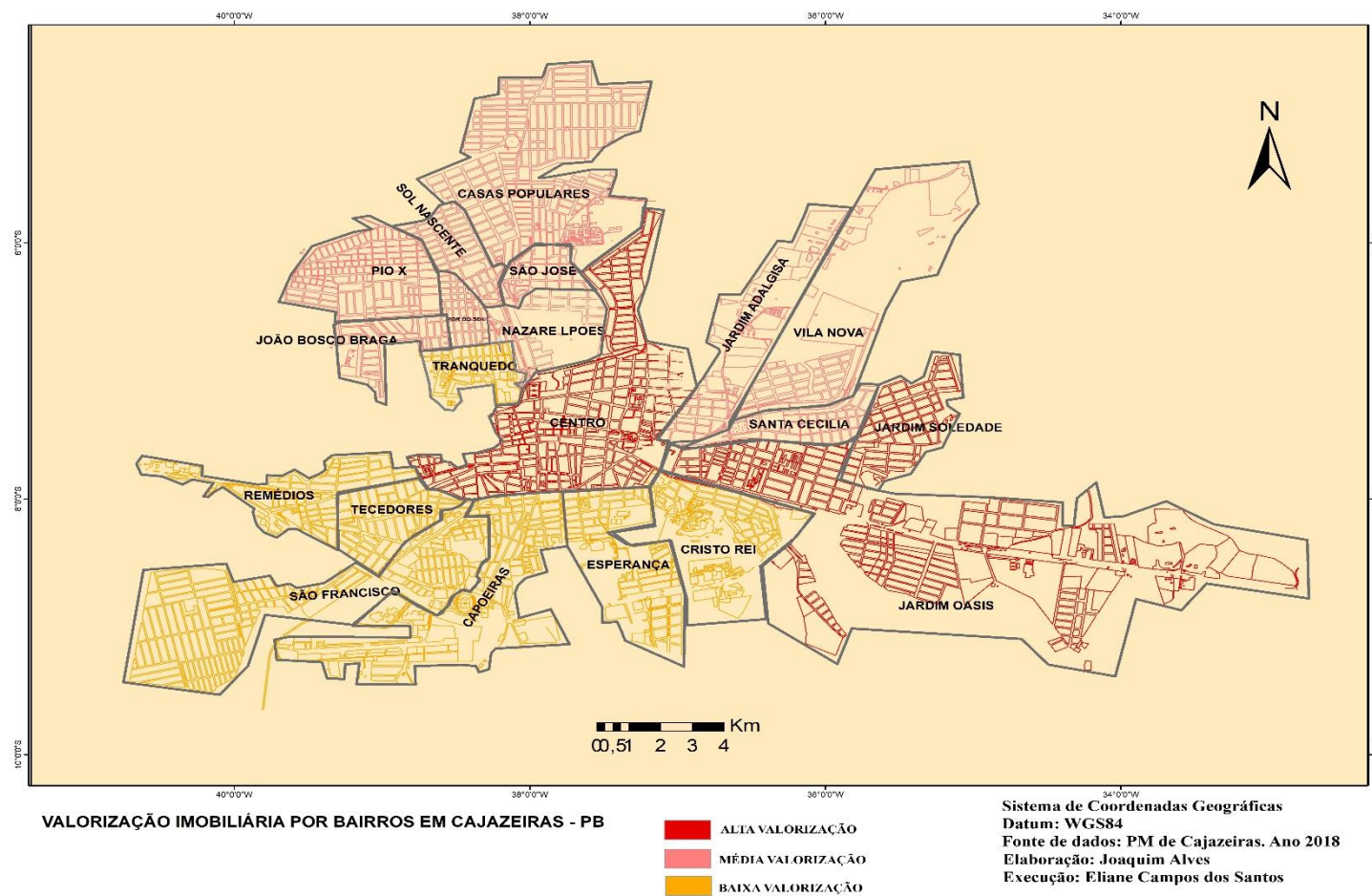
Durante esse período houve a abertura de muitos loteamentos na cidade de Cajazeiras, sendo que vários foram construídos sem seguir as diretrizes dos planos urbanísticos municipais – de uso e ocupação do solo urbano –, bem como as normas do Estatuto da cidade. Além disso, os mesmos não possuem área verde, parques de recreação, espaços para construção de equipamentos de consumo coletivo (escolas, creches, postos de saúde, etc.). Os empreendedores de tais equipamentos imobiliários na referida cidade fazem o possível para utilizar todos os espaços existentes para construção e ganhar dinheiro com cada metro quadrado.

Destarte, houve uma especulação imobiliária e uma valorização do terreno urbano, bem como de imóveis construídos, em Cajazeiras, que extrapolaram o padrão lógico de mercado para a referida cidade. Nesta perspectiva, Crispim Coelho (2018) ressalta que “Não havia abundância de terrenos, quem tinha passou a fixar valores muito altos, que chegaram a extrapolar a lógica de preço de mercado da localidade, ou seja, houve uma megavalorização de terrenos [...]”.

Desse modo, o espaço intraurbano de Cajazeiras passou a ser fragmentado por zonas de valorização, isto é, cada bairro recebeu uma classificação dos empreendedores imobiliários locais conforme o valor em metro quadrado no mercado cajazeirense. Posto isto, o mapa 7

representa cartograficamente os bairros de maior, média e baixa valorização para aquisição de terreno, bem como imóveis já construídos.

Mapa 7 – Bairros de maior, média e baixa valorização da cidade de Cajazeiras, segundo os analistas imobiliários locais



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras (2018). Elaboração e execução: Joaquim Alves da Costa Filho e Eliane Campos Santos (2018).

O mapa 7 apresenta o espaço intraurbano de Cajazeiras segundo os bairros de alta, média e baixa valorização de acordo com os preços de mercado da localidade, além de levar em consideração outros atributos, como: a presença de IES naquele bairro, infraestrutura, equipamentos de saúde, educação e comércio. Nessa perspectiva, o bairro de média valorização, Casas Populares, detém em sua zona territorial duas IES, a FAFIC e o CFP/UFCG. Ele é classificado pelos empreendedores imobiliários da cidade como de média valorização (apesar da presença de duas IES, uma privada e outra federal), em razão de ser um bairro formado e constituído por indivíduos de baixa renda, residências em sua maioria construídas a partir de programas habitacionais do governo federal e, principalmente, não dispor de infraestrutura de consumo coletivo à comunidade do bairro como, por exemplo, postos de saúde.

Um dos bairros que se enquadra no de alta valorização, Jardim Oásis, tem em seu interior a estadia do *campus* do IFPB, como frisado anteriormente. Ao se instalar na referida localidade de Cajazeiras, a respectiva Instituição já encontrou um bairro bem assistido em termos de infraestrutura, equipamentos de consumo coletivo e comércio.

Destarte, apresentamos no quadro 4 os valores atuais do metro quadrado do terreno e do imóvel construído segundo as áreas (bairros) de valorização na cidade de Cajazeiras.

De acordo com o quadro 4, podemos focar em dois detalhes: o primeiro é que o bairro que tem o metro quadrado mais caro, em termos de solo urbano, é o Jardim Oásis, em função da presença do *campus* do IFPB, como também por ser uma área procurada por sujeitos de alto poder aquisitivo, ser bem equipado no que diz respeito à infraestrutura urbana e equipamentos de consumo coletivo, e dar acesso a BR-230 que liga a cidade de Cajazeiras a João Pessoa, além de dar acesso, no outro extremo da mesma BR, ao estado do Ceará.

O outro detalhe é que o bairro que tem o metro quadrado de área construída mais cara, depois do Centro, é o bairro das Casas Populares, uma localidade que tem como arranjo mais importante e notório, o CFP/UFCG. No mais, é uma unidade do espaço intraurbano cajazeirense que não oferece espaços de lazer, postos de saúde, unidades escolares de boa qualidade, e, além de tudo, é periférica, povoada por indivíduos de média a baixa renda. No entanto, o que confere a esse bairro esse valor é unicamente a presença do *campus* da UFCG, e essa valorização ocorreu após o ano de 2007 com a ampliação física da referente unidade educacional, como também de cursos em nível de graduação, com destaque para Medicina, e pós-graduação em nível *lato sensu*.

Quadro 4 – Valor do metro quadrado do solo urbano e da área construída por bairros segundo sua categoria de valorização, em Cajazeiras

Alta Valorização	M² terreno em R\$	M² área construída em R\$
Centro	700	1000
Jardim Oásis	800	800
Jardim Soledade	500	700
Média Valorização		
João Bosco Braga	300	450
Pio X	200	380
Nazaré Lopes	200	340
São José	180	350
Sol Nascente	170	260
Casas Populares	450	900
Jardim Adalgisa	400	700
Vila Nova	130	550
Santa Cecília	150	490
Baixa Valorização		
Remédios	90	300
São Francisco	75	200
Tecedores	75	200
Capoeiras	110	380
Esperança	130	400
Cristo Rei	250	600
Tancredo Neves	100	200

Fonte: Pesquisa direta em campo com Crispim Coelho e Paulo Sóstenes, incorporador, corretor e avaliador imobiliário, respectivamente, (2018). Elaborado pelo autor desta pesquisa (2018)

Destarte, os discentes que passam a morar, em Cajazeiras, em função dos cursos que cada um estuda, como também por causa, muitas vezes, das distâncias entre a cidade ofertadora do curso e seus respectivos municípios em que moram, se concentram em sua maioria nas intermediações do CFP/UFCG, no Jardim Oásis e/ou no centro da referida cidade. Posto isto, o mapa 8 mostra cartograficamente a concentração dos discentes que residem em Cajazeiras.

Áreas de concentração dos estudantes que residem na cidade de Cajazeiras, por causa de seus respectivos cursos e/ou necessidades.

Mapa 8 – Áreas de concentração dos estudantes que residem na cidade de Cajazeiras, por causa de seus respectivos cursos e/ou necessidades



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras (2018). Elaboração e execução: Joaquim Alves da C. Filho e Eliane Campos dos Santos (2018).

De acordo com o mapa 8, a grande maioria dos discentes que residem em Cajazeiras, em razão de alguma especificidade atrelada ao curso em que realizam nessa referida cidade, se concentram nas intermediações das cinco IES, como o respectivo mapa ilustra.

Nesse sentido, os estudantes matriculados no CFP/UFCG se concentram, em boa parte, em: Avenida Francisco Matias Rolim e rua José Américo de Almeida, localizadas no bairro Casas Populares, ou seja, próximas ao CFP/UFCG, assim os discentes podem se deslocar andando ou então de coletivo, visto que esse transporte passa em frente as residências que os mesmos vivem. Ademais, há também estudantes matriculados no CFP/UFCG que se concentram na rua Coronel Juvêncio Carneiro, Centro da cidade, esses, por sua vez, se deslocam de moto-táxi e/ou de coletivo.

Os discentes matriculados na FAFIC e FSM se concentram nas ruas Sebastião Bandeira de Melo e na João Rodrigues Alves. Eles se dirigem de suas estadias até as respectivas IES em que são matriculados através de moto-táxi e/ou transporte individual, uma vez que o transporte coletivo não cobre essas duas áreas de Cajazeiras aqui citadas.

Em relação aos discentes matriculados no *campus* do IFPB, esses residem, em sua maioria, no mesmo bairro em que a respectiva unidade educacional opera, ou seja, no Jardim Oásis e, sobretudo, na rua Júlio Marques do Nascimento. Assim, os mesmos se deslocam de seus aposentos até a IES andando e/ou de transporte individual, dada a proximidade entre os referidos locais.

Posto isso, apresentamos neste capítulo o processo de ocupação e desenvolvimento socioespacial da cidade de Cajazeiras, bem como as novas dinâmicas e os novos elementos imobiliários surgidos nessa mesma cidade, em função da presença, expansão e ampliação do ensino superior público e privado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pararmos para analisar de modo histórico e geográfico o processo de expansão, ampliação e interiorização do ensino superior nas últimas duas décadas, principalmente, percebemos que essa ação ocorreu de maneira distinta entre as gestões dos dois governos analisados, ou seja, enquanto o octonato de FHC privilegiou uma expansão e ampliação calcada no setor privado e intensa desatenção à universidade pública, o octonato de Lula da Silva deu ênfase a reestruturação do ensino federal superior mediante implantações de políticas públicas e planos governamentais que possibilitaram a expansão e a interiorização para áreas geográficas do país que eram desassistidas do ensino superior e, ademais, permitiu a partir desse serviço que inúmeros centros urbanos se dinamizassem e ampliassem seus papéis regionais diante da oferta desse serviço.

Além disso, abordamos nessa pesquisa, com um esforço de articulação, o impacto do ensino superior no espaço intraurbano da cidade de Cajazeiras. Nesse sentido, buscamos relacionar a implantação e, sobretudo, a expansão e ampliação desse serviço com a dinamização desse referido centro urbano, no que diz respeito a atividades comerciais, infraestrutura de consumo coletivo, serviços bancários, aumento e valorização do mercado imobiliário.

Nessa perspectiva, compreender as especificidades e unicidades de uma unidade espacial demanda empenho, percepção e compreensão. As ações em que nos dedicamos ao analisar as questões intraurbanas referentes à cidade de Cajazeiras foram a implantação e expansão do serviço de ensino superior nas escalas macro e micro.

Essa pesquisa nos conduziu a uma reflexão empírica, teórica e metodológica do processo de expansão, ampliação e interiorização do ensino superior no Brasil. A partir dessa dimensão analítica foi possível analisar e compreender as implicações desse serviço na estrutura urbana cajazeirense, visto que essas ações não aconteceram de maneira isolada na referida cidade, mas, tratou-se de um fenômeno em escala mundial que vetorizou e imprimiu mudanças em diversas unidades socioespaciais brasileiras, sendo, algumas com ritmos mais intensos que em outras.

Conhecer de fato como um centro urbano passa por modificações, tem seus papéis e funções nas escalas intraurbana e interurbana ampliadas e modificadas, demanda reflexões e abstrações que vão além do presente, do apalpável e do mensurável. Assim, é necessário que façamos um movimento de pensamento espaço/temporal, articulando ações e materialidades

passadas com o agora, pois, o que encontramos e vemos nos dias atuais são expressões e resultados de eventos materiais e imateriais que foram se fazendo presentes em um determinado contexto histórico e depois dando lugar a outros.

Mediante isso, concebemos Cajazeiras como um *lócus* de eventos históricos que ganharam expressão através das transformações econômicas, sociais e culturais impetradas por sujeitos da sociedade civil, como também por agentes políticos e econômicos.

Antes mesma de ser elevada à categoria de cidade, Cajazeiras já adquiria notoriedade enquanto um agrupamento de indivíduos, bem como na porção regional em que se encontra inserida. Posto isso, Cajazeiras só ganhou mais notoriedade a partir de investimentos de origem pública e privada, como a instalação de indústrias de descaroçamento de algodão, recebimento de uma agência do BB e a pavimentação da BR-230 que a permitiu se transformar em um entroncamento rodoviário dinâmico, entre outras ações recebidas.

No entanto, a ação mais importante da história de Cajazeiras até os dias atuais foi a implantação do ensino superior, a partir da FAFIC, em 1970. Essa ação ampliou-se ainda mais ao longo da década de 1980 e 1990, em função da federalização da FAFIC e a, consequente, criação do CFP/UFPB e da instalação do *campus* da Escola Técnica Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (atualmente IFPB), respectivamente.

O impacto do ensino superior no espaço intraurbano de Cajazeiras passou a se fazer cada vez mais intenso a partir do primeiro decênio dos anos 2000, em virtude das ações do Estado no que se refere a políticas públicas e planos governamentais no estímulo a expansão e ampliação desse subsetor educacional.

Nessa perspectiva, a sociedade cajazeirense testemunhou o surgimento de duas novas IES: a FSM e FASP. Além da oferta de cursos especializados por essas duas IES ao longo de seu funcionamento, a criação do curso de Medicina (no já então CFP/UFCG) garantiu a Cajazeiras um olhar diferenciado das demais cidades do interior da Paraíba, uma vez que não era fácil uma cidade com um contingente populacional inferior a cem mil habitantes ofertar um curso de medicina em uma IES federal.

A presença do ensino superior e, principalmente, o período de expansão e ampliação (2002-2015), atribuiu a Cajazeiras uma imagem de cidade especializada para oferta de ensino de qualidade. Nesse sentido, não nos referimos apenas ao ensino de nível superior, mas, também, ao nível regular e técnico.

O ensino de nível superior alavancou a funcionalidade de Cajazeiras, permitiu o surgimento de serviços de saúde especializado com ênfase em média complexidade,

dinamizou o comércio varejista e de lazer e atraiu investidores externos para empreender no mercado imobiliário, como a franquia estadunidense da *Remax* e a incorporadora imobiliária Colorado.

A partir desta pesquisa identificamos que esse serviço não apenas atraiu novos investimentos em variados setores da cidade, como também atraiu discentes, docentes e técnico-administrativos para estudarem e atuarem nas respectivas IES existentes em Cajazeiras. No que se refere aos discentes, há procedência de diversas partes da região Nordeste e mesmo do Brasil. No entanto, a presença maior é de estudantes da região imediata de Cajazeiras, em que se deslocam diariamente de seus referidos municípios, nos horários matutino e noturno, principalmente, até a cidade ofertadora do serviço, através de ônibus cedidos por prefeituras municipais, topiques e vans por meio de contrato selado entre os mesmos e cada motorista.

Quanto aos docentes e parte dos discentes que residem na cidade, eles impuseram uma demanda acentuada por imóveis que ocasionou uma forte valorização no mercado na cidade, tanto no valor do solo urbano como do imóvel construído. Tal valorização passou a ocorrer a partir da década de 1980, mediante a criação do CFP/UFPB. Esse processo voltou a se repetir, com intensidade e características distintas dessa primeira, na década de 1990 até a primeira metade da segunda década dos anos 2000, respectivamente, em virtude da instalação do atual *campus* do IFPB, da criação da FSM e FASP, bem como dos cursos criados por essas e também do curso de Medicina no CFP/UFCG, além da criação de políticas públicas e governamentais creditícias de aquisição de imóveis.

Posto isso, podemos inferir que o ensino superior incrementou novas dinâmicas na estrutura urbana de Cajazeiras, impulsionou a ampliação e diversificação do comércio varejista, valorizou o espaço urbano em termos de valor de mercado e atraiu sujeitos de vários municípios de sua região imediata para consumir no seu comércio. Nesse sentido, Cajazeiras é fluida do ponto de vista econômico e é um entroncamento rodoviário entre a Paraíba e o Ceará, além de ser ponto de encontro de pessoas, mercadorias e informações.

Mediante o exposto nesta pesquisa, encerramos a discussão deste trabalho com mais questões a se pensar do que verdades e/ou conclusões, visto que ainda existem variáveis diversas e inesgotáveis a serem estudadas. No entanto, acreditamos que demos conta no que se refere ao propósito inicial colocado nesta pesquisa, ou seja, analisar as implicações do ensino superior no espaço intraurbano cajazeirense. Portanto, esperamos que esta dissertação auxilie em novos estudos concernentes a essa temática, bem como trabalhos que venham e

aprofundem a discussão sobre a cidade de Cajazeiras, pois, ainda há muitas coisas a serem reveladas sobre ela.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leidjania Dantas de. **Construção do espaço urbano e leituras semióticas da verticalização em Cajazeiras – PB**. Cajazeiras-PB, 2009.

ALBUQUERQUE, Simone Formiga. **Práticas de leitura em Cajazeiras – PB (1930-1950): memórias de ex-professores**. 77f. João Pessoa, 2010.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. São Paulo, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **Programa de expansão e reestruturação das universidades federais – REUNI**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/crise-incentiva-aquisicoes-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO/BANCO MUNDIAL. **O ensino superior: as lições derivadas da experiência**. Washington – Estados Unidos, 1995.

BANCO DO NORDESTE. **Cajazeiras**. Fortaleza, 1978.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Do provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Avaliação**, Campinas, v.9, n.2, p. 37-49, 2004.

BAUMGARTNER, W. Henrique. **A recente expansão das universidades federais no Brasil e os impactos no espaço urbano de cidades médias da Bahia**. In: XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB. Fortaleza – Ceará, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer Sesor/demec – para reativação da FAFIC**. Brasília, 1996.

_____. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

_____. **Decreto que institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, 2003.

_____. **Estatuto de criação da UFCG**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Bolsa permanência**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/bolsa-permanencia>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **Plano de expansão da rede federal de educação tecnológica**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnológica**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Expansão fase I da educação técnica.** Brasília, 2005.

_____. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

_____. **Plano nacional de educação 2001/2011.** Rio de Janeiro, 2001.

_____. **PROUNI.** Brasília, 2003.

_____. **Relatório técnico sobre a relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil.** Brasília, 2013.

_____. Secretaria de Educação Superior. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais.** Brasília, 2007.

CAMARGO, José C. Godoy; ELESBÃO, Ivo. O problema do método nas ciências humanas: o caso da Geografia. **Mercator**, Fortaleza, ano 03, n. 06, p. 07-18, 2004.

CARVALHO, Cristina H. Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revist. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n.58, p. 209-244, 2014.

CARVALHO, Cristina H. Almeida de; LOPREATO, Francisco L. Cazeiro. Finanças públicas, renúncia fiscal e o ProUni no governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v.16, n.40, p. 93-104, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, 2003.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças:** técnicas, normas e tipologias bancárias no Brasil. São Paulo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.30, p. 5-12, 2011.

CORRÊA. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

CORRÊA. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IX, 2001, Rio de Janeiro. **ANPUR**, v.1, 2001a. p. 424-430.

COSTA, Antônio Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi memórias.** João Pessoa, 1986.

DURHAM, E.R. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.p. 197-240.

ESTATUTO DA FAFIC. **Nossa história**. Cajazeiras, 2009.

FERRARA, Lucrécia d' Aléssio. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. O que é a sociologia? São Paulo: Difel, 1979.

GOMES, Maria V. de Azevedo. **Dinâmica socioespacial urbana de Cuité – PB resultante da implantação do campus de saúde e educação da UFCG**. 152f. João Pessoa, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. 2017.

INSTITUTO MERCADO POPULAR – IMP. **10 anos de Prouni: análise dos resultados**. 2016. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2016/11/10-anos-de-prouni-analise-dos-resultados/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 1999 – partes 1 e 2**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEITÃO, Deusdedit. **O inventário do tempo: memórias**. João Pessoa: Empório dos livros, 1999.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 39, p. 7-20, 2008.

LUCHMANN, J.C. **Políticas públicas para o ensino superior no Brasil (1994-2006): ruptura e continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**, 2007.

MARQUES, Antonio C. Henriques; CÊPEDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v.42, p. 161-192, 2012.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O programa nacional de assistência estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. João Pessoa, 2014.

MARTIN, Edison. ORSO, P. José. **A expansão do ensino superior no contexto do regime militar:** seus desdobramentos no Oeste paranaense. 2006.

MORAES, Antonio C. Robert. **Federalismo, políticas públicas e planejamento da educação no Brasil:** elementos para um diagnóstico geo-educacional. Brasília, 1994.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e Geografia:** a geograficidade e o diálogo das ontologias. In: Geographia. Ano VI, n. 11. Niterói: PPGEIO/Universidade Federal Fluminense – UFF, 2004.

NOMERIANO, Aline Soares; et al. **Expansão do ensino superior no governo Lula da Silva:** ProUni, REUNI e interiorização das IFES. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão – Sergipe, 2012.

PAIVA, Rute Soares. **Expansão da rede de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte.** 181f. João Pessoa, 2015.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio Cesar França; Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

REVISTA COMEMORATIVA DA FAFIC, 40 anos. **FAFIC é História.** Ano II, nº 06, dezembro de 2010.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINO, Marília. (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 39-50. (Coleção Inep 70 anos, v.2).

RODRIGUES, Claudio J. Lopes. **Sociedade e universidade:** um estudo de caso. João Pessoa. SEC/PB, 1986.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB:** memória, políticas públicas e educação patrimonial. 145f. João Pessoa, 2010.

SANTOS, **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2002^a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Educação superior no Brasil**. Democratização ou massificação mercantil? Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SILVA, Tatianne A. Bezerra da; SILVA, Jamerson A. de Almeida da. Política de ensino superior, universidades federais brasileiras e trabalho docente no governo Dilma Rousseff (2011-2016). **Revista tempos e espaços em educação**, São Cristóvão – Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 123-140, set./dez. 2017.

SOBRINHO, José Dias. **A universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 1999.

SOUSA, Kássia R. Pereira de. **As relações de poder no processo de criação do ensino superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos de 1970**. 78f. Cajazeiras, 2011.

SOUSA, Klêdson Pinheiro de. **A expansão urbana de Cajazeiras – PB entre os anos de 2009-2015**. 53f. Cajazeiras, 2016.

TAVARES, Pedro H. de Sousa. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** Rio de Janeiro, 2014. p. 124-.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético: fundamentos da teoria marxista**. Rio de Janeiro, 2014.

ANEXO A – QUANTIDADE DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS CRIADOS NA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Prezado Senhor Joaquim,

Conforme solicitado por Vossa Senhoria, de acordo com o Protocolo nº 23459013967201758, encaminhamos a resposta da demanda sobre a quantidade de campus de universidades federais criados na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010):

- a) quantidade de campi universitários de forma nominal criados no primeiro governo de Lula da Silva (2003-2006), por município;

UF	Região	IFES	Campus	Município	Data de início das atividades
TO	N	UFT	Campus de Araguaína	Araguaína	2003
TO	N	UFT	Campus de Arraias	Arraias	2003
TO	N	UFT	Campus de Gurupi	Gurupi	2003
TO	N	UFT	Campus de Miracema	Miracema do Tocantins	2003
TO	N	UFT	Campus de Palmas	Palmas	2003
TO	N	UFT	Campus de Porto Nacional	Porto Nacional	2003
TO	N	UFT	Campus de Tocantinópolis	Tocantinópolis	2003
AC	N	UFAC	Campus da Floresta	Cruzeiro do Sul	2004
PR	S	UFPR	Campus do Litoral	Matinhos	2004
PA	N	UFPA	Campus de Parauapebas	Parauapebas	2004
BA	NE	UNIVASF	Campus Juazeiro	Juazeiro	2004
PE	NE	UNIVASF	Campus Petrolina Centro	Petrolina	2004
PE	NE	UNIVASF	Unidade Ciências Agrárias	Petrolina	2004
PI	NE	UNIVASF	Campus São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	2004
AL	NE	UFAL	Unidade Penedo	Penedo	2005
AL	NE	UFAL	Unidade Vigosa	Vigosa	2005
AL	NE	UFAL	Campus Arapiraca	Arapiraca	2005
AL	NE	UFAL	Unidade Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	2005
AM	N	UFAM	Campus do Alto Solimões	Benjamin Constant	2005
AM	N	UFAM	Campus do Vale do Rio Madeira	Humaitá	2005
AM	N	UFAM	Campus Universitário Moisés Benedito Israel	Itacoatiara	2005
AM	N	UFAM	Campus Universitário Prof. Dorval Varella Moura	Parintins	2005
AM	N	UFAM	Campus do Médio Solimões	Coari	2005
PB	NE	UFCG	Campus de Cuité	Cuité	2005
MS	CO	UFMS	Campus de Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	2005
MS	CO	UFMS	Campus de Nova Andradina	Nova Andradina	2005
PE	NE	UFPE	Campus do Agreste	Caruaru	2005
PI	NE	UFPI	Campus de Bom Jesus	Bom Jesus	2005
PI	NE	UFPI	Campus de Picos	Picos	2005
PA	N	UFPA	Campus de Capitão Poço	Capitão Poço	2005
RJ	SE	UFRRJ	Campus de Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	2005
SE	NE	UFS	Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho	Itabaiana	2005
RS	S	UFES	Campus de Palmeira das Missões	Palmeira das Missões	2005
MG	SE	UFVJM	Campus Mucuri	Teófilo Otoni	2005
SP	SE	UFABC	Campus Santo André	Santo André	2006
BA	NE	UFBA	Campus Antônio Teixeira	Vitória da Conquista	2006
CE	NE	UFCA	Campus do Cariri	Juazeiro do Norte	2006
CE	NE	UFCA	Unidade Barbalha	Barbalha	2006
CE	NE	UFCA	Unidade Crato	Crato	2006
PB	NE	UFCG	Campus de Pombal	Pombal	2006
ES	SE	UFES	Campus de São Mateus	São Mateus	2006
RJ	SE	UFF	Campus de Rio das Ostras	Rio das Ostras	2006
MA	NE	UFMA	Campus de Chapadinha	Chapadinha	2006
BA	NE	UFOB	Campus Rector Edgar Santos	Barreiras	2006
PB	NE	UFPE	Unidade Mamanguape	Mamanguape	2006
PE	NE	UFPE	Campus Centro Acadêmico de Vitória	Vitória de Santo Antão	2006
BA	NE	UFRRB	Campus de Amargosa	Amargosa	2006
BA	NE	UFRRB	Campus de Cachoeira	Cachoeira	2006
BA	NE	UFRRB	Campus de Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	2006
SE	NE	UFS	Campus de Laranjeiras	Laranjeiras	2006
SP	SE	UFSCar	Campus Sorocaba	Sorocaba	2006
MG	SE	UFU	Campus do Pontal	Ituiutaba	2006
MG	SE	UFV	Campus de Florestal	Florestal	2006
MG	SE	UFV	Campus de Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	2006

DF	CO	UnB	Unidade Planaltina	Brasília	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Alegrete	Alegrete	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Bagé	Bagé	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Caçapava do Sul	Caçapava do Sul	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Dom Pedrito	Dom Pedrito	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Itaqui	Itaqui	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Jaguarão	Jaguarão	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Sant' Ana do Livramento	Sant' Ana do Livramento	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus São Borja	São Borja	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus São Gabriel	São Gabriel	2006
RS	S	UNIPAMPA	Campus Uruguaiana	Uruguaiana	2006
PR	S	UTFPR	Campus de Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	2006

b) quantidade de campi universitários de forma nominal criados no segundo governo de Lula da Silva (2007-2010), por município.

UF	Região	IFES	Campus	Município	Data do início das atividades
CE	NE	UFC	Campus do Quixadá	Quixadá	2007
RN	NE	UFRN	Unidade Macaíba	Macaíba	2007
RN	NE	UFRN	Campus de Santa Cruz	Santa Cruz	2007
PE	NE	UFRPE	Campus de Garanhuns	Garanhuns	2007
PE	NE	UFRPE	Campus de Serra Talhada	Serra Talhada	2007
SP	SE	UNIFESP	Unidade Eldorado	Diadema	2007
SP	SE	UNIFESP	Campus de Guarulhos	Guarulhos	2007
SP	SE		Campus da Baixada Santista - Vila Mathias	Santos	2007
SP	SE	UNIFESP	Campus de São José dos Campos	São José dos Campos	2007
RO	N	UNIR	Campus de Ariquemes	Ariquemes	2007
PR	S	UTFPR	Campus de Apucarana	Apucarana	2007
PR	S	UTFPR	Campus de Londrina	Londrina	2007
PR	S	UTFPR	Campus de Toledo	Toledo	2007
RS	S	FURG	Campus Santa Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar	2008
PB	NE	UFCG	Campus de Sumé	Sumé	2008
RN	NE	UFERSA	Campus de Angicos	Angicos	2008
RJ	SE	UFF	Campus de Nova Friburgo	Nova Friburgo	2008
MS	CO	UFMS	Campus de Bonito	Bonito	2008
MS	CO	UFMS	Campus Navirat	Navirat	2008
MT	CO	UFMT	Unidade Barra do Garças	Barra do Garças	2008
MG	SE	UFOP	Unidade II de Mariana - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Mariana	2008
PB	NE	UFFPB	Campus Litoral Norte	Rio Tinto	2008
RS	S	UFPel	Campus Porto	Pelotas	2008
PI	NE	UFPI	Campus de Floriano	Floriano	2008
PA	N	UFRA	Campus de Paragominas	Paragominas	2008
RJ	SE	UFRRJ	Campus Xerém	Duque de Caxias	2008
RJ	SE	UFRRJ	Campus de Três Rios	Três Rios	2008
MG	SE	UFESJ	Campus Centro-Oeste Dona Lindu	Divinópolis	2008
MG	SE	UFESJ	Campus Alto Paraopeba - Ouro Branco	Ouro Branco	2008
RS	S	UFSM	Campus de Silveira Martins	Silveira Martins	2008
DF	CO	UnB	Unidade Gama	Brasília	2008
DF	CO	UnB	Unidade Ceilândia	Brasília	2008
MG	SE	UNIFEI	Campus de Itabira	Itabira	2008
SC	S	UFSC	Campus de Araranguá	Araranguá	2009
SC	S	UFSC	Campus de Curitiba	Curitiba	2009
SC	S	UFSC	Campus de Joinville	Joinville	2009
MG	SE	UFESJ	Campus de Sete Lagoas	Sete Lagoas	2009
MG	SE	UNIFAL	Campus Poços de Caldas	Poços de Caldas	2009
MG	SE	UNIFAL	Campus Varginha	Varginha	2009
BA	NE	UNIVASF	Campus Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	2009
RS	S	FURG	Campus Santo Antônio da Patrulha	Santo Antônio da Patrulha	2010
RS	S	FURG	Unidade de Sende	Rio Grande	2010

SP	SE	UFABC	Campus São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	2010
AL	NE	UFAL	Campus Delmiro Gouveia	Delmiro Gouveia	2010
AL	NE	UFAL	Unidade Santana do Ipanema	Santana do Ipanema	2010
RN	NE	UFERSA	Campus Carabos	Carabos	2010
PR	S	UFFS	Campus de Laranjeiras do Sul	Laranjeiras do Sul	2010
PR	S	UFFS	Campus de Realeza	Realeza	2010
SC	S	UFFS	Campus de Chapecó	Chapecó	2010
RS	S	UFFS	Campus de Caxo Largo	Caxo Largo	2010
RS	S	UFFS	Campus de Erechim	Erechim	2010
MA	NE	UFMA	Campus de Grajaú	Grajaú	2010
MA	NE	UFMA	Campus São Bernardo	São Bernardo	2010
PA	N	UFPA	Campus de Tucuruí	Tucuruí	2010
RN	NE	UFRN	Campus do Carabro	Macatiba	2010
RR	N	UFRR	Unidade do Caramé	Boa Vista	2010
SE	NE	UFS	Campus de Lazer	Lazer	2010
SP	SE	UNIFESP	Campus Diadema	Diadema	2010
PR	S	UNILA	Campus de Foz de Iguaçu	Foz de Iguaçu	2010
CE	NE	UNILAB	Campus de Redenção	Redenção	2010

Atenciosamente,

Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES
Secretaria de Educação Superior
Ministério da Educação

ANEXO B – A EXPANSÃO DAS CINCO REGIÕES BRASILEIRAS

EXPANSÃO REGIÃO NORTE

UNEDS:

UNED Coari / AM

UNED Novo Paraíso / RR

ESCOLAS TÉCNICAS:

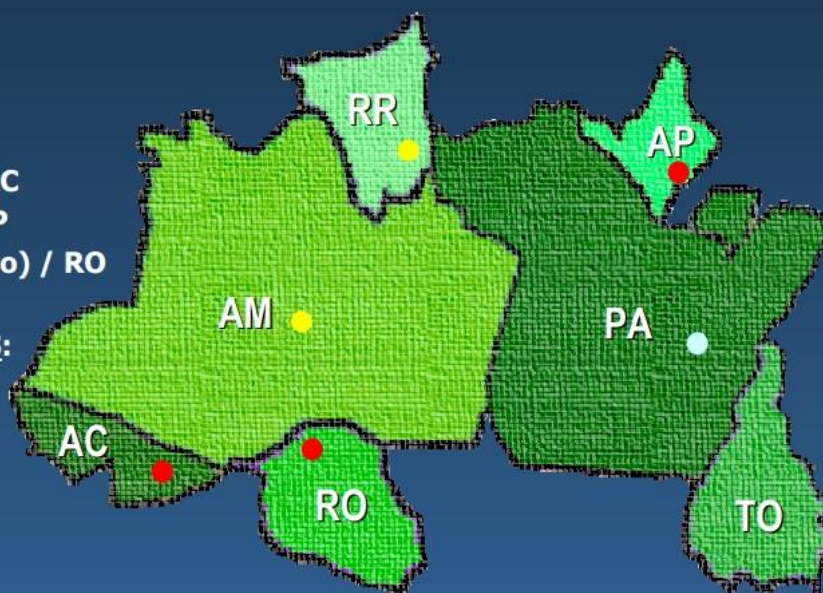
ETF Acre (Rio Branco) / AC

ETF Amapá (Macapá) / AP

ETF Rondônia (Porto Velho) / RO

ESCOLAS AGROTÉCNICAS:

EAF Marabá / PA



EXPANSÃO REGIÃO NORDESTE

UNEDS:

UNED Simões Filho / BA

UNED Santo Amaro / BA

UNED Camaçari / BA

UNED Zona Norte de Natal / RN

UNED Ipanguaçu / RN

UNED Currais Novos / RN

UNED Maracanaú / CE

UNED Zé Doca / MA

UNED Buriticupu / MA

UNED Santa Inês / MA

UNED Campina Grande / PB

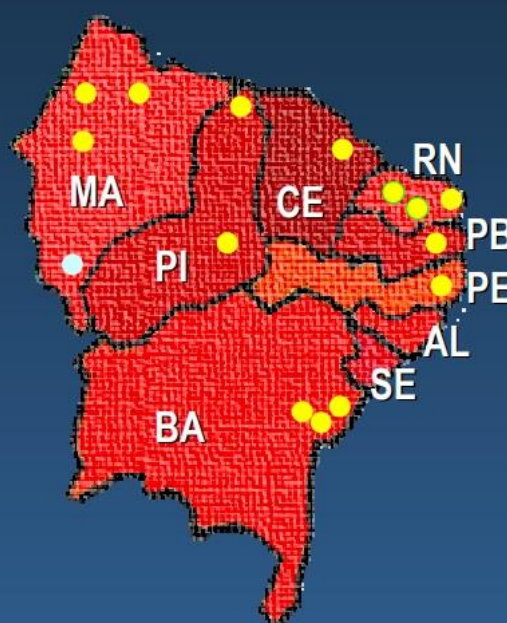
UNED Ipojuca / PE

UNED Picos / PI

UNED Parnaíba / PI

ESCOLAS AGROTÉCNICAS:

EAF São Raimundo das Mangabeiras / MA



EXPANSÃO REGIÃO SUDESTE

UNEDS:

UNED Congonhas / MG

UNED Varginha / MG

UNED Timóteo / MG

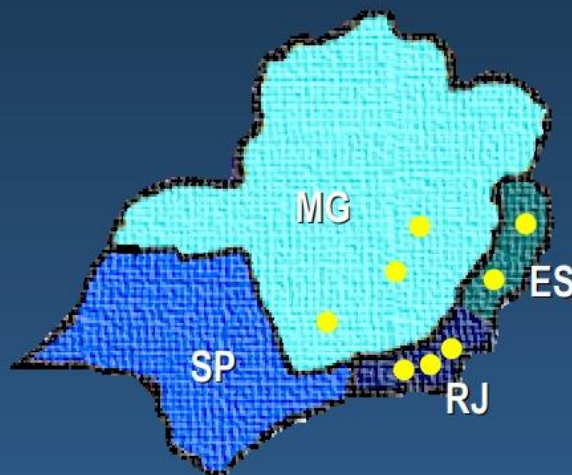
UNED São Gonçalo / RJ

UNED Guarus / RJ

UNED Maria da Graça / RJ

UNED São Mateus / ES

UNED Cariacica / ES



EXPANSÃO REGIÃO CENTRO OESTE

UNEDS:

UNED Bela Vista / MT

UNED Inhumas / GO

ESCOLAS TÉCNICAS:

ETF Mato Grosso do Sul (Campo Grande) / MS

ESCOLAS AGROTÉCNICAS:

EAF Nova Andradina / MS

EAF Brasília / DF



EXPANSÃO REGIÃO SUL

UNEDS:

UNED Charqueadas / RS

UNED Passo Fundo / RS

UNED Júlio de Castilhos/RS

UNED Joinville / SC

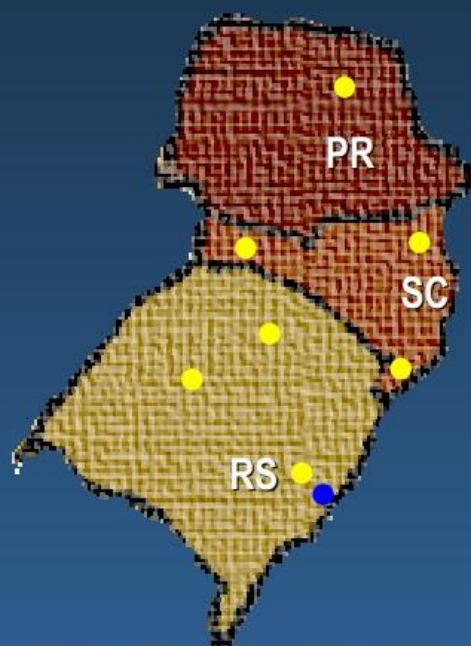
UNED Chapecó / SC

UNED Araranguá / SC

UNED Londrina / PR

ESCOLAS TÉCNICAS:

ETF Canoas / RS



ANEXO C – LISTA DE POSTOS DE MOTO-TÁXI E RESPECTIVOS ENDEREÇOS**ESTADO DA PARAÍBA****SCTRANS**

Superintendência Cajazeirense de Transportes e Trânsito.

Ofício nº438 /2017

Cajazeiras – PB, 30 de Novembro de 2017

Ilmº. Sr.

Joaquim Alves da Costa Filho

Assunto: **Emissão de dados para pesquisa de mestrado.**

Ao cumprimentá-lo, venho através deste emitir os dados que foram solicitados com a finalidade de uso para uma pesquisa em nível de mestrado em Geografia. Está sendo despachada em anexo uma tabela contendo a quantidade de pontos de moto-taxistas e seus respectivos endereços, quanto aos outros dados solicitados informo que a quantidade de moto-taxista cadastrados na cidade de Cajazeiras equivalem a quantia de 611 (seiscentos e onze), e a quantidade de taxistas urbanos credenciados na cidade são 230 (duzentos e trinta).

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Francisco Luciano Pessoa de Alva
Portaria nº 005/2017 - CCSZ
Diretor do Departamento de
Operações e Planejamento - SCTRANS

João Vitor Mendes de Almeida
Superintendente da SCTRANS
Portaria 015/2017



ESTADO DA PARAÍBA

SCTRANS

Superintendência Cajazeirense de Transportes e Trânsito.

LISTA DE POSTOS DE MOTO TAXI E RESPECTIVOS ENDEREÇOS

NÚMERO E NOME DO POSTO	ENDEREÇO
01-TELE MOTO TAXI	RUA CORONEL JUVENCIO CARNEIRO
02-MOTO TAXI REGIONAL	RUA JOSÉ RODOVALHO DE ALENCAR
03- MOTO TAXI PADRE CÍCERO	PRAÇA PADRE CÍCERO
04- MOTO TAXI SÃO FRANCISCO	PRAÇA SÃO FRANCISCO
05- MOTO TAXI NOSSA SENHORA DE APARECIDA	RUA JULIO MARQUES DO NASCIMENTO
06- MOTO TAXI NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	RUA LEONARDO ROLIM
07- MOTO TAXI SÃO JORGE	RUA DESEMBARGADOR BOTO
08- MOTO TAXI POPULARES	RUA QUÍMICO Feo. BRAGA BARRETO
09- MOTO TAXI BOA VISTA	RUA JOSÉ JUAREZ MOREIRA
10- MOTO TAXI CAJAZEIRAS	RUA HELENO DE SOUSA RODRIGUES
11- MOTO TAXI CONFIANÇA	RUA JOÃO DE SOUSA MACIEL
12- MOTO TAXI OÍTICAS	RUA ALAMEDA Dr. SABINO ROLIM GUIMARAES
13- REAL MOTO TAXI	RUA PADRE JOSÉ TOMAZ
14- ENTRÕES MOTO TAXI	RUA PEDRO MORENO GONDIM
15-CAJA MOTO TAXI	RUA CORNEL JUVENCIO CARNEIRO
16- MOTO TAXI CELULAR	PRAÇA EMÍDIO CARTAXO
17- MOTO TAXI DIA E NOITE	RUA SANTO ANTONIO
18-BRASIL MOTO TAXI	RUA JULIO MARQUES DO NASCIMENTO
19- MOTO TAXI PIO X	RUA ANTONIO PEREIRA FILHO

Rua Barão do Rio Branco, 309 – Centro – Cajazeiras (PB)
CNPJ04.342.393/0001-72

CEP 58.900.000Tele-Fax:(83) 3531.5630 Cajazeiras – PB sctranscajazeiras.gov@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA

SCTRANS

Superintendência Cajazeirense de Transportes e Trânsito.

20- MOTO TAXI SANTA CECÍLIA	RUA SANTA CECÍLIA
21- MOTO TAXI DONA TICA	RUA WALMOR DANTAS PIMENTA
22- MOTO TAXI RONALDO CUNHA LIMA	RUA ENFERMEIRA MARIA JOSÉ DE LACERDA
23- MOTO TAXI CORRE BEM	RUA ANÍSIO ROLIM
24- MOTO TAXI CAIC	AV. JOCA CLAUDINO
25- MOTO TAXI BELA VISTA	RUA CHIQUINHO NOGUEIRA
26- LIGUE MOTO TAXI	RUA ENG. CARLOS PIRES DE SÁ
27-EXPRESS MOTO TAXI	RUA PADRE ROLIM
28-BEM MOTO TAXI	RUA DESMBARGADOR BOTO
29- MOTO TAXI ZONA SUL	RUA VITÓRIA BEZERRA
30- MOTO TAXI VILA NOVA I	RUA ANTONIO FERNANDES DA SILVA
31-AMIZADE MOTO TAXI	TRAVESSA SÃO FRANCISCO
32- MOTO TAXI PÔR DO SOL	RUA JOSÉ ALVES DA CUNHA
33- MOTO TAXI POLICLÍNICA	RUA ARSENIO ROLIM ARARUNA
34- MOTO TAXI NOSSA SENHORA DE FATIMA	RUA AMÉLIO ESTRELA DANTAS CARTAXO
35- MOTO TAXI MARIA ARRUDA	RUA JOÃO DE SOUSA MACIEL
36- MOTO TAXI INFANTIL	RUA ANTONIO FERNANDES DA SILVA
37- MOTO TAXI ESPERANÇA	RUA SAMUEL DUARTE
38- MOTO TAXI DO JOSIAS	RUA JOSÉ LEITE DE OLIVEIRA
39-VIA NORTE MOTO TAXI	RUA AIRTON SENNA
40- MOTO TAXI H.L.C	AVENIDA BRASIL

Rua Barão do Rio Branco, 309 – Centro – Cajazeiras (PB)
CNPJ04.342.393/0001-72

CEP 58.900.000Tele-Fax:(83) 3531.5630 Cajazeiras – PB sctranscajazeiras.gov@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA

SCTRANS

Superintendência Cajazeirense de Transportes e Transito.

41- MOTO TAXI PONTO CHIC	RUA JOSÉ NECO DE SOUSA
42- HOLANDA MOTO TAXI	RUA ERNÉSTO ROLIM
43- MOTO TAXI ZONA NORTE	RUA FRANCISCO MATIAS ROLIM
44- MOTO TAXI UNIÃO	RUA ROMUALDO ROLIM
45- VANDO MOTO TAXI	RUA SEVERINO CORDEIRO
46- MOTO TAXI PADRE ROLIM	RUA 13 DE MAIO
47- MOTO TAXI CHEGA RAPIDO	RUA FRANCISCO APRIGIO NOGUEIRA
48- MOTO TAXI 24 HORAS	RUA FRANCISCO MATIAS ROLIM
49- TRANS MOTO TAXI	RUA ENG. CARLOS PIRES DE SA
50- FURA FILA MOTO TAXI	PRAÇA MAJOR JOSÉ MARQUES GALVÃO
51- MOTO TAXI FACULDADE SANTA MARIA	MARGEM DA BR 230 Km 504
52- MOTO TAXI COELHO	RUA ERNESTO ROLIM
53- CACIQUE MOTO TAXI	RUA GEMINIANO DE SOUSA
54- MOTO TAXI DEUS É FIEL	RUA JOSÉ ANTONIO DA SILVA
55- AVIAÇÃO MOTO TAXI	AGROVILA